

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**“QUE DEUS ABENÇOE”**: acionamento religioso e mobilização territorial a partir de uma candidatura evangélica nas eleições de 2022

VICTOR ESCOBAR DAVID

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO GRACINO DE SOUZA JUNIOR

RIO DE JANEIRO  
2024

VICTOR ESCOBAR DAVID

**“QUE DEUS ABENÇOE”:** acionamento religioso e mobilização territorial a partir de uma candidatura evangélica nas eleições de  
**2022**

Dissertação de Mestrado apresentada como um dos requisitos para o cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Junior.

RIO DE JANEIRO  
2024

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Central  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ  
Bibliotecário responsável: Paulo César do Prado – CRB-7 7131

**D249q David, Victor Escobar.**  
**“Que Deus abençoe”: acionamento religioso e mobilização territorial partir de uma candidatura evangélica nas eleições de 2022 / Victor Escobar David. -- Rio de Janeiro, 2024.**  
**137 f.**

**Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2024.**

**Orientação de: Paulo Gracino de Souza Júnior**

**1. Política 2. Candidatura evangélica 3. Baixada Fluminense 4. Nova Iguaçu 5. Eleições 2022. Brasil I. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro II. Título.**

**CDU 316.434.3::2:32(815.3)**

**VICTOR ESCOBAR DAVID**

**"QUE DEUS ABENÇOE: acionamento religioso e mobilização territorial a partir de uma candidatura evangélica nas eleições de 2022."**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.



Documento assinado digitalmente  
PAULO GRACINO DE SOUZA JUNIOR  
Data: 17/09/2024 12:51:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Junior  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / UCAM

---

Profa. Dra. Janine Targino da Silva  
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / UCAM

---

Profa. Dra. Mayra Goulart da Silva  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO  
2024

À Larissa, sempre a primeira a acreditar.  
Até mesmo antes de mim.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer aos meus pais por terem compreendido e me apoiado a cursar um mestrado, ainda saindo de uma pandemia, em uma área diferente daquela em que eu escolhi atuar profissionalmente. Minha mãe, deixando a janta pronta para quando eu chegava tarde depois de cruzar a cidade voando pela Avenida Brasil. Meu pai, que se contentou em ver comigo somente o segundo tempo do jogo do Flamengo nas noites de quarta-feira. Foi tudo muito novo e sem eles teria sido impossível.

Com gratidão, ao meu orientador, amigo e referência intelectual Paulo Gracino Jr., que desde logo se empolgou com o tema da pesquisa e que acreditou no projeto. Mais do que isso: que, mesmo migrando para Brasília no meio desse percurso, permaneceu na minha orientação até o fim. Foi um super privilégio!

Uma das melhores coisas que o mestrado e a pesquisa me proporcionaram foi ter cruzado o caminho da professora Mayra Goulart. Nunca conheci ninguém com tamanha generosidade. Tenho muito a agradecer por ter confiado em mim desde nosso primeiro encontro para falar de política na Baixada Fluminense, em um café no Centro do Rio que nem existe mais (mas que por ela não teria fechado!). Dessa conversa saiu uma parceria que pretendo levar por muito tempo e que me levou para onde eu sequer tinha imaginado chegar. Sem o incentivo e a confiança de sempre, acho que não chegaria até aqui, de verdade.

Através da professora Mayra, fui inserido no Laboratório de Eleições, Partidos Políticos e Política Comparada (LAPPCOM), que teve um papel fundamental na minha trajetória acadêmica, seja com a participação em uma série de projetos, seja conhecendo pessoas tão valiosas na minha caminhada. Deixo aqui meus agradecimentos às queridas amigas Tayná Paolino, companheira de infinitas trocas, Mônica Gonçalves, por vezes uma das primeiras e gentis leitoras dos meus trabalhos, sempre me dando importantes e sinceras impressões, e Letícia Inácio, a menina dos mapas, quem muito me ajudou.

Na figura do meu companheiro de turma e outras empreitadas, Edelson Rocha, aproveito para agradecer a todos os amigos que compartilharam essa trajetória acadêmica comigo, seja nas noites no Centro e em Ipanema no IUPERJ, nas tardes de quinta na Rural e na de quarta no IESP, bem como nas aulas online de política carioca na Unirio.

Aos amigos Luiz Anselmo e Roberto Lara por serem, cada um de sua forma, minhas grandes referências em assuntos da Baixada Fluminense.

Por último e não menos importante, um agradecimento especial – junto com um pedido de desculpas – para minha futura esposa Larissa. Desde sempre me incentivou a seguir a carreira acadêmica, acreditando que eu daria conta e estando do meu lado quando eu parecia não conseguir, mesmo com todos os percalços que encontramos e vivemos lado a lado durante essa trajetória. E também peço desculpa por eu ter ficado monotemático por um dois anos, por perder tempo de qualidade juntos, inclusive no nosso desencontrado horário de dormir e pelas pitadas de estresse que foram ficando mais frequentes. Mas espero que tudo isso tenha valido!

Eu sei  
Que a cidade hoje está mudada  
Santa Cruz, Zona Sul, Baixada  
Vala negra no coração

(“Saudades da Guanabara”,  
de Aldir Blanc, Paulo Cesar Pinheiro e Moacyr Luz)

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é observar, dentro do contexto de uma candidatura com vinculação religiosa, ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, quais são os mecanismos de acionamento religioso utilizados por uma candidata durante sua campanha eleitoral. Com essa intenção, através de uma pesquisa em forma de estudo de caso, de maneira descritiva e exploratória, almeja-se investigar a atuação de lideranças evangélicas como cabos eleitorais da campanha à reeleição da deputada federal Rosângela Gomes (Republicanos/RJ) nas eleições de 2022, indicando como esse apoio ocorre e de que forma ele se diversifica no território, influenciando na votação recebida especialmente na Baixada Fluminense. Essa verificação foi proposta através das postagens da rede social *Instagram*, aqui compreendida como diário de campanha, durante o período eleitoral definido em lei. Através dos registros, elaboraram-se categorias de acionamento religioso. A hipótese é que a IURD, mantendo o padrão histórico das candidaturas oficiais, delimita territorialmente a zona de influência das candidaturas preferenciais, funcionando como máquina eleitoral para as eleições. A partir dos resultados encontrados foi possível depreender que as igrejas atuam como organizações sociais que transformam os líderes religiosos em verdadeiras lideranças locais, que participam politicamente para além dos muros da igreja, promovendo atos de campanha disponíveis a qualquer tipo de cabo eleitoral através de sua interação com o território e com uma rede de contatos privilegiada.

Palavras-chave: Baixada Fluminense. Eleições. Campanha Eleitoral. Lideranças Religiosas. IURD.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation is to observe, within the context of a candidate with religious affiliations, linked to the Igreja Universal do Reino de Deus, what are the mechanisms of religious activation used by a candidate during her electoral campaign. With this in mind, through a descriptive and exploratory case study, the aim is to investigate the role of evangelical leaders as electoral cables (brokers) for the re-election campaign of federal deputy Rosângela Gomes (Republicanos/RJ) in the 2022 elections, indicating how this support occurs and how it diversifies across the territory, influencing the votes received, especially in the Baixada Fluminense. This verification was proposed through posts on the social network Instagram, understood here as a campaign diary, during the electoral period defined by law. The hypothesis is that the IURD, maintaining the historical pattern of official candidacies, territorially delimits the zone of influence of the preferred candidates, functioning as an electoral machine for the elections. The results showed that churches act as social organizations that transform religious leaders into true local leaders, who participate politically beyond the walls of the church, promoting campaign acts available to any type of electoral cable through their interaction with the territory and with a privileged network of contacts.

Keywords: Baixada Fluminense. Elections. Election Campaign. Religious Leaders. IURD.

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1: Mapa da divisão da região metropolitana do Rio de Janeiro .....  | 29  |
| Figura 2: Postagem do dia 17/08/2022 .....   | 97  |
| Figura 3: Postagem do dia 11/09/2022 .....   | 98  |
| Figura 4: Postagem do dia 22/08/2022 .....   | 104 |
| Figura 5: Postagem do dia 30/08/2022 .....   | 108 |
| Figura 6: Postagem do dia 20/10/2022 .....   | 111 |
| Figura 7: Mapa da votação total de Rosângela .....   | 116 |
| Figura 8: Mapa de distribuição de votos de Rosângela Gomes na Baixada Fluminense .....                                   | 117 |
| Figura 9: Quantitativo de unidades da Igreja Universal na Baixada Fluminense...  | 118 |
| Figura 10: Visitas de Rosângela Gomes no estado do Rio de Janeiro .....  | 121 |
| Figura 11: Quantitativo de visitas da candidata Rosângela Gomes na Baixada Fluminense durante a campanha eleitoral ..... | 123 |

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1: Número de discursos por ano de legislatura da deputada federal Rosângela Gomes (Republicanos/RJ) .....   | 73  |
| Tabela 2: Número de postagens no Instagram dos deputados federais eleitos pelo Rio de Janeiro com domicílio eleitoral na Baixada Fluminense durante o período de campanha das eleições de 2022 ..... | 82  |
| Tabela 3: Relação de Rosângela com o território: concentração de votos .....   | 114 |
| Tabela 4: Comparação da votação recebida na Baixada entre os deputados federais eleitos pelo Republicanos no Rio de Janeiro .....  | 115 |
| Tabela 5: Relação entre população e templos da IURD na Baixada Fluminense.....   | 119 |
| Tabela 6: Comparativo entre percentual de votos de Rosângela Gomes, número de templos e votos válidos para a eleição de deputado federal na Baixada Fluminense .....                                 | 120 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO.....  | 12        |
| <b>1. Baixada Fluminense: a “terra prometida” .....</b>  | <b>26</b> |
| 1.1. Baixada Fluminense: uma interpretação sobre território, violência, representação política e transição religiosa .....           | 26        |
| <b>2. A mulher eleita: trajetória política e atuação parlamentar de Rosângela Gomes</b>  | <b>48</b> |
| 2.1. A mulher virtuosa: trajetória pessoal, conversão religiosa e carreira política de Rosângela Gomes .....                         | 48        |
| 2.2. Em posse da palavra: a trajetória parlamentar de Rosângela Gomes através dos discursos na tribuna da Câmara dos Deputados ..... | 72        |
| <b>3. Mobilizando as bases do senhor: as eleições de 2022 e as estratégias de campanha a partir do acionamento religioso.....</b>    | <b>87</b> |
| 3.1. A campanha de 2022: estratégias eleitorais e o uso de líderes religiosos como intermediadores .....                             | 87        |
| 3.2. Votação, território e distribuição das igrejas e das lideranças religiosas a partir dos registros de campanha .....             | 113       |
| CONCLUSÃO.....   | 124       |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 128       |
| ANEXO 1: Teste de correspondência .....  | 135       |

## INTRODUÇÃO

O fato teria acontecido quase às vésperas das eleições de 2014, marcadas para o dia 05 de outubro daquele ano. Na Catedral da Igreja Universal do Reino de Deus de Nova Iguaçu, templo suntuoso que chama a atenção de quem passa pelo Centro do município, localizado em meio à zona comercial, às margens do muro que isola os trilhos do trem e tendo em sua frente o ponto final de diversas linhas de ônibus, o Bispo Junior Santos presidia o culto da noite da quarta-feira, dia 01 de outubro de 2014, a última celebração religiosa do dia, para cerca de 300 fiéis.

Nacionalmente, o primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 indicava que haveria o segundo turno entre a candidata Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), que buscava sua reeleição ao cargo, e Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em estreita margem de vantagem sobre Marina Silva, do Partido Verde (PV), o que acabou se confirmando. Já a eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro, pelas pesquisas divulgadas no sábado anterior à votação<sup>1</sup>, parecia também consolidar a disputa no segundo turno entre Luiz Fernando Pezão (PMDB), que fora vice-governador da gestão anterior de Sérgio Cabral (PMDB) e era o então governador em exercício, e o ex-governador Anthony Garotinho (PR). Quem aparecia em terceiro lugar era Marcelo Crivella (PRB), ex-bispo da IURD, um dos nomes mais importantes da denominação na esfera política (GERALDO, 2012), que já havia vencido eleições para o Senado, em 2002 e 2010, era figura recorrente nas eleições para a Prefeitura do Rio de Janeiro e tinha sido ministro da primeira gestão de Dilma (2012-2014). Ao que tudo indicava, o candidato do PRB ficaria de fora do segundo turno.

Com as eleições se aproximando, o Bispo Junior Santos resolveu tratar de temas políticos durante a sua pregação para reverberar o debate da Rede Globo entre os candidatos ao governo do Rio de Janeiro mais bem colocados nas pesquisas, tradicionalmente o último a ser realizado antes dos pleitos, que aconteceu no dia anterior ao culto. Sua artilharia recaiu sobre Pezão, o candidato que liderava as pesquisas no momento, dizendo que “o principado do inferno é que comanda o estado, por isso que o

---

<sup>1</sup> “Ibope, votos válidos: Pezão tem 37%, Garotinho, 27%, e Crivella, 20%“. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2014/noticia/2014/10/ibope-votos-validos-peza0-tem-37-garotinho-27-e-crivella-20.html>. Acesso em 21 mai. 2024.

estado está nessa situação que está”<sup>2</sup>.

A IURD, historicamente, trabalha com as ideias de maligno e demônios (FREESTON, 1994; ALMEIDA, 2009; GOMES, 2011), sendo a igreja o instrumento eficaz de libertação e purificação do indivíduo e do mundo. Na fala do pastor, percebe-se uma transmutação do discurso religioso para o campo político. Dessa forma, no sentido de sacralizar a política, algo mundano por excelência, o pastor ressaltou a importância de votar em candidatos que fossem afeitos à Igreja. Nesse caso, candidatos da própria Universal.

No entanto, o bispo não se limitou a fazer campanha negativa contra o candidato Pezão. Em áudios divulgados pelo jornal O Globo, o líder religioso passou a organizar uma “boca de urna” para os candidatos preferenciais da igreja no domingo, partindo da Catedral no dia da eleição às 09:30 da manhã, podendo ser replicada pelos fiéis que votassem em municípios diversos nas suas respectivas regiões. A ideia era a de sair pedindo votos para os candidatos da igreja, em contraposição à atitude de Pezão, que distribuiria “dinheiro de sábado para domingo”. Por fim, pediu voto para os seus candidatos – e é justamente neste ponto que aparece o nome da deputada federal que é o objeto da presente pesquisa:

— Agora é reta final, e a igreja precisa de vocês. Deus, nós não podemos perder! Amarra o principado chefe que atua no governo e está rindo agora! As nossas mãos, que são a mão de Deus, vão fazer a diferença! Nós vamos fazer a maior boca de urna do Rio e da nossa Igreja Universal. Por isso, meu Pai, abençoa o Crivella, 10! **Abençoa a Rosângela, 1033**, e o Benedito Alves, 15789. Amanhã o Crivella vai estar aqui às 10h. (grifo do autor)

Nova Iguaçu, à época, era o quarto município mais populoso do Rio de Janeiro, com cerca de oitocentos mil habitantes, e também se configurava como o quarto principal colégio eleitoral do estado, sendo, portanto, um município politicamente relevante e estratégico para os candidatos. Além disso, de acordo com o Censo de 2010, seguindo uma tendência predominante na região da Baixada Fluminense, que vivenciou um processo de transição religiosa do catolicismo para a evangélica, o município possuía maioria evangélica, correspondente a 36,93% da população, enquanto os católicos representavam 33,09%. A IURD contava com 15.246 fiéis no município, sendo a terceira maior denominação. Não há dados públicos e selecionados sobre a quantidade de templos no município naquela conjuntura, mas em 2024, dez anos depois, são 40 unidades da Universal dispersas pelo território.

Não se sabe se houve ou não a boca de urna suscitada pelo bispo, até por conta da

---

<sup>2</sup> LIMA, Leandra. Bispo incita fiéis à boca de urna por Crivella em Nova Iguaçu. O Globo, 03/10/2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bispo-incita-fieis-boca-de-urna-por-crivella-em-nova-iguacu-14122529>. Acesso em 20 mai. 2024.

exposição midiática e da repercussão negativa na opinião pública. No entanto, abertas as urnas, Marcelo Crivella apareceu em segundo lugar e foi ao segundo turno, recebendo 20,26% dos votos válidos, ficando à frente de Garotinho, que marcou 19,73%, diferentemente do que indicavam as pesquisas. Por sua vez, Rosângela Gomes foi eleita deputada federal na primeira vez que concorreu ao cargo, com a expressiva votação de 101.686 votos, sendo a 13ª mais votada do estado. Em Nova Iguaçu, seu domicílio de origem e de domicílio eleitoral, recebeu 13.208 e foi a quinta mais votada. O outro candidato citado, Benedito Alves, também foi eleito deputado estadual, pelo PMDB.

O fato narrado, embora explícito no pedido de boca de urna, não desvirtua do que a literatura de sociologia da religião já havia observado nos templos em época de eleição. Oro (2003), em um trabalho de referência sobre a organização eclesial da IURD nas eleições, narra que, nas eleições de 2002, ao final dos cultos, especialmente nos dominicais, era comum que fossem mencionados o nome e o número dos candidatos da Igreja pelo pastor ou bispo responsável pela celebração, sendo que em algumas vezes os próprios candidatos subiam ao púlpito para se apresentarem. Em uma das ocasiões, chegou a acontecer um “treinamento” feito pelo líder religioso com um *banner* de uma urna eletrônica para ensinar os fiéis a votar.

De toda a forma, a legislação eleitoral brasileira busca inibir a campanha política em templos religiosos, nos quais não se pode fazer propaganda política em razão de serem considerados como bens de uso público, o que impediria, por exemplo, fatos como o que foi observado por Almeida (2009) em seu trabalho de campo, onde percebeu faixas com o nome dos candidatos apoiados pela igreja, sem número ou partido, mas com o símbolo da Universal e com um versículo bíblico, em um templo da IURD em São Paulo. No contexto das eleições de 2014, a IURD foi envolvida em ação de investigação judicial-eleitoral por conta de duas questões: uma em razão do que ocorreu na Catedral de Nova Iguaçu e outra pela promoção irregular de candidatos na Catedral da Fé de Del Castilho, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, principal polo da Universal no estado. Como consequência, os dois bispos envolvidos foram condenados na Justiça Eleitoral à perda dos direitos políticos<sup>3</sup>. Todos os políticos envolvidos permaneceram no mandato e não sofreram qualquer repercussão.

Diante disso, desenvolveu-se um questionamento: se, histórica e legitimamente, as igrejas evangélicas participam do campo político, apoiando ou lançando seus próprios candidatos, havendo uma restrição legal acerca da campanha política em templos religiosos,

---

<sup>3</sup> “Bispos da Universal são condenados por pedir votos a fiéis”. Conjur. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-out-12/bispos-universal-sao-condenados-pedir-votos-fieis/>. Acesso em 30 mai. 2024.

como aconteceria uma campanha política de um candidato religioso, vinculado a uma denominação, na prática? Como que as bases eleitorais seriam mobilizadas? Como que seria feito o acionamento religioso? Como seriam os atos de campanha e qual a participação das igrejas neles?

Passei a pensar nisso enquanto estudante de Direito Eleitoral, quando investiguei em um trabalho alguns julgados de tribunais eleitorais que reconheciam a existência de “abuso de poder religioso” nas eleições, enquanto a lei eleitoral, na chamada “Lei das Inelegibilidades” (Lei Complementar 64/1990), prevê o abuso de poder político, econômico e utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social. Na prática, os casos de condenação citam o abuso de poder religioso em casos em que candidatos se utilizam de uma das outras formas de abuso de poder dentro do contexto das igrejas, em especial das evangélicas.

Entende-se que a preocupação da justiça eleitoral é de garantir que todos os candidatos tenham uma condição minimamente igualitária para concorrer ao pleito, proibindo mecanismos que pudessem conceder vantagens indevidas, como o uso da estrutura política, o empenho de valores a mais do que o limite legal, o uso indevido dos meios de comunicação e, como no caso discutido no início desse capítulo, o abuso de poder religioso, já que a utilização do espaço eclesial não seria disponível irrestritamente aos candidatos. No entanto, é preciso refletir sobre a forma de participação das igrejas no campo político, principalmente sob o ponto de vista dos indivíduos. Olhando principalmente para as periferias do Rio de Janeiro, como na Baixada Fluminense, onde as igrejas são umas das poucas, senão as únicas instituições disponíveis e funcionais, servindo como verdadeira forma de organização das periferias (OLIVEIRA; GRACINO JUNIOR, 2023) e preenchendo inúmeros espaços de socialização dos moradores, impedir a organização política daquele espaço, que também funciona como uma confluência de interesses, significaria minar uma dimensão da vida cotidiana desses moradores periféricos.

A partir desse aspecto, a escolha do tema da pesquisa se enveredou para um estudo de caso com o objetivo de investigar, na prática, como ocorre uma campanha eleitoral de um candidato que não seria apenas evangélico no sentido de professar a religião, mas de um candidato com inegável vínculo institucional, em que o elemento religioso se constitui como principal eixo da campanha. Diante disso, o próximo passo foi de identificar e de escolher a candidatura que seria objeto da pesquisa.

Em um primeiro momento, a ideia era também de estabelecer um recorte geográfico para a escolha dessa candidatura, com enfoque na Baixada Fluminense. A região é composta por 13 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro e conta com aproximadamente 20% da população do estado, incluindo o segundo e o quarto maiores colégios eleitorais, que

são respectivamente Duque de Caxias e Nova Iguaçu. A importância política da região se consolida para além do número de eleitores, uma vez que a Baixada Fluminense também garante uma representação própria nas eleições proporcionais. Nas eleições de 2022, foi possível identificar que 11 dos 46 deputados federais e 15 dos 70 deputados estaduais eleitos possuíam domicílio eleitoral em um dos municípios da região. No que diz respeito à interface religiosa, a Baixada Fluminense também é um importante objeto de análise porque, enquanto unidade, vivenciou um processo de transição religiosa, passando a ter maioria evangélica, conforme verificado através do Censo de 2010, diferentemente do que se observa no estado e no próprio país. Ou seja, se a cada Censo ou a cada eleição a noção de maioria evangélica é discutida, com previsões sobre a transição religiosa para as próximas décadas, a Baixada Fluminense já vivenciou esse processo.

É importante também esclarecer que a escolha da Baixada Fluminense não foi feita somente por interesse acadêmico, mas também por questões pessoais, afetivas e profissionais. Como alguém que transita diariamente desde a infância por alguns municípios da região, consigo ter algum conhecimento prático sobre a dinâmica e a realidade locais. Entretanto, foi a partir do campo profissional, atuando como advogado eleitoral, prestando serviço para candidatos de origens e colorações ideológicas diferentes, que me fez começar a entender e a vivenciar a “política como ela é”, no sentido do cotidiano da política (KURCHNIR, 2000), e, por consequência, decidir situar a pesquisa dentro de um tema prático e dinâmico, que é uma campanha eleitoral.

Nessa junção entre política e religião na Baixada Fluminense, chegou-se no momento da escolha da candidata que seria o objeto do estudo de casos. Levando-se em consideração o vínculo institucional, a aderência ao território e as trajetórias pessoal e no universo político, o resultado foi a escolha da deputada federal Rosângela Gomes, do Republicanos, eleita em 2022 para seu terceiro mandato neste cargo. Até então, pelo menos para mim, Rosângela era uma personagem relativamente conhecida sob o ponto de vista político na Baixada Fluminense, disputando eleições e ocupando o espaço público de maneira frequente, com o uso de *outdoors* nas cidades, vez ou outra aparecendo na *Voz do Brasil* e, mais recentemente, aparecendo nas inserções partidárias do Republicanos na rede de tevê aberta, mas sem despertar maiores interesses.

Rosângela Gomes é uma mulher, negra e da Baixada Fluminense, nascida em Nova Iguaçu e criada num bairro da periferia do município. Seu vínculo religioso com a Igreja Universal do Reino de Deus se deu na adolescência, cuja conversão foi motivada pelo enfrentamento a problemas familiares. Tão logo se converteu à IURD, ela passou a ser

integrante do grupo jovem na catedral do município, do qual desempenhou função de liderança, e se tornou obreira da igreja, uma função de relevância dentro do corpo eclesial, ainda mais considerando a questão de gênero. Em razão de seu protagonismo dentro da Universal em Nova Iguaçu, Rosângela foi escolhida para ingressar na carreira política, candidatando-se pela primeira vez nas eleições de 1996 ao cargo de vereadora do município, para o qual não foi eleita. No entanto, a partir das eleições de 2000, Rosângela Gomes traça uma trajetória ascendente na política institucional, vencendo eleições consecutivas, sendo três vezes vereadora de Nova Iguaçu, uma vez deputada estadual e três vezes deputada federal, exercendo mandato eletivo por mais de 20 anos. Após se reeleger em 2022, a deputada se licenciou do mandato para assumir o cargo de Secretária Estadual de Serviço Social do Rio de Janeiro. Ao mesmo passo que Rosângela conquista mandatos, ela também passou a ocupar cargos de relevância dentro do seu partido, o Republicanos, que historicamente é ligado à IURD (ALMEIDA; PEIXOTO; 2021; ORO, 2016; CERQUEIRA; 2021).

Embora, à primeira vista, Rosângela Gomes não seja uma parlamentar muito midiática e conhecida pelos eleitores em geral, sendo uma política local e mais propagada pelos meios de comunicação ligados à igreja – o que, em inúmeros momentos durante a formulação e escrita do presente trabalho, quando me perguntavam sobre o objeto da pesquisa, me fez ser indagado, com um misto de preconceito e desconhecimento, sobre quem era a parlamentar e sua suposta importância para justificar uma dissertação - toda a sua trajetória e presença no espaço público abonam a escolha. Além do mais, ao situá-la dentro do momento histórico em que exerceu seus mandatos na Câmara dos Deputados, de 2015 a 2022, também foi possível perceber como, através de sua atuação parlamentar, ela representou os interesses do Republicanos e da IURD durante o segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), o processo de impeachment de 2016, o governo de Michel Temer (2016-2018) e de Bolsonaro (2019-2022).

Também se faz necessário destacar o papel da Igreja Universal do Reino de Deus nessa escolha. A literatura sobre religião e política demonstra que a IURD é o modelo mais bem acabado dessa relação (ORO, 2003; 2016; CAMPOS, 2006; ORO; TADVALD, 2015; CONRADO, 2001, CERQUEIRA, 2021). Isso porque, de acordo com Oro (2016, p. 62-63), a IURD adotou um modelo incisivo de ocupação no espaço público em três esferas: a paisagem urbana, a mídia e a política, reconfigurando a presença religiosa de tal maneira que acabou influenciando outras denominações evangélicas e inclusive segmentos da própria igreja católica, o que o autor chamou de “efeito mimético”. No campo da política, que é o

foco do presente trabalho, a Universal está presente pelo menos desde o momento da redemocratização do país. Começou elegendo seus candidatos próprios na eleição para a Assembleia Constituinte, em 1986. Depois, na década de 1990, apropriou-se do antigo Partido Liberal (PL) para concentrar seus candidatos preferenciais. Por fim, no início da década de 2000, participou ativamente da criação de um partido político, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), hoje chamado de Republicanos, que passou a desempenhar seu papel dentro da política institucional desde então.

No entanto, é importante considerar que, na história política brasileira, a relação entre evangélicos e política não é inaugurada pela Igreja Universal, a despeito da publicidade acerca de sua participação na política causar a impressão de que a Universal é maior do que realmente é. Como visto em Burity (2020, p. 198), a representação política evangélica já esteve presente desde os primórdios da implementação desse grupo religioso como fé minoritária no país, o que chama de processo de minoritização religiosa. No primeiro momento, que remonta ao período histórico até o golpe cívico-militar de 1964, a presença evangélica na política se deu de maneira a reafirmar este processo, com foco na própria existência dos evangélicos dentro da arena religiosa, com a cobrança de políticas laicas, a fragmentação e o caráter restrito da presença política, a ausência de objetivos corporativos e a capacidade de fazer alianças com grupos seculares. Na participação na política institucional, data-se que o primeiro representante evangélico foi eleito, sem o apoio denominacional, em 1933, enquanto o primeiro pentecostal conquistou a eleição em 1962.

Se os evangélicos, enquanto grupo religioso, não podem ser entendidos como uma massa homogênea (MAFRA, 2001, SPYER, 2020), a participação desse segmento na política também não o é, sofrendo alterações ao passar do tempo, fazendo com que, de acordo com Campos (2006), determinado momento histórico gerasse políticos evangélicos e, a partir de outro, “políticos de Cristo”. Nesse ínterim, o que precisa ser entendido é de que forma as igrejas evangélicas passaram de uma representação desorganizada e minoritária até se consolidarem como força política constituída na democracia brasileira, influenciando definitivamente em eleições majoritárias e na composição de coalizões de governo. Houve, portanto, uma “virada de chave” que não pode deixar de ser considerada. Observa-se que as igrejas evangélicas, tendo como marco o processo de redemocratização do Brasil, têm mostrado uma força de organização que vem se refletindo em votos nas eleições e fazem com que seus representantes se tornem atores importantes no cenário eleitoral, seja pela sua eleição direta, com a disputa de cargos majoritários, seja com a participação no que se refere à mobilização eleitoral e à composição de governo.

De acordo com Burity (2020), há um consenso sobre as eleições para a Assembleia Constituinte de 1986 serem consideradas como um marco de mudança da participação política dos evangélicos, uma vez que consistiu numa quebra significativa e até então definitiva no perfil da presença política evangélica. Em primeiro lugar, porque pela primeira vez o número de pentecostais eleitos superou o número de protestantes históricos (MACHADO, 2015). De acordo com Freston (1993), houve à época uma organização da participação política-eleitoral, especialmente pela cúpula da Assembleia de Deus, a maior denominação evangélica do Brasil, porque naquele momento histórico de discussão de um novo arcabouço jurídico do país, os evangélicos deveriam participar da política para assegurar a liberdade religiosa, com o receio de privilégios à Igreja Católica, e também para discutir pautas que envolvessem a moralidade protestante, como legalização do aborto, das drogas, do casamento homossexual e do casamento como livre contrato. Importante frisar que essas questões morais continuam permeando a atuação de determinados parlamentares evangélicos até os dias de hoje, que utilizam tais pautas como controvérsias públicas que impulsionam sua atuação no Congresso e que são utilizadas com viés eleitoral, além de consistirem em temas aglutinadores da bancada evangélica. Tanto que, em uma das leituras do período, os evangélicos na política eram entendidos como uma “nova direita brasileira cristã” (PIERUCCI, 1989).

A principal diferença das eleições para a Assembleia Constituinte para a representatividade política evangélica é que, juntamente com a ação instrumentalizada das instituições, os grupos religiosos passaram a apoiar representantes internos, ou seja, religiosos que se tornaram políticos. Antes disso, prática comum era apoiar candidatos externos à igreja, que se aproximavam com o intuito de arregimentar o suporte institucional (ORO, 2003). Dessa forma, recuperando a tipologia criada por Campos (2006, p. 35-36), por mais que seja composta por “tipos-ideais” no sentido weberiano, é justamente a entrada das igrejas enquanto instituições na política eleitoral que vai alterar o formato de representação. Se, antes desse período, vigoravam os “políticos evangélicos”, que usavam simplesmente as denominações evangélicas para conquistar os votos que os elegessem, sempre com a promessa não muito convincente de que tentaria defender as Igrejas nas fronteiras da política, o período posterior foi marcado pelos “políticos de Cristo”, o modelo predominante de ator político-religioso, que indica a presença da denominação religiosa responsável pela sua eleição na arena política através do mandato conquistado. É a partir dessa noção que algumas pesquisas vão indicar que o afastamento do parlamentar da instituição religiosa acarreta na não reeleição (ORO, 2003; CAMPOS, 2006; MACHADO, 2006).

O que justifica a entrada dos pentecostais no campo político, de acordo com Burity (2018), foi a adoção da via político-eleitoral como forma de ocupação do espaço público. Trata-se de uma forma que permitia à uma religião minoritária competir na esfera pública com a ocupação instituída historicamente pela Igreja Católica enquanto religião majoritária, que, se por um lado, fora alçada no período do Império como religião oficial, mas que, mesmo com a laicidade do estado, continuou obtendo benesses estatais que possibilitaram sua consolidação hegemônica (MARIANO, 2011). Em que pese a existência de diferentes formatos de ocupação, como pela via da culturalização adotada pelas religiões afro-brasileiras ou a via da incidência pública ecumênico-ativista, depreende-se que a escolha do modelo de representação política pode ser considerado como bem sucedido, uma vez que o número de parlamentares evangélicos a nível nacional, salvo em legislaturas muito específicas, encontra-se em uma crescente, tanto numérica quanto de relevância (LACERDA, 2019). De acordo com o DIAP (2018), observando a composição da chamada “bancada evangélica”, que desde 2003 está registrada formalmente como Frente Parlamentar Evangélica, excetuando a eleição de 2006, a bancada evangélica vinha apresentando crescimento médio de 20%. Em 2014, o crescimento já foi pequeno e, em 2018, registrou-se aumento de pouco mais de 10%, tendo, no contexto desses anos, o Republicanos, partido ligado à IURD garantindo o protagonismo da representação evangélica, elegendo 15 deputados em 2014 e 19 em 2018. Rosângela Gomes, dessa forma, ingressa na Câmara dos Deputados dentro de um contexto de expansão.

Quando se trata de evangélicos e religião, maior protagonismo se dá para setores do pentecostalismo, o que ocorre por conta da sua proporcionalidade em número de fiéis e de representantes políticos eleitos se comparados com as igrejas tradicionais, entendidas como as históricas e as de missão. De todas as formas, o ingresso de diversos setores pentecostais na política dependeu primeiramente de uma reconfiguração discursiva dos líderes religiosos e da aceitação dos fiéis, processo que ocorreu de maneira distinta a depender da vertente religiosa. A princípio, para os segmentos evangélicos mais sectários e ascéticos, que prezavam pela divisão entre o “mundo” e a esfera religiosa, houve uma passagem do pensamento de que “crente não se mete em política” para o jargão “irmão vota em irmão” (FREESTON, 1993). Foi este o caso das igrejas pentecostais clássicas, segundo a tipologia de Mariano (2014), como a Assembleia de Deus, denominação que detém a maioria dos evangélicos no Brasil, mas que já houve maior maleabilidade em outras denominações, como na Igreja Universal.

Dentre as igrejas neopentecostais que mais tiveram sucesso dentro do campo político está a Igreja Universal do Reino de Deus, um dos objetos deste presente trabalho. A IURD

nasce no subúrbio do Rio de Janeiro no final dos anos 1970, criada por Edir Macedo, sendo o produto institucional mais famoso da terceira onda pentecostal, chamada academicamente de neopentecostalismo (MARIANO, 2014), que teve uma explosão de crescimento a partir dos anos 1980 (FREESTON, 1994, p. 131). De 1991 a 2000, a IURD cresceu 681,5% (MARIANO, 2013) e, de acordo com o Censo de 2010, era a quarta maior igreja evangélica do país, atrás das Assembleias de Deus, das igrejas batistas e da Congregação Cristã do Brasil. Considerando que a Igreja Batista é uma igreja evangélica tradicional, a IURD figurava, portanto, como a terceira maior igreja pentecostal em número de membros, ao mesmo passo em que era a que mais ganhava repercussão midiática por conta das controvérsias públicas e do modelo de ocupação do espaço público.

Em vias de crescimento, o expansionismo da IURD foi refreado entre os anos de 2000 e 2010, conforme indicado pelo Censo de 2010, sendo algo até então inesperado. Mariano (2013) chama a atenção para uma possível estagnação do crescimento da Universal, já que os dados indicaram uma leve diminuição em termos absolutos das pessoas que se declaravam como pertencentes à denominação. No entanto, entende-se que esses dados, por si só, não representam uma queda nos seus quadros e no tamanho real da igreja. Isto porque parte dos fiéis poderia ter se enquadrado na categoria “evangélica não determinada”, que pela primeira vez foi aplicada no Censo, até pelo fato de parte do público na Universal não ser fidelizada. Apesar de prognósticos e projeções, a atual dimensão da IURD somente vai ser verificada com a divulgação dos resultados de um novo Censo.

No entanto, verificando-se a partir do recorte geográfico da Baixada Fluminense, onde a IURD está presente em todos os 13 municípios, somando 190 templos, segundo dados recolhidos de endereços cadastrados no site da Universal, e era a terceira denominação com o maior número de evangélicos na região, ficando atrás apenas da Assembleia de Deus e da Igreja Batista, com 67.733, qualquer alteração de tamanho da Universal não é capaz de causar uma mudança prática, uma vez que a igreja é mais do que consolidada em território fluminense. A título de exemplo, caso a IURD fosse um município em número de fiéis da Baixada Fluminense, seria maior do que pelo menos duas cidades da região. Mesmo com dados já defasados, verificou-se que a Baixada Fluminense vivenciou a transição religiosa já em 2010, possuindo maioria evangélica, com aproximadamente 37% de sua população total, e se configurando como um “cinturão pentecostal” no Rio de Janeiro (MAFRA, 2011).

O itinerário da IURD na política, confirmando o marco temporal canônico no tema, começa com a eleição para a Assembleia Constituinte, em que elegeu na ocasião apenas um deputado, o bispo Roberto Augusto Lopes (ORO, 2016, p. 62). Este número foi crescendo no

decorrer das legislaturas, de modo que, em 1990, elegeu três deputados federais e, na eleição seguinte, a de 1994, duplicou de tamanho. Em 1998, quatorze deputados da própria igreja, excetuando-se três externos que foram apoiados. A estratégia utilizada para o crescimento da representação da igreja, como possível se verificar, foi a de aproximação com os governos eleitos, tanto que a IURD apoiou a eleição de Collor em 1989 e Fernando Henrique Cardoso nas duas eleições subsequentes. Em 2002, aumentou para dezesseis (ORO, 2003), no momento em que também se aproximou da coligação do PT e nela permaneceu até o ano de 2016, quando houve o processo de impeachment. A primeira queda, entretanto, ocorre em 2006, quando o número de deputados federais eleitos cai para seis, muito em decorrência do envolvimento de políticos em escândalos de corrupção. O número permanece relativamente estável em 2010, quando são eleitos sete deputados federais (CAMPOS, 2013) e em 2014, com a eleição de sete deputados federais e um senador (TADVALD, 2015, p. 279). Nas eleições de 2014 e 2018, como já demonstrado, a IURD, através do Republicanos, elegeu respectivamente 15 e 19 deputados, sendo que nas eleições de 2018 aproximou-se da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência, que saiu vitoriosa e teve no Republicanos um partido aliado ao governo. Nas eleições de 2022, segundo pesquisa do ISER<sup>4</sup>, a IURD elegeu 14 deputados federais, representando uma queda em relação às eleições passadas. De toda forma, no Rio de Janeiro, o Republicanos passou de dois deputados federais eleitos em 2014 e 2018 para três em 2022, tendo Rosângela Gomes sido eleita nas três eleições<sup>5</sup>.

Em suma, a participação dos evangélicos na política, embora seja um tema que desperte cada vez mais atenção ao passo que a importância política deste grupo heterogêneo se torna mais evidente, seja pelo crescimento numérico acentuado de evangélicos na população a partir dos anos 1980, quer seja também pelo nível de organização política que deixa de tão só garantir representação legislativa, como também passa a influenciar diretamente em resultados eleitorais para a Presidência da República, já é um dado constituído no Brasil (FREESTON, 1993; PIERUCCI, 1989; ORO, 2003; CAMPOS, 2006, MACHADO, 2006; BURITY, 2018; BURITY, 2020). Dessa forma, o presente trabalho se encontra dentro de uma agenda de pesquisa de política e religião que vem aumentando de

---

<sup>4</sup> CUNHA, Magali. “Um primeiro olhar sobre os evangélicos na atual Câmara Federal”. *Religião e Poder*, 29 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/um-primeiro-olhar-sobre-os-deputados-evangelicos-na-atual-camara-federal/>. Acesso em 07 set. 2023.

<sup>5</sup> Nas eleições de 2014, o Republicanos elegeu no Rio de Janeiro Roberto Sales e Rosângela Gomes, tendo a candidata recebido a sua maior votação ao cargo nesse pleito, que foi o primeiro que participou para este cargo. Em 2018, Rosângela foi reeleita, tendo como correligionário o apresentador de televisão Wagner Montes. Já em 2022, Rosângela conquistou a vaga justamente com os bispos licenciados da IURD Marcelo Crivella e Jorge Braz.

importância eleição após eleição.

Dentro do tema evangélicos e política, a presente pesquisa tem como objetivo principal investigar a campanha eleitoral da deputada federal Rosângela Gomes, filiada ao partido Republicanos – RJ, ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, nas eleições de 2022, para mensurar o impacto institucional da igreja e das lideranças evangélicas, como intermediadores (*brokers*) entre a candidata e os eleitores, dentro da região da Baixada Fluminense, na votação da candidata. A hipótese é que a estrutura organizacional da IURD desempenha um papel determinante na elaboração e na execução da estratégia de campanha da deputada, influenciando em sua votação, o que indica a permanência do modelo histórico de atuação política dessa igreja através das candidaturas oficiais, havendo correlação entre o número de templos e a votação recebida pela candidata nos municípios da Baixada.

Como objetivos específicos, buscará a pesquisa (1) analisar os mecanismos de acionamento religioso utilizados durante o período de campanha de 2022 pela candidata a partir dos registros de *Instagram*, propondo uma categorização a partir do conjunto de postagens; e (2) elaborar uma biografia política de Rosângela Gomes, através de sua trajetória política e de sua atuação parlamentar; (3) discutir a relação entre igrejas pentecostais e o território da Baixada Fluminense; (4) realizar uma revisão de literatura sobre a inserção da Igreja Universal na política;

No que diz respeito à campanha, foi desenvolvida uma metodologia de acompanhamento da rede social *Instagram* para reconstituir os atos de campanha da candidata durante o período legal, de 16/08/2022 a 01/10/2022, uma vez que, durante o processo eleitoral, foi inviável acompanhar Rosângela Gomes *in loco* durante todo o período eleitoral. No entanto, essa metodologia só foi possível porque a candidata utilizou a rede social como verdadeiro “diário de campanha”, registrando todas as suas agenda públicas e nominando bairros, municípios e igrejas visitadas, assim como os pastores envolvidos nos atos de campanha. Isto posto, Rosângela Gomes realizou 368 postagens durante os 47 dias de campanha eleitoral. Através desses registros de campanha no *Instagram*, buscou-se identificar, a partir de descrições qualitativas das postagens, a existência de elementos de acionamento religioso durante a campanha. Considera-se acionamento religioso toda e qualquer forma de alusão a elementos religiosos ou institucionais que identifiquem o pertencimento da candidata à determinada crença religiosa. Como é possível mobilizar elementos religiosos de formas distintas, conforme observado pelo conjunto de postagens foi proposta uma categorização dos acionamentos religiosos, como será demonstrado no subcapítulo 3.1.

Ainda sobre a metodologia desenvolvida e aplicada, ela se insere em uma agenda de pesquisa que reconhece os registros em rede social como fonte e que busca investigar o seu uso em campanhas eleitorais (AZEVEDO JUNIOR; LIMA, 2015; BRAGA; CARLOMAGNO, 2018). Entretanto, a investigação das redes para buscar mecanismos de acionamento religioso também não configura propriamente de uma novidade, já que as pesquisas de Mezzomo e Pátaro (2017; 2019) propunham identificar através de diversas fontes, como panfletos, programas de rádio e TV e das redes sociais, o pertencimento religioso dos candidatos. No campo da religião, mais recentemente, a pesquisa “Religião e voto”, do Instituto de Estudos da Religião (ISER) (REIS *et al.*, 2023), utilizou, dentre outros materiais, as redes sociais para categorizar candidaturas com alguma relação religiosa. Essa pesquisa serviu de modelo para que fosse apresentada uma releitura das categorias, mas dessa vez não dos candidatos, mas sim das próprias postagens. Ou seja, que tipo de acionamento religioso determinada postagem traz em si, registrando um fato ocorrido na campanha e com reflexo no mundo real.

Por mais que se trate de uma pesquisa com base em redes sociais, não configura uma netnografia (KOZINETS, 2014), porque não se buscou investigar as interações ocorridas dentro do campo virtual, mas sim usar o que foi produzido e registrado nas redes como documentos históricos para que, a partir deles, fossem reconstituídos os atos da campanha eleitoral de 2022. O intuito era de verificar a representação da realidade através dos registros em rede social, não o impacto das postagens dentro das próprias redes.

Sobre a votação da candidata e sua possível correspondência com a dispersão de templos da IURD na Baixada Fluminense, a pesquisa desenvolveu mapas com a votação no estado e no território, com a quantificação das visitas feitas a igrejas pela candidata durante o período eleitoral e da presença da IURD nos municípios, com o levantamento dos endereços disponibilizados pela própria Igreja Universal. A hipótese é que, quanto mais igrejas, maior a votação percentual daquela localidade para a candidata, como apresenta em teste de correspondência anexo.

A dissertação que se apresenta é dividida em três capítulos. O primeiro capítulo busca, em seu item 1.1, delimitar o território da Baixada Fluminense, abordando sua estrutura, sua importância política e, principalmente, apresentando uma interpretação sobre os motivos que levaram a região ser considerada um “cinturão pentecostal” (MAFRA, 2011). Dessa forma, a relação entre território e violência, sendo tratada como um dado constitutivo da Baixada, de um lado, teve reflexos no campo político e, de outro, impulsionou o processo de transição religiosa, que fez com que a região tivesse maioria evangélica e que, por conseguinte, fosse

um terreno fértil para o surgimento de uma personagem política como Rosângela Gomes.

O capítulo 2 da dissertação, por sua vez, é dividido em duas partes. Na primeira, utilizando elementos biográficos, apresenta a trajetória de Rosângela Gomes, passando desde sua formação familiar e a conversão religiosa à Igreja Universal até culminar na sua carreira política. O que se pretende neste subcapítulo é demonstrar que a trajetória de vida da deputada criou condições para que ela fosse escolhida e permanecesse como uma candidatura oficial da IURD ao longo das últimas duas décadas. Já na segunda parte, o enfoque recai sobre a atuação parlamentar de Rosângela Gomes enquanto deputada federal, de 2015 a 2022, a partir dos discursos proferidos em plenário. Neste aspecto, foi realizado um levantamento da íntegra dos seus discursos nas notas taquigráficas disponibilizadas no portal da Câmara dos Deputados. Através desses discursos foi possível identificar quais são os temas preferenciais do exercício de seu mandato e como que ela se comportou politicamente durante o momento histórico recente.

Por fim, o capítulo 3 busca propriamente apresentar e discutir os resultados do presente trabalho. O subcapítulo 3.1 traz a reconstituição da campanha da deputada através do mapeamento do Instagram da deputada em busca das postagens com acionamento religioso. Para isso, explica e discute detalhadamente a metodologia adotada, demonstra o papel das lideranças religiosas como intermediadores ou cabos eleitorais (*brokers*) e reconstitui os atos de campanha de Rosângela Gomes com base nas postagens com os acionamentos, indicando e explicando as categorias, contabilizadas posteriormente. O subcapítulo 3.2 é destinado aos mapas, apontando para a votação da candidata no estado, na Baixada Fluminense, nos dados da agenda de campanha e no número de templos para discutir a possível correlação entre votação e igrejas no território para, ao fim, confirmar a hipótese da pesquisa ou não, trabalhada também na conclusão que encerra a pesquisa.

Por fim, antes de avançar para a dissertação, voltemos ao princípio para explicar o porquê do título da dissertação. “Que Deus abençoe”, foi escolhido porque, durante todo o processo de coleta de material e de informações, me deparei com muitos vídeos da candidata, seja em suas próprias redes sociais ou de caráter institucional. Era muito comum que, ao encerrar suas falas, Rosângela Gomes utilizasse esse jargão religioso, típico da Igreja Universal. Por mais que eu já tivesse visto outros fiéis da Universal, políticos ou não, repetindo essa frase, até mesmo de maneira corriqueira, acredito que tenha se tornado um bordão de Rosângela. Dessa forma, ao pensar na figura política de Rosângela Gomes, acredito que ela tenha destinado a muito de seus eleitores essa bênção. Sendo assim, em forma de homenagem, sigo da mesma forma em relação ao leitor: “que Deus abençoe”.

## 1. BAIXADA FLUMINENSE: A “TERRA PROMETIDA”

### 1.1. BAIXADA FLUMINENSE: UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E TRANSIÇÃO RELIGIOSA

No segundo turno das eleições presidenciais de 2022, um fato político ganhou as manchetes de jornal e virou pautas principal nas discussões das mesas redondas de análise política: um prefeito da Baixada Fluminense, também presidente de um partido político a nível estadual, o União Brasil, após se reunir com filhos e com a equipe do então presidente Jair Bolsonaro, declarou apoio à candidatura de Lula, sendo o único da região a se alinhar ao ex-presidente na disputa eleitoral<sup>6</sup>.

Esse fato jogou luz sobre Belford Roxo, município longe de ter protagonismo nacional mas muito distante da insignificância a nível local, já que é a cidade que nos anos 1970 ficou, mesmo que exageradamente, conhecida como “o lugar mais violento do mundo” hoje desponta como o oitavo maior colégio eleitoral do Rio de Janeiro, e também sobre o prefeito Wagner dos Santos Carneiro, o Waguinho, que passou a ser relevante *player* político no cenário eleitoral. O que mais impressionou a opinião pública foi o nível de concentração de votos dos aliados do prefeito nas eleições legislativas. Sua esposa, cujo nome de urna era “Daniela do Waguinho” e seu ex-vice-prefeito, Marcio Canella, ambos filiados ao União Brasil, foram respectivamente os candidatos a deputado federal e estadual mais votados do estado do Rio de Janeiro, recebendo aproximadamente metade dos votos válidos do município<sup>7</sup>.

Iniciado o segundo turno, a máquina pública agiu em prol da candidatura de Lula sem que o prefeito medisse esforços, inclusive recebendo o ex-presidente em um comício no município<sup>8</sup>. Por mais que o candidato do PT tenha perdido as eleições em Belford Roxo, assim como ocorreu em todos os municípios que fazem parte da Baixada Fluminense<sup>9</sup>, a

---

<sup>6</sup> Presidente do União Brasil no Rio declara apoio a Lula no 2º turno contra Bolsonaro. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/presidente-do-uniao-brasil-no-rio-declara-apoio-a-lula-no-2o-turno-contrabolsonaro/>. Acesso em 01 mar. 2024.

<sup>7</sup> De acordo com os dados do TSE, Daniela do Waguinho recebeu 213.706 votos para deputada federal, enquanto Marcio Canella foi eleito com 181.274. Em Belford Roxo, a primeira recebeu 114.345 dos 234.488 votos válidos no município, perfazendo um percentual de 48,76% dos votos. Já o segundo teve 108.104 dos 233.136 votos válidos, correspondendo a 45,63%

<sup>8</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2022/noticia/2022/10/11/lula-faz-campanha-na-baixada-fluminense-no-rio-apos-mudanca-de-rumos-da-campanha-no-estado.ghtml>

<sup>9</sup> No segundo turno das eleições de 2022 para a Presidência da República, os treze municípios da Baixada Fluminense totalizaram 2.164.579 votos válidos, correspondendo a 19,68% dos votos válidos do estado. Bolsonaro ganhou em todos os municípios da região, com o total de 1.315.338 votos (61%), enquanto Lula recebeu 849.241 (39%).

avaliação foi que o apoio do prefeito ajudou a frear o avanço do candidato Jair Bolsonaro (PL) na região, diminuindo a margem de votação esperada. Por essas e por outras conjunturas, Daniela Carneiro, agora utilizando o sobrenome do marido, foi nomeada Ministra do Turismo no início do governo. Mais do que uma composição partidária, a nomeação de Daniela poderia servir como aceno a uma parcela do eleitorado que rechaçou a candidatura de Lula: os evangélicos, que inclusive são o grupo religioso majoritário na região da Baixada Fluminense.

No entanto, Daniela Carneiro protagonizou a primeira crise do governo Lula III: já no dia 03 de janeiro de 2023, a ministra e o prefeito de Belford Roxo foram acusados nos principais meios de comunicação do país de manter vínculo político com um conhecido miliciano na região condenado por homicídio, que inclusive participou de sua campanha política anterior, de deputada estadual nas eleições de 2018, e ganhou um cargo na prefeitura de Waguinho em 2020<sup>10</sup>. Ainda nessa mesma semana outras denúncias surgiram, causando um grande incômodo no governo. A partir disso se iniciou um processo de “fritura”, para usar o jargão político, contra Daniela Carneiro, que acabou exonerada do cargo em julho de 2023.<sup>11</sup>

Essa breve reconstituição histórica, feita a partir de notícias de jornais sobre um fato político recente, foi escolhida para servir de prelúdio porque é capaz de reunir em torno de si características que são indissociáveis quando se trata de Baixada Fluminense: as relações entre território, violência, política e religião. Dessa forma, a chave de interpretação proposta neste subcapítulo sugere que a violência como um fenômeno que marca a história da região foi determinante para a criação de um tipo de liderança e de formas de fazer política que a utilizam como gramática, mas que ao mesmo tempo essa realidade serviu como força motriz para o surgimento de outras formas de socialização e de organização, desta vez através das igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais, grupo que passou a constituir a maioria religiosa da região, suscitando um processo de transição religiosa, e que consegue propor uma representação política diferente daquela historicamente estabelecida no território.

---

<sup>10</sup> Ministra do turismo fez campanha com miliciano condenado por homicídio. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/ministra-do-turismo-fez-campanha-com-miliciano-condenado-por-homicidio.ghtml>. Acesso em 01 mar. 2024.

<sup>11</sup> Daniela Carneiro diz que deixa ministério de cabeça erguida. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/07/daniela-carneiro-diz-que-deixa-ministerio-de-cabeca-erguida-e-cita-retorno-a-camara-para-apoiar-o-governo-video.ghtml>. Acesso em 01 mar. 2024.

## **“Você precisa conhecer minha jurisdição”: definição e características da Baixada Fluminense**

Em um dos trabalhos mais relevantes sobre as formas de definição e caracterização da Baixada Fluminense, Enne (2002, p. 42) dá um conselho que merece ser seguido integralmente: uma pesquisa que se propõe a discutir “qualquer temática relacionada à ‘Baixada Fluminense’ não pode ser iniciada sem que, antes, se discuta a própria concepção espacial que está sendo abraçada”. Na presente pesquisa, esse esforço é mais do que necessário porque existe uma relação simbiótica entre a personagem principal, juntamente com todos os elementos constitutivos desse enfoque envolvendo a presença de igrejas evangélicas na Baixada Fluminense a importância delas para o sucesso eleitoral. A existência política de uma deputada como Rosângela Gomes muito se deve às possibilidades oferecidas pelo território, assim como o próprio território pode ser explicado e compreendido a partir desta personagem pelos motivos que serão trabalhos neste subcapítulo. Ou seja, a Baixada Fluminense é mais do que um pano de fundo, mais do que um território amorfo onde a ação política acontece, mas sim um elemento primordial, um território fértil para que todas essas inter-relações pudessem acontecer. A Baixada é uma personagem dessa história.

Como a pesquisa trabalha com distribuição territorial de cabos eleitorais e votação da deputada, o recorte geográfico evidente são os municípios que compõem a região denominada Baixada Fluminense. Seria um recorte institucional com treze municípios que formam um das três sub-regiões pertencentes à região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Essa unidade política contém cerca de 2,8 milhões de eleitores e possui quatro dos dez maiores colégios eleitorais do estado, entre eles o segundo e o quarto, representando aproximadamente 20% dos eleitores do Rio de Janeiro.

Toda classificação tende a ser arbitrária. No entanto, por mais que haja uma objetividade em uma classificação político-institucional, é importante indicar que existe uma “polissemia” na classificação do que seria a Baixada Fluminense<sup>12</sup>, inclusive em questão geográfica (ENNE, 2002, p. 44). A própria classificação já mostra que se trata de um território em disputa. De acordo com Simões (2006, p.2):

---

<sup>12</sup> Apenas no que se refere a questões geográficas, os trabalhos mais tradicionais caracterizam a Baixada como a região que fica ao da Serra do Mar e o litoral (OLIVEIRA, 2004, p. 18), que aumentaria a abrangência e, hoje, desconfiguraria a unidade política.

Não existe um consenso geral do que seja a Baixada Fluminense, quais os seus limites e os municípios que a compõe. A cada trabalho sobre essa região reabre-se o debate, pois cada autor se coloca de maneira diferenciada com relação a área a ser delimitada. Contudo, existem alguns consensos que devem ser ressaltados. Os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são apontados, com unanimidade, como núcleos desta região, assim como não há questionamento sobre a inclusão de seus “satélites imediatos”, como Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, que são incluídos como parte da Baixada Fluminense por todos os autores, mas nem sempre analisados com a mesma profundidade que o “núcleo duro”. Os problemas se encontram nos limites leste, oeste e norte. Dependendo dos autores, Magé e Guapimirim podem ser ou não inseridos na Baixada Fluminense, o mesmo ocorrendo com Itaguaí, Seropédica e Paracambi.

Ainda na discussão sobre a delimitação da Baixada Fluminense, dentre inúmeras classificações, destacam-se a de Simões (2002), que, ao investigar as mudanças econômicas da região com as emancipações dos municípios, classifica como “Baixada geopolítica” os municípios e distritos provenientes do desmembramento dos antigos municípios de Iguassú e Estrela, delimitando a região em oito municípios e um distrito, e a de Oliveira (2004) e Rocha (2009; 2019), que tratam como “Baixada Política” não só os municípios que se derivaram da “Grande Iguassú”, mas ampliando a delimitação para aqueles desmembrados também de Magé e Itaguaí, totalizando assim os treze municípios da divisão institucional aqui adotada, seguindo a delimitação da Secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana (SEDEBREM). Sendo assim, chama a atenção Oliveira (2004, p. 29) que tratar a Baixada apenas pela fragmentação do então município que hoje é Nova Iguaçu limitaria demais a região, de forma que considera as fragmentações de outros dois municípios.

Figura 01: Mapa da divisão da região metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Organização e Elaboração: Laboratório Integrado de Geografia Física Aplicada (LiGA-UFRRJ) e Laboratório de Geografia Econômica e Política (LAGEP-UFRRJ) [2020].

Por mais que se trate de um espaço físico e politicamente delimitado, a Baixada Fluminense também pode ser assim classificada através de uma definição de território a partir de uma base humanista, que leva em consideração o papel do homem e das interações sociais e culturais para caracterizar uma região, tornando noções como “consciência regional”, “sentimento de pertencimento” e “mentalidades regionais” fundamentais para formar essa subjetividade que aglutinaria os habitantes de um território (ENNE, 2002, p. 49). Dessa forma, busca-se identificar elementos aglutinadores para conferir a identidade de pertencimento à Baixada Fluminense por moradores territórios distintos, mas que congregam de certa familiaridade para além da história e da geografia. Dentre esses elementos, podem ser citados, segundo Barreto (2004, p. 46), os processos de ocupação e desenvolvimento da região, o passado rural, a dependência em relação à cidade do Rio de Janeiro, o abandono pelo poder público durante longo período, o forte sentimento de vizinhança e o peso das relações pessoais. Nesse mesmo sentido, Oliveira (2004, p. 27) entende que os municípios da Baixada apresentam diversas carências que os integram, desde a problemática habitacional, passando pelo mandonismo local, até chegar na violência.

Além disso, para fins de caracterização do território, não basta apenas uma visão interna e subjetiva das próprias relações, o que seria uma autoconstrução, a forma pela qual o habitante entende o ambiente no qual se encontra, mas também em como esse território é visto e construído através de um olhar externo. No entanto, juntando os critérios externos e internos, objetivos e subjetivos, percebe-se que em pelo menos um ponto a “Baixada imaginada” não se descola de uma “Baixada real”: a dimensão da violência como elemento constitutivo, sendo uma característica inerente à própria história da região e que é incontornável para a imagem da Baixada Fluminense até os dias atuais (ALVES, 2002; 2020).

Ao definir Baixada Fluminense, Barreto (2004, p. 47) enxerga a existência de um “discurso-pra-dentro” e um “discurso-pra-fora”. Se no primeiro há a valorização dos laços comunitários, de uma suposta origem em comum da população, da produção de diversidades culturais, no segundo os habitantes reconheceriam o sentimento de abandono, rejeição e preconceito. E esse preconceito vem justamente da forma em que a violência foi historicamente tratada na região.

De acordo com Alves (2002, p. 60), na Baixada Fluminense “se configura uma realidade socioespacial onde se condensam as mais dramáticas contradições vivenciadas pela sociedade brasileira”. Isso porque, além da proximidade geográfica desses municípios e do grau de urbanização, essas cidades “possuem uma formação histórica, espacial e social

marcada por um padrão comum de segregação da classe trabalhadora, originada pela extrema violência” (id. Ibid).

A Baixada, portanto, tem característica de uma área periférica, que se localiza ao redor da cidade do Rio de Janeiro como satélite ou “cidade-dormitório”, que é vista como um lugar negligenciado pelo poder público, com indicadores sociais que refletem esse cenário, sendo marcada por um contraste econômico e social na paisagem urbana das cidades que a compõem (ROCHA, 2019), mas principalmente constituída e estigmatizada pelas relações de violência (ALVES, 2020; ALVES, 2002; ENNE, 2002).

O nível de estigmatização e de um senso comum acerca da violência na Baixada Fluminense é tão presente no imaginário coletivo que Alves (2020, p. 69) narra, na introdução de sua tese sobre a história e as origens da violência na região, um pronunciamento público onde a barreira geográfica na fala de uma parlamentar do Rio de Janeiro foi redefinida por conta do histórico e do grau de violência – até porque uma chacina da magnitude da ocorrida em Vigário Geral só poderia acontecer na Baixada, obviamente:

Quando no dia 30 de agosto de 1993, a favela de Vigário Geral expunha ao mundo os 21 mortos da maior chacina cometida pela Polícia Militar no Rio de Janeiro, uma deputada federal lamentou, no rádio, a tragédia ocorrida naquela “favela da Baixada Fluminense” (sic). Assim, o bairro, que na verdade pertence ao subúrbio carioca, foi incorporado à Baixada”.

A fim de compreender as origens dessa estigmatização, Enne (2002) buscou investigar a construção de representações sociais sobre a Baixada Fluminense a partir da imprensa carioca, este “olhar de fora”. Esta investigação foi realizada através de material coletado em três jornais impressos de grande circulação do Rio de Janeiro, que foram o Jornal do Brasil, O Dia e A Última Hora, a respeito da região, dos anos 1950 até 2000. A escolha do primeiro se deu por ser o de maior credibilidade intelectual, enquanto dos outros dois por serem mais sensacionalistas, que não poupavam tinta para explicar casos de violência e que utilizavam esse recurso para garantir maior vendagem, associado ao caráter popular e de baixo custo aquisitivo. A Baixada, portanto, tinha destaque “não só pelas ocorrências reais de casos de violência, como pela criação de um imaginário acerca da região onde somente esse ângulo deveria ser destacado” (ENNE, 2002, p. 100).

Enne explica que, até a década de 1950, a Baixada não tinha relevância e visibilidade na imprensa, mas que em meados desta década na década de 1960 uma mudança começou a ocorrer por conta da figura de Tenório Cavalcanti e pelas lutas pela posse de terra com o processo de loteamento da região, em razão da decadência econômica das fazendas. Com

isso, a autora identifica que esta fase foi o ponto de partida para a construção da imagem da Baixada como sendo um “faroeste fluminense”, em que notícias sobre violência na região começam a ganhar destaque nos jornais.

A década de 1960 também sediou eventos chaves para a associação da violência à região. Houve o caso do “grande assalto” ou “quebra-quebra”, nome dado a uma série de saques e depredações ocorrida na Baixada Fluminense no dia 05 de julho de 1962 – que não foi um fato isolado, enquadrando-se numa série de revoltas populares no estado do Rio de Janeiro à época. Como resultado do grande saque, foram 48 mortos, 700 feridos e 2 mil estabelecimentos comerciais atingidos, o que colocava em dúvida a capacidade de controle da massa urbana da região da maneira que vinha sendo realizada (ALVES, 2002, p. 61). Por conta disso, este evento ganhou um contorno especial na Baixada, uma vez que, segundo Alves (2020), pode ser considerado um marco para o início da ação de grupos de extermínio na região, sendo contratados por comerciantes e pelas elites locais para evitar certos tipos de criminalidade popular. Além disso, o golpe cívico-militar de 1964 transformou Duque de Caxias, um dos principais polos da Baixada Fluminense, como Área de Segurança Nacional (ENNE, 2002, p. 114; ALVES, 2002, p. 62). Para Alves (ibid.), foi justamente o aparato da ditadura militar na região que “deu apoio a um dos mais poderosos esquemas de execução sumária da história do país”, mostrando a interface entre violência e política.

A partir dos anos 1970, a ação dos grupos de extermínios começa a se intensificar na Baixada Fluminense e passa a ganhar destaque da mídia, observando Enne (2002, p. 115) um aumento no número de matérias nos jornais sobre esse tema, embora em alguns anos dessa década o número oficial de homicídios tenha diminuído (ALVES, 2020, p. 189). Foi também nessa década que um suposto estudo da UNESCO indicou Belford Roxo, então distrito de Nova Iguaçu, como o lugar mais violento do mundo, sendo um dos momentos de maior afirmação da imagem negativa da Baixada (ENNE, 2002, p. 117).

Conforme explica Alves (2020, p. 178), os grupos de matadores que existiam na década de 1950 foram reconfigurados em decorrência da ditadura militar, entrando em uma nova fase de forma mais intensa, em especial a partir de 1968, o ano de recrudescimento do regime, sendo um período de consolidação dos chamados “esquadrões da morte”. Diferentemente do padrão anterior, em que o destaque se dava para crimes policiais, essa nova fase era caracterizada por execuções determinadas por interesses de terceiros (ibid., p. 197).

Apesar das notícias sobre as pistolagens Tenório Cavalcanti e do “estudo” apresentado pela mídia que apontou Belford Roxo como o lugar mais violento do mundo serem os maiores marcos caracterizadores do estereótipo da região, o ápice da exposição da Baixada como

lugar de extrema violência, no entanto, deu-se nos anos 1980. Ainda segundo Enne (2002, p. 18), não só aumentam as referências diretas, como também o tamanho e o sensacionalismo das matérias.

De acordo com a autora, um dos fatores responsáveis por esse cenário foi o surgimento do “Mão Branca”, uma figura que era citada nas reportagens como justiceiro da região, acumulando mortes e indicando o local de desova dos corpos aos jornais. A ideia era que “Mão Branca” seria responsável pela limpeza da região com a eliminação de bandidos e malfeitores. Não se sabe da real existência desse personagem específico ou se ele faz parte do folclore e do imaginário da Baixada, sendo utilizado para como artifício para ocultar e promover a atuação de inúmeros grupos (ALVES, 2002, p. 82). Entretanto, nesta época houve uma mudança da estrutura de atuação dos grupos de extermínio, até por conta do momento histórico do fim da ditadura e abertura política. Isso fez com que as chamadas “polícias mineiras”<sup>13</sup> passassem para uma fase de autonomia em relação ao aparato policial-militar (ALVES, 2002, p. 62).

Na década seguinte, de 1990, mesmo com os indicadores sociais demonstrando o fracasso da segurança pública na região, houve um esforço para suavizar e tirar o foco da violência da Baixada Fluminense. Alguns aspectos ajudaram nesta mudança. De acordo com Enne (2002), o processo de reabertura política e efervescência cultural fez surgir uma série de aparelhos de culturas e movimentos sociais na região. A imprensa, em especial o jornal O Globo, criou um caderno temático sobre a Baixada nos mesmos moldes que fazia com regiões da cidade do Rio de Janeiro e passou a empregar uma pauta positiva. Destaca-se também a criação da Linha Vermelha, que facilitou a integração entre Rio-Baixada, com a diminuição da distância e aumento do intercâmbio e do contato entre os moradores, fazendo com que a Baixada fosse vista de maneira menos marginalizada pela proximidade física. Junto a isso, houve a exploração do mercado consumidor e a criação de *shoppings centers* na região.

Entretanto, o principal fato que contribuiu para esse descolamento da associação entre a imagem da Baixada e a violência foi a percepção de aumento generalizado da insegurança nos anos 1990, que seria um problema de todos os lugares, principalmente da cidade do Rio de Janeiro, e não apenas da região (ENNE, 2002, p. 125). No entanto, apesar de todos os esforços de desvinculação, partindo dos jornais, dos políticos, dos intelectuais da região e de

---

<sup>13</sup> A expressão “polícia mineira”, utilizada muitas vezes como sinônimo de grupos paramilitares ou grupos de extermínio, surge a partir de um jargão policial sobre a prática da “mineração”, em que policiais extorquiam comércios da região pra garantirem a segurança, como um embrião das milícias, e também de roubar os pertences dos mortos em conflito.

toda a sociedade civil, todos os anos de pauta negativa e sensacionalista fizeram com que a violência ocupasse destaque como unidade discursiva utilizada pela imprensa para se referir à Baixada. No mais, embora esses indicadores façam parte da história e da realidade da região, percebe-se também uma certa hiperbolização em determinados momentos, que acaba eclipsando outras características, como a importância econômica e política. De toda forma, sendo hiperbólica ou não, a história da Baixada foi atravessada pela violência, produzindo efeitos em todas as esferas sociais, principalmente nas relações políticas desenvolvidas no território.

### **Política e violência a partir de três trajetórias:**

A violência na Baixada, além de ser um fato constitutivo da região, causou uma secura que ainda permanece no cotidiano das cidades. Se, na década de 90, a região possuía uma média de dois mil assassinatos por ano, com uma taxa de 74 homicídios por cem mil habitantes, tendo sete de suas cidades no ranking das 100 mais violentas do Brasil (ALVES, 2022, p. 60), a situação atual não parece estar tão diferente. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, o estado do Rio de Janeiro é o único do sudeste que possui municípios na lista das cinquenta cidades mais violentas do país, que são assim definidas pelo ranking de maior número de homicídios por cem mil habitantes. Das seis cidades do Rio de Janeiro que constam nesta lista, quatro delas se localizam na Baixada Fluminense: Itaguaí (16ª, com taxa de 61,6 homicídios), Queimados (17ª, com 61,2), Duque de Caxias (43ª, com 44,3) e Belford Roxo (49, com 41,8)<sup>14</sup>.

Desenvolvida sob a perspectiva da criminalidade e da violência, que, na história recente, começa no processo de loteamento com o declínio das fazendas e com o crescimento populacional desenfreado (ALVES, 2020), desenvolve-se no contexto da luta pela terra e de extrema desigualdade social para, por fim, culminar na violência praticada direta e indiretamente pelo poder público, seja em razão da marginalização do território e pelo abandono do estado através da falta de investimento, seja também aquela praticada à margem da lei por grupos de extermínio capitaneados por agentes do estado ou de fora deles, a Baixada Fluminense ressignificou seu espaço social a partir dessas experiências (BARRETO, 2006), sendo uma:

---

<sup>14</sup> Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. São Paulo, SBSP, 2023, disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 23 abr. 2024.

maneira de lidar com o corte, com a mudança brusca na percepção da cidade e das relações sociais nela engendradas. Falar do crime é uma maneira de se (re)colocar no mundo, assim como de entendê-lo a partir da ruptura gerada pela experiência violenta. Nesse sentido, por intermédio das narrativas, a violência é difundida, criada, apropriada e transformada (BARRETO, 2006, p. 151).

Como a violência de certa forma contamina todos os atos da vida social da Baixada, o campo da política não se viu incólume diante dessa influência. Muito pelo contrário, a violência, em muitos momentos, possibilitou e legitimou o exercício do poder político na região. Isso pode ser verificado a partir da trajetória política de três nomes de relevância histórica e ainda presentes no imaginário da Baixada Fluminense, em três momentos diferentes: Tenório Cavalcanti, Joca e Zito.

A escolha desses três personagens não se deu ao acaso. A partir de aproximações encontradas na literatura sobre o tema, é possível depreender que todos foram lideranças políticas que, de formas diferentes mas atreladas a características pessoais e a uma certa aura mitológica, romperam uma barreira política regional e ganharam projeção a nível estadual ou até mesmo nacional, embora ao mesmo tempo tenham corroborado com uma estereotipização da região. Outra barreira transposta por esses atores foi a informacional: suas ações, positivas ou negativas, colocaram a Baixada Fluminense sob os holofotes da grande imprensa e da academia.

De acordo com Grynszpan (1990), autor de importante trabalho sobre Tenório Cavalcanti, o exame das trajetórias individuais permite ao pesquisador avaliar estratégias e ações de atores a partir de seus movimentos, suas redes de relações e, principalmente, como utilizam os seus recursos políticos disponíveis. Nesse ponto, o principal recurso utilizado por eles é o ponto aglutinador da trajetória política e o que historicamente representa o “capital político” da região: a violência que atravessa as biografias e a história comum da Baixada Fluminense.

Por mais que a violência fosse transformada em capital político, somente o seu uso não seria suficiente para justificar o sucesso político de alguns atores e o fracasso de outros (BARRETO, 2006, p. 151), muito menos a explicação somente através dos eixos da patronagem e do clientelismo. Por mais que esses conceitos sejam indissociáveis à prática política da região (ALVES, 2020, p. 130), possibilitados em razão da própria estrutura social ali existente, como a permanência da estrutura rural e a desorganização do serviço público local, sendo “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 2012, p. 43), existem outros fatores que explicam o surgimento e a manutenção de lideranças políticas da Baixada. Uma delas é

que, inegavelmente, os três personagens citados desenvolveram uma relação de proximidade com a população, mostrando que eram oriundos de uma mesma raiz popular, e, através do personalismo, demonstravam ter capacidade para lutar pelos interesses do território.

À primeira vista, Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque compartilhava a mesma história comum dos colonos da Baixada Fluminense no início do século XX: a de migrante nordestino fugindo da pobreza, tentando a própria sorte no sudeste – o que não deixa de ser verdade. Tenório teve sua condição de vida totalmente alterada após o assassinato de seu pai, quando tinha 14 anos, razão pela qual precisou abandonar os estudos e começar a trabalhar para ajudar no sustento da família, até que migra de Alagoas para o Rio de Janeiro em meados da década de 1920, onde passou a desempenhar funções subalternas no mercado de trabalho (BELOCH, 1986; GRZYNSZPAN, 1990).

O que, no entanto, diferenciava a situação de Tenório Cavalcanti daquela vivida por seus conterrâneos e vizinhos era que ele, mesmo com seus pais tendo condição remediada, pertencia à uma influente família de Alagoas, cuja situação social e laços familiares lhe trouxeram benefícios (BELOCH, 1986, p. 45). Foi por conta dessas relações que Tenório recebeu um convite que mudaria sua vida, o de se instalar em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em 1926, para tomar conta de uma fazenda na região e ser responsável pela administração local da construção da Rodovia Rio-Petrópolis, que cortava o município e que possibilitou a expansão populacional da localidade, após o antigo responsável ter sido assassinado<sup>15</sup>. A relação de parentesco e o status social também possibilitam que Tenório ingressasse posteriormente nos círculos políticos de influência a partir do casamento em 1931 com uma integrante de uma família tradicional da localidade (GRZYNSZPAN, 1990; ALVES, 2020, p. 134).

Grynszpan (1990) e Alves (2020, p. 135) explicam que, para desempenhar essa função de fiscalização e administração das obras para a qual foi contratado, muito por conta de conflitos envolvendo a terra, Tenório precisou dominar o “idioma da violência”. Ademais, o funcionário anterior havia sido assassinado por esta razão. Era comum que houvesse confronto armado no exercício da função, a partir dos quais Tenório ganhou fama de bom pistoleiro e de ter “corpo fechado”. Nessa época, Tenório começa a importar do Nordeste integrantes para seu bando armado, principalmente parentes, e a participar do loteamento das

---

<sup>15</sup> O convite se deu em decorrência das relações políticas do tio e padrinho de Tenório, o deputado Natalício Camboim de Vasconcelos, sendo recomendado a Edgard Pinho, proprietário das terras, que era cunhado do Ministro de Relações Exteriores do governo Washington Luís. Sobre a história, consultar BERLOCH, 1986; GRZYNSZPAN, 1990 e Alves, 2020.

terras, fazendo com que enriquecesse com esse tipo de negócio. Até que, por conta da escalada dos conflitos, desta vez com integrantes do poder institucional, Tenório foi desligado desse serviço e começou novas empreitadas no território que alavancaram sua carreira política, dentre elas serviços armados de proteção a detentores de terra ou para quem queria alargar suas posses (BELOCH, 1986, p. 66).

A trajetória de Tenório Cavalcanti na política se iniciou em 1936, quando se elegeu vereador pela União Progressista Fluminense, representando o então distrito de Duque de Caxias na Câmara de Nova Iguaçu. Após interregno político por conta de oposicionismo ao governo de Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo, Tenório volta a exercer mandato em 1947, quando foi eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), obtendo dois terços da votação de Caxias (ALVES, 2020, p. 138). Foi nesta época que Tenório ganhou a fama de “homem da capa preta”, que até os dias de hoje representa a relação entre política e violência na Baixada. Em decorrência de conflitos com um deputado que foi chefe de segurança de Vargas, Tenório conseguiu uma liberação do então chefe militar do Estado Maior para andar armado nas sessões, onde então deputado comparecia com uma metralhadora apelidada de Lurdinha e um colete à prova de balas feito de ferro embaixo de uma capa preta (BELOCH, 1986) – fato este que foi retratado no cinema, no filme “O Homem da Capa Preta”, de 1986, dirigido por Sergio Rezende, que corroborou com a mitificação do personagem.

Tenório ainda se elegeu deputado federal em 1950 e se reelegeu em 1954 como o deputado mais votado do estado. Leva-se em conta que este momento histórico foi marcado por um *boom* populacional na Baixada Fluminense, que Tenório conseguia reverter em votos. Dentre os motivos para o sucesso eleitoral, destacam-se dois: a manutenção de uma rede clientelista que prestava serviços aos moradores da Baixada, inclusive os de advocacia do próprio Tenório, que chegou a ganhar fama representando casos criminais midiáticos (GRYNSPAN, 1990); e a fundação, em 1954, da Luta Democrática, um jornal sensacionalista de cunho popular e que ajudou a construir uma imagem mitológica em torno de Tenório (ALVES, 2020, p. 140-141), não ocultando as notícias de violência sobre ele, mas sim transformando-as em algo positivo, em uma narrativa heroica, “buscando passar a imagem de um protetor, de um homem que desafiava a morte e arriscava a sua vida, lutando contra as elites detentoras do poder, como uma forma de se sacrificar em nome do povo” (SILVA, 2011, p. 259).

Um capítulo relevante da trajetória política de Tenório Cavalcanti foi sua candidatura a governador do estado da Guanabara em 1960. Na eleição vencida por Carlos Lacerda (UDN),

que também tinha como oponente Sergio Magalhães (PTB), de acordo com Soares (1961, p. 60), o grande fenômeno personalista dessa eleição foi Tenório, então candidato pelo PST, porque, mesmo sem apoio e base partidária, conseguiu votação substancial nas camadas inferiores, chegando em terceiro lugar com aproximadamente 23% dos votos. Ainda segundo o autor, enquanto Carlos Lacerda se apoiava no eleitorado das camadas socioeconômicas mais elevadas, Tenório foi o seu oposto, configurando uma candidatura preferencial das classes pobres e operárias.

Por mais que Tenório tivesse uma trajetória política complexa e longa, desempenhando cargos diversos e transitando da direita, de uma oposição da UDN a Getúlio Vargas, para a esquerda, aproximando-se de movimentos sociais, inclusive tendo seu mandato cassado pela ditadura civil-militar em 1964 (ALVES, 2020), seu principal legado é transpassado pela violência, seja pelo controle territorial, seja por questões políticas. Somente dos anos de 1928 a 1953, os conflitos armados nos quais se envolvia renderam a Tenório, segundo ele próprio, 47 ferimentos a bala, 28 episódios violentos e oito prisões (ALVES, 2020, p. 136; BELOCH, 1936, p. 66). O caso de maior repercussão foi o assassinato de um delegado e de um pistoleiro por conta de disputas locais no ano de 1953, em que houve uma mobilização da Câmara dos Deputados para que, valendo-se da imunidade parlamentar, Tenório não fosse preso (ALVES, 2020, p. 140).

Outra trajetória em que política e violência se coadunam é a de Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca. Joca desenvolveu um perfil de liderança comunitária típica da Baixada Fluminense, sendo formada por pessoas necessariamente interligadas à comunidade onde vivem e partes integrantes da rede informal de resolução de problemas práticos, agindo como elementos facilitadores (MONTEIRO, 2016, p. 30), e posteriormente conseguiu transferir esse capital político para a via eleitoral, em um momento histórico, após a constituinte de 1988, em que Monteiro (2016, p. 31) identificou a ascensão de outros líderes comunitários a cargos públicos oficiais.

Joca, assim como Tenório, também não era fruto da Baixada. Seus pais se estabeleceram em Belford Roxo em meados dos anos 1970, época de acirramento da violência neste então distrito de Nova Iguaçu, vindos do interior do Rio de Janeiro com 14 filhos. Por conta da situação financeira de seus pais, Joca trabalhou desde novo em diversos empregos até se estabelecer como empresário do setor de transportes e construção. A origem de sua riqueza não era clara, pairando sobre ela acusações de que fazia parte de uma quadrilha envolvida com roubo de cargas (ALVES, 2020, p. 164; MONTEIRO, 2016, p. 32; MONTEIRO, 2021).

A transformação de Joca em líder comunitário se dá a partir da atuação empreendida nos bairros onde se localizavam seus negócios. No começo, Joca adaptou um antigo automóvel para funcionar como ambulância à disposição dos vizinhos a qualquer hora do dia ou da noite. Posteriormente, abriu um “serviço social”, no qual cedia materiais de construção, fazia pequenas obras públicas, dentre outras práticas. Até então, nada de incomum.

No entanto, a principal característica de Joca para a população não era de ser empresário ou mantenedor de serviço social, mas sim de ser conhecido como líder de grupos de extermínio da região, praticando “justiçamento” nos bairros vizinhos, assassinando pessoas supostamente envolvidas com atividades criminosas. Essa fama de justiceiro foi alavancada por Joca em sua trajetória política, já que essa imagem contribuiu para ser bem visto por parte da população naquele momento (MONTEIRO, 2016, p. 33). Entretanto, é importante destacar que, como aponta trabalho de Monteiro (2021) ao tratar da trajetória política de Joca e se debruçar sobre essas denúncias, as acusações contra o ex-prefeito nunca foram provadas na justiça, embora haja relatos que garantam a participação de Joca em execuções, sendo certo que ao menos ele tinha ligações com exterminadores e que não condenava tal prática, mas considerava que ela seria necessária e bem vinda. Por mais que não se possa afirmar que a prática de extermínio tenha se tornado uma política pública da gestão de Joca, observa-se que durante seu mandato, enquanto os índices de violência diminuía, os números de homicídios aumentaram sensivelmente (MONTEIRO, 2021, p. 124). Além disso, Joca protagonizou outras cenas de truculência na política, havendo casos em que ele agrediu opositores políticos no centro da cidade e participou de ataques armados à casa de vereadores de oposição (MONTEIRO, 2021, p. 95).

O início de sua trajetória política ocorreu com sua eleição para vereador de Nova Iguaçu em 1988, sendo o candidato mais votado do pleito. Direcionado a ações políticas para seu distrito, Joca atuou diretamente no processo de emancipação de Belford Roxo, exercendo influência política e proximidade com os núcleos de poder local, em especial ao prefeito de Nova Iguaçu à época, favorável à emancipação (MONTEIRO, 2021, p. 114), para viabilizar o plebiscito que culminou nesta que inaugurou a última fase emancipações na Baixada Fluminense<sup>16</sup>.

O ápice da curta trajetória política de Joca foi no ano de 1992, em que se tornou prefeito de Belford Roxo em primeiro turno com quase 70% dos votos (MONTEIRO, 2021, p. 112),

---

<sup>16</sup> A partir dos anos 1990, a Baixada viu a emancipação dos seguintes municípios: Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999) de Nova Iguaçu; Guapimirim (1990) de Magé e Seropédica (1997) de Itaguaí (OLIVEIRA, 2004, p. 37).

configurando ao mesmo tempo uma candidatura de forte apelo popular, mas também recebendo apoio de grande parte da elite política local (MONTEIRO, 2016, p. 35). Dada a sua complexidade política, ao mesmo tempo em que faz parte de um momento histórico marcado pela eleição de “prefeitos matadores” (ALVES, 2020), Joca também consolidou-se como uma liderança política a nível local e regional, sendo fundador e primeiro presidente da Associação de Municípios da Baixada Fluminense e Adjacências com a intenção de estabelecer diálogo com os governos estadual e federal (MONTEIRO, 2016, p. 37), recaindo sobre si a alcunha de “governador da Baixada”.

A trajetória política de Joca foi interrompida por um ato de violência: o seu assassinato em decorrência de um assalto, em junho de 1995, no auge de sua carreira, enquanto estava a caminho de uma reunião política no centro da cidade do Rio de Janeiro, causando grande comoção em Belford Roxo. O assassinato de Joca, além de contribuir para uma mitologia em torno da sua figura (MONTEIRO, 2021), também acarretou efeitos práticos, como a continuidade política em torno de sua esposa, Maria Lúcia dos Santos, eleita prefeita de Belford Roxo por dois mandatos, em 1996 e em 2004, além de ter sido eleita deputada federal nas eleições de 2002.

O último personagem, mais recente e com a carreira política em ainda atividade, é José Camilo Zito. Também compartilhando a história social da colonização da região, a família de Zito instalou-se no então recente município de Duque de Caxias em 1953, onde outros parentes residiam, vinda da zona da mata pernambucana após o patriarca ter perdido o emprego. Como o trabalho era o único meio visto pela família como possibilidade de ascensão social, Zito começou a trabalhar cedo, logo saído da infância, ajudando o pai na barraca em que montava nas feiras livres durante os fins de semana e realizando uma série de biscates. Conseguiu o primeiro emprego formal aos 15 anos, como ajudante em uma estamperia, e aos 17 foi trabalhar com o pai em um laboratório (BARRETO, 2004, p. 53-54).

Zito começa a melhorar sua situação econômica quando, após ter tentado uma sociedade em um laboratório químico, voltou a trabalhar em feiras com barracas e depois com a abertura de lojas. Foi justamente nesta época em que a violência alcançou a sua biografia, em que se pese a fama de valente na juventude. Havia uma praxe local em que bandidos cobravam taxa de proteção de comerciantes. Zito, por sua vez, teria se negado a pagar as taxas e enfrentado os bandidos, inclusive indo tirar satisfação, o que supostamente lhe rendeu alguns prejuízos financeiros (BARRETO, 2004, p. 54; BARRETO, 2006, p. 143-144). No entanto, por mais essa narrativa tenha ganhado contornos heroicos, assim como a estratégia de Tenório

Cavalcanti, parte da população entendia que Zito atuava com esses grupos, até porque adquiriu comércios cujos donos estariam “fugindo da violência”.

Nesta época, Zito também surge como uma liderança comunitária no bairro onde sua família historicamente se instalou, que era marcado pela autoconstrução das residências e ausência de recursos habitacionais. Com isso, Zito desempenhava um papel de intermediador, cobrando do poder público melhorias para o bairro, além de dispor de um centro informal de atendimento aos vizinhos na vendinha que funcionava na residência de seus pais (BARRETO, 2004; 2006). Essas estratégias, tão comuns e presentes no ideário da Baixada Fluminense, possibilitaram seu acesso à política institucional.

De acordo com Barreto (2006, p. 144), foi com a entrada na política que Zito ganhou a fama de “justiceiro” ou “matador”, congregando à sua ação política o binômio clientelismo-violência (ALVES, 2020, p. 166). Sua carreira política começa em 1988, quando foi eleito vereador de Duque de Caxias. Ao ficar como suplente de deputado estadual, em 1990, Zito permanece na política local, sendo reeleito em 1992 como o vereador mais votado na Baixada Fluminense (BARRETO, 2006, p. 156). Nesta época, enquanto era presidente da Câmara de Vereadores, Zito foi acusado de assassinar o subsecretário de serviços públicos do município, que lhe rendeu prisão em momentos diferentes, além de denúncia no tribunal do júri.

As notícias de violência acompanhavam a ascensão da carreira política de Zito. Ainda sob a acusação desse homicídio, foi eleito em 1994, pelo PSDB, deputado estadual com mais de 30.000 votos, sendo um dos dez mais votados do estado. Nas eleições de 1996, Zito se torna pela primeira vez prefeito de Duque de Caxias, mesmo que seu nome tenha sido atribuído a outros três assassinatos antes do pleito (BARRETO, 2006, p. 162-163).

Como prefeito, a gestão Zito foi marcada pelo número de obras públicas e pela construção de um aparato assistencial à população. Com aprovação popular, Zito conseguia utilizar seu capital político para eleger familiares, sendo sua filha, Andreia Zito, eleita deputada estadual em 1998 e, no anos 2000, no ápice de sua popularidade, além de ser ele mesmo reeleito prefeito com mais de 80% dos votos, seu irmão Waldir elegeu-se prefeito de Belford Roxo, derrotando Maria Lúcia, viúva de Joca, e sua esposa Narriman foi eleita prefeita de Magé, rompendo com quase duas décadas de domínio eleitoral da família Cozzolino (BARRETO, 2006, p. 171-172). Ou seja, nos anos 2000, a família Zito comandava três municípios da Baixada Fluminense, além de possuir uma cadeira na ALERJ, razão pela qual José Camilo era tratado como “o rei da Baixada” No entanto, a “época de ouro” de Zito não passou incólume a casos de violência política, como o assassinato de um jornalista de um jornal de Magé, de um assessor de Núbia Cozzolino, adversária derrotada na eleição à

prefeitura daquela cidade, ambos no ano de 2001 e da vice-prefeita de Narriman, em 2002 (BARRETO, 2006, p. 175-176).

Um declínio de Zito foi experimentado em 2004, quando perdeu as prefeituras do irmão e da esposa, assim como não possuía alguém de sua família para disputar sua sucessão em Duque de Caxias, o que, dentre outros fatores, culminou na derrota da chapa para o ex-aliado Washington Reis (BARRETO, 2006, p. 193-194). Por mais que Zito não tenha conseguido alçar voos maiores na política, como uma candidatura ao governo do estado, foi ainda deputado estadual por dois mandatos, sendo eleito em 2006 e em 2014, além de ter o terceiro mandato como prefeito de Duque de Caxias, eleito no pleito de 2008.

A partir dessas três trajetórias, é possível perceber alguns pontos de convergência entre elas: o pertencimento a um “passado comum” típico da região, que seria do migrante em dificuldades que vinham se estabelecer com a família buscando melhorar de vida; a característica de homem de ação, de *self-made-man*, que saiu da pobreza a partir do próprio esforço; o desenvolvimento de uma rede clientelista de resolução de problemas práticos; e a violência como *modus operandi* da construção da imagem e da forma de fazer política.

Cabe observar também que a Baixada Fluminense foi um terreno propício para o surgimento desses atores políticos. Afinal, se a violência já era constitutiva da região, a colonização através de migrantes nordestinos e de novas famílias que passam a ocupar o espaço a partir de meados do século XX e a ausência de infraestrutura estatal básica permitiram que esses tipos de liderança pudessem aglutinar em torno de si a capacidade de resolução de problemas práticos. Entretanto, por outro lado, esses mesmos problemas também propiciaram um outro fenômeno, que oferecia a resolução de problemas práticos de outro modo e ainda era capaz de criar laços de socialização a partir do território: as igrejas evangélicas.

### **Sacralizando o território: a transição religiosa na Baixada Fluminense.**

A cada CENSO divulgado, novas previsões são feitas acerca da “transição religiosa”<sup>17</sup> que poderia estar em curso no Brasil. De acordo com algumas projeções, o país mais católico do mundo caminha para ter maioria evangélica dentro de algumas décadas<sup>18</sup>, embora parte da sociologia da religião problematize essas previsões, uma vez que existem fatores que apontem

---

<sup>17</sup> A expressão “transição religiosa” é tratada aqui de maneira objetiva, significando a passagem numérica de católicos para evangélicos.

<sup>18</sup> CARVALHO, Rone. “O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil”. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo>. Acesso: 05 mar. 2024.

para um arrefecimento do crescimento em vez de expansão contínua e ilimitada (MARIANO, 2008; ALMEIDA, 2008).

O Rio de Janeiro se consolidou como o estado menos católico do Brasil, com 45,8%, mas que, embora contasse com aproximadamente 29% de evangélicos, percentual maior do que a média nacional, este grupo religioso não assumia protagonismo em percentual caso comparado com outros estados, até porque o grupo dos “sem religião” configurou-se como uma terceira força, o que refreou a suposta “transição religiosa” em terras fluminenses. No entanto, a região Baixada Fluminense pode ser considerada um “cinturão pentecostal” (MAFRA, 2011) neste estado. De acordo com o Censo de 2000, enquanto 73,8% da população brasileira era católica e 15,45% era evangélica, já havia na Baixada Fluminense uma proximidade entre o número de católicos e de evangélicos (ROCHA, 2008), sendo que em alguns municípios, como em Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias, os evangélicos, embora em minoria, somavam aproximadamente 30% da população local (ROCHA, 2019), percentualmente duas vezes maior do que a média nacional à época.

O Censo de 2010 confirmou o processo de transição religiosa na Baixada Fluminense, tendo os 13 municípios que a compõem mais habitantes evangélicos do que católicos<sup>19</sup>. Desses municípios, apenas quatro permaneciam com maioria católica, que eram Nilópolis, São João de Meriti, Magé e Guapimirim, mas em todos eles os evangélicos consistiam em mais de 30% da população, sendo que a maior diferença de percentual entre as duas não passava de 6,5%, conforme verificado no município de Nilópolis, e as menores, respectivamente de Guapimirim e São João de Meriti, de 2,1% e 1,05%. Observa-se, portanto, que a Baixada Fluminense tem em média 36,94% de evangélicos, enquanto a nível nacional a média era de aproximadamente 22%. Essa diferença se mostra acentuada em alguns municípios específicos, como em Seropédica e Itaguaí, nos quais os evangélicos somavam mais de 40% da população. Os dados sobre a transição religiosa demonstram, portanto, a complexidade da região, levando-se a investigar os motivos pelos quais esta reconfiguração religiosa ocorreu, assim como as implicações sociais, culturais e políticas.

A configuração religiosa da Baixada Fluminense também confirmou uma tendência percebida no crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus. Mariano (2013) apontou para

---

<sup>19</sup> Em números totais, considerando apenas os “Católicos Apostólicos Romanos”, uma vez que o Censo de 2010 apresenta, sem agrupar, outras duas categorias de católicos, que são o Católico apostólico brasileiro e o católico ortodoxo, eram 1.349.111 evangélicos contra 1.093.546 católicos na região. Diferentemente dos católicos, os evangélicos foram agrupados em uma única categoria para depois se dividir em três: não determinada, missionária e pentecostal. Esses dois últimos apresentam subdivisões, estando a Igreja Universal do Reino de Deus dentro da subcategoria pentecostal. Rocha (2019), ao sistematizar os dados, contabilizou todos os católicos.

uma possível estagnação do crescimento da IURD após ser a denominação que mais avançou entre os anos 1990 e 2000. No entanto, o que se percebe na região é que o número de pessoas que declararam ter filiação religiosa a esta denominação é sensivelmente maior do que a média nacional. Em comparação ao número de evangélicos, na Baixada a IURD representa 5,02% dos evangélicos e 8,54% da categorial “pentecostal”, enquanto a nível nacional representava 4,43% dos evangélicos e 7,38% dos pentecostais. No entanto, a média estadual da IURD é maior do que na Baixada: são 5,81% dos evangélicos e 10,84% dos pentecostais. Dessa forma, a Universal é a terceira principal congregação evangélica na região, atrás apenas das Assembleias de Deus e das Igrejas Batistas. Em razão da diversidade religiosa do campo evangélico e da pulverização dessas outras duas grandes denominações<sup>20</sup>, considerando que a IURD é uma unidade em si, os números demonstram a força da presença da igreja na Baixada Fluminense.

Na falta de Censo mais recente, alguns outros dados possibilitam dimensionar e atualizar a amostragem sobre religião. Uma dessas pesquisas, do próprio IBGE, quantificou o número de templos religiosos a partir dos endereços registrados nos municípios brasileiros<sup>21</sup>. Embora o Rio de Janeiro não seja o estado que lidere a relação de igrejas por número de habitantes, que fica a cargo de estados do norte do Brasil, no ranking das cidades com mais de 200 mil habitantes o estado do Rio de Janeiro apresenta oito das dez cidades com a maior concentração de templos religiosos por habitantes. Dessas oito cidades, quatro se localizam na Baixada Fluminense, respectivamente: Magé, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias, destacando que as duas primeiras ocupam a segunda e a terceira posições a nível nacional.

Por mais que esta pesquisa não diferencie a natureza dos templos religiosos, o perfil de abertura de templos está intrinsecamente ligada às denominações evangélicas, em especial as (neo)pentecostais de pequeno e médio porte. Este fenômeno ocorre em razão de características como a descentralização burocrática e os baixos custos para abrir uma igreja evangélica. Esse perfil de abertura de igrejas foi observado por Mariano (2014, p. 11) ao analisar pesquisas da década de 1990. À época, de dez templos evangélicos criados, nove eram pentecostais em sentido amplo.

---

<sup>20</sup> Embora o Censo considere a Assembleia de Deus e a Igreja Batista como unidades, essas duas igrejas são múltiplas, existindo diversas denominações. No caso específico da Igreja Batista, existe inclusive uma discussão sobre a natureza das reformas, que causaria uma dificuldade de caracterização entre as igrejas de missão e as pentecostais. Existem quatro entidades representativas das igrejas batistas no Brasil.

<sup>21</sup> O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/02/03/estado-do-rio-reune-oito-das-dez-cidades-com-maior-concentracao-de-templos-religiosos-confira-o-ranking.ghtml>. Acesso em 05 mar. 2024.

A partir desses dados, busca-se investigar quais motivos levaram a Baixada Fluminense a ter maioria evangélica. Por mais que não seja a intenção esgotar todas as possibilidades e testar variáveis, considera-se que a região engloba as características gerais propostas por Mafra (2011) na definição de “cinturão pentecostal”<sup>22</sup>. Segundo a autora, valendo-se da literatura acerca do estudo das metrópoles, seria uma característica observada nas metrópoles do século XXI a existência de uma configuração urbana peculiar, na qual os municípios metropolitanos, em torno de uma capital rica e antiga, forma-se um cinturão periférico, de colonização recente, infraestrutura precária e alta presença de pentecostais. A colonização recente, na qual um território recebe um fluxo populacional intenso em curto período de tempo, faz com que não haja memória católica cristalizada (GRACINO JUNIOR, 2016, p. 198), abrindo espaço para o crescimento de outras religiões. Soma-se a isso a tendência de crescimento do pentecostalismo em capitais e regiões metropolitanas principalmente entre os estratos mais pobres, mais negros e menos escolarizados da população (MARIANO, 2014, p. 11-12; ALMEIDA, 2006, p. 117), que são características socioeconômicas encontradas na Baixada. Entretanto, no caso específico da Baixada Fluminense, acrescenta-se como chave de leitura a presença intrínseca da violência como fato cotidiano e como constituinte do imaginário da região.

Por mais que o fenômeno observado seja a expansão pentecostal, ela deve ser inserida no debate sobre a competição com as outras religiões na arena religiosa e principalmente analisada em perspectiva com o declínio católico nesta disputa. O antropólogo norte-americano John Burdick (1998), ao realizar um estudo etnográfico na década de 1980 na denominada “comunidade São Jorge”, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, a fim de investigar por que havia uma expansão do pentecostalismo e da umbanda enquanto as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), que representavam a igreja católica na região, refreavam e não acompanhavam esse crescimento, indicou algumas razões: o pentecostalismo acomodou melhor a camada de trabalhadores expostos ao analfabetismo e a jornadas de trabalho mais pesadas e inflexíveis que foram alienados pela elitização das CEBs; como culto de aflição, deram melhores respostas às mulheres em conflitos domésticos, criando um espaço de segurança para expor essas questões que não existia na igreja católica; enquanto a igreja

---

<sup>22</sup> A própria autora, na abertura do artigo, traz uma crítica sobre a utilização deste conceito para a realidade do Rio de Janeiro, que é o próprio caso investigado, já que a periferia abordada neste estudo é Magé, um dos municípios que fazem parte da Baixada Fluminense. Essa área central, mais rica e antiga, também seria mais católica, não se aplicando em tese ao Rio de Janeiro pois, de acordo com os dados do Censo, ele é o estado menos católico e com mais pessoas que se definem sem religião, suscitando uma pluralidade religiosa. No entanto, tratando em perspectiva, a Baixada Fluminense como um todo é menos católica (29,94%) do que a cidade do Rio de Janeiro (51,09%).

católica não conseguiu desenvolver um discurso em oposição ao racismo, a umbanda e o pentecostalismo propuseram um discurso transformador (BURDICK, 1998, p. 172-173). Ou seja, outros grupos religiosos foram mais eficazes que a CEB na ajuda aos menos estáveis segmentos da classe trabalhadora, às mulheres casadas que enfrentam o conflito doméstico, a jovens solteiros e negros, todos tendo que enfrentar seus problemas existenciais (1998, p. 172).

Outro fator que justifica a preferência dos moradores de periferia pelas igrejas evangélicas é a proximidade local e socioeconômica entre lideranças religiosas locais e os moradores, o que em regra não existe na igreja católica, já que geralmente o padre é alguém de fora da comunidade. Essa proximidade se daria pelo fato de experimentarem uma vida similar, gerando uma empatia entre liderança religiosa e fiéis, assim como um sistema de representação (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 185-186). A existência de uma história e de um pertencimento em comum possibilita o compartilhamento de laços que refletem na experiência religiosa.

No entanto, o motivo mais proeminente capaz de justificar a soberania pentecostal na Baixada Fluminense é a formação de “redes de solidariedade”. De acordo com Vital da Cunha (2015, p. 124), as áreas em que o estado não desenvolveu ações que garantissem a universalidade e qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade fizeram com que a insegurança e a vulnerabilidade social no Brasil atravessassem a experiência cotidiana de amplos contingentes da população. Por conta disso, com a ausência de estado, as populações mais pobres de sociedade fazem com que o recurso a "saídas privadas", através das redes de solidariedade e laços de parentesco, amizade e vizinhança, sejam frequentemente e historicamente acionados por essas populações.

Em razão da demanda por redes de solidariedade e sociabilidade, para além dos laços tradicionais, as igrejas evangélicas pentecostais surgem e pululam no território, configurando-se como "novas e poderosas redes (que) vão se colocando, oferecendo serviços de acolhimento dessa população para que resista à assombrosa presença da violência e da vulnerabilidade social" (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 125). Essas redes seriam “poderosas” porque, conforme observou Mariz (1988, p.15), como o uso de redes sociais de suporte faz parte do estilo de vida das populações pobres no Brasil, as igrejas coexistiriam com as demais redes e as ampliariam, adensando as relações de confiança por transportarem os laços de campos diferentes, mais restritos e familiares, assim como possibilitam que essas redes sejam estáveis e duradouras (ALMEIDA, 2006).

Seguindo esta linha de leitura, a violência tende a ser um fenômeno impulsionador de conversão religiosa para o pentecostalismo, conforme observou Smilde (2012) ao investigar o

crescimento evangélico na América Latina. Mas isso ocorre não porque haja uma relação intrínseca entre pentecostalismo e violência, mas sim porque as igrejas pentecostais, espalhadas pelos territórios periféricos, são uma rede de sociabilidade presentes e receptivas, configurando uma alternativa viável (CORRÊA, 2022). Nesse sentido, Manso (2023), ao analisar os efeitos da violência nas periferias de São Paulo, defende a tese de que esse contexto criou uma necessidade de organização da periferia que desembocou em dois fenômenos distintos e até mesmo paradoxais: o agrupamento de pessoas através das igrejas evangélicas, no sentido de se afastar da sociabilidade violenta, e o fortalecimento de facções criminosas para organizar o mundo do crime.

Se a busca por redes de socialização e proteção vem de um sentimento de insegurança social, o contexto social exerce uma intensa força sobre os moradores dessas periferias. Em razão da violência presente, uma série de mecanismos de proteção vai sendo acionada (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 152), apresentando as igrejas pentecostais uma forma de organização capaz de suprir esses anseios. Dessa forma, ainda segundo a autora:

O forte vínculo religioso/indenitário ainda é uma realidade nas comunidades evangélicas presentes em favelas e periferias urbanas, localidades onde o pertencimento a redes de proteção evangélica é um diferencial considerável no enfrentamento da sensação e das situações de insegurança e vulnerabilidade vividas por seus moradores. Elas são importantes tanto para a reprodução econômica, quanto para a identificação moral positiva dos moradores de áreas estigmatizadas como as de favelas onde a criminalização é extensiva, no imaginário social, a todos que residem nessas áreas (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 189-190).

Com isso, quando abordado no início do capítulo que a Baixada Fluminense oferecia todas as condições e possibilidades para que uma candidatura religiosa pudesse ter sucesso eleitoral no território, foi porque a região foi propícia para o florescimento de igrejas evangélicas, que cresceram assumindo o papel de redes de socialização e de resolução de problemas práticos, estando presentes em lugares onde a institucionalidade e o poder público não conseguem se viabilizar. A região, marcada por um crescimento populacional vertiginoso, às margens da capital, apresentando baixa qualidade de serviço público, pobreza e desigualdade social, além de ser constituída sob o signo da violência, enquadra-se em um território perfeito, como assevera a literatura, para uma hegemonia pentecostal. Se os efeitos práticos da socialização violenta refletem na história política da região, a reação a este tipo de marca social, que culmina numa organização social em torno do crescimento das igrejas evangélicas, demonstra que existe um espaço aberto para a representação política.

## **2. A MULHER ELEITA: TRAJETÓRIA POLÍTICA E ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE ROSÂNGELA GOMES**

### **2.1 –A MULHER VIRTUOSA: TRAJETÓRIA PESSOAL, CONVERSÃO RELIGIOSA E CARREIRA POLÍTICA DE ROSÂNGELA GOMES**

“A mulher virtuosa é celebrada por sua sabedoria, força e capacidade de liderança” (Provérbios 31:10 -31)

Pode existir uma similaridade entre a justificativa de uma pesquisa acadêmica e a escolha de um personagem de biografia. No presente caso, a figura de Rosângela Gomes consegue preencher essas duas lacunas. Se, academicamente, uma pesquisa sobre ela, uma deputada negra, da Baixada Fluminense e evangélica da Igreja Universal, consegue demonstrar como a instituição religiosa atua em um território sob o viés político-eleitoral, suas características e sua trajetória pessoal apresentam todos os elementos que a credenciam como uma pessoa “biografável”: existe uma história de superação, repleta de altos e baixos, sofrimentos e conquistas, que culmina em um grande feito, inicialmente inesperado e surpreendente.

No entanto, o objetivo deste subcapítulo não é de fazer um perfil biográfico de Rosângela Gomes, até porque sairia do escopo do objetivo principal da pesquisa e demandaria de um esforço incompatível com a natureza deste trabalho, mas sim de, através de relatos de sua história e utilizando recursos próximos ao gênero biográfico, analisar os elementos que permitiram que a pesquisada se tornasse uma candidata oficial da Igreja Universal, conquistasse cargos importantes dentro do partido e desenvolvesse uma trajetória política ascendente que perdura por mais de duas décadas, vencendo eleições em sequência e em esferas diferentes, assumindo postos dentro do parlamento e de seu partido, bem como, mais recentemente, ocupando cargo no poder executivo estadual do Rio de Janeiro.

#### **O processo de conversão: o novo nascimento na IURD**

Rosângela Gomes, apesar de sua importância e influência dentro da institucionalidade, seja da própria Universal ou do partido Republicanos, não é uma figura midiática no meio secular. Principalmente na última década, quando se verificou uma

modalidade de ocupação evangélica no espaço político através de controvérsias públicas, tanto Rosângela quanto a IURD não tiveram esse espaço privilegiado pois esse não era o modo político de atuação (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012; LACERDA, 2019). Dessa forma, não se tem uma pluralidade de material, como entrevistas e perfis, sobre Rosângela Gomes na imprensa, além de poucas citações em trabalhos acadêmicos. Entretanto, nos que existem, é comum que haja menção ao seu passado e à sua trajetória de vida, inclusive com a repetição das mesmas histórias que constituem o centro nevrálgico de sua mudança de vida, que foi a conversão à Igreja Universal.

Dessa forma, as fontes utilizadas para a coleta de informações foram, principalmente, comunicações e vídeos institucionais utilizados pela deputada ou pelo Republicanos, uma longa entrevista dada por ela ao podcast “True Podcast” (2022), que é um canal gospel que trata de política, entrevistando parlamentares evangélicos, e uma entrevista que baseou um capítulo sobre ela na dissertação de Oliveira (2018), em que se investigou a trajetória e a atuação parlamentar das três deputadas federais negras evangélicas da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados<sup>23</sup>, bem como enxertos de matérias e pequenas entrevistas dada a meios de comunicação.

A história de Rosângela Gomes não é um campo nebuloso ou privado, mas sim público, aberto e mobilizado, inclusive politicamente. A história de sofrimento e superação, que faz com que a deputada aborde detalhes de sua vida e da conversão religiosa em diferentes circunstâncias, está inserida em uma cultura do testemunho. De acordo com Mafra (2002), o testemunho é um gênero narrativo que consiste numa forma rotineira de relato da conversão entre os pentecostais. Ainda segundo a autora, não se trataria de uma estratégia narrativa utilizada para iluminar o desenrolar da vida de uma coletividade, mas de uma forma narrativa individualizada, cujo objeto é a vida comum do autor que ganhou um colorido ou até mesmo uma nova aura pela experiência da metamorfose.

Rosângela Gomes nasceu em dezembro de 1966 numa localidade conhecida como Cobrex, que não é formalmente reconhecido como um bairro autônomo, pertencendo de maneira oficial ao bairro Botafogo, em Nova Iguaçu. Esse local, de acordo com o mapa do município, embora faça parte da zona de planejamento do Centro, faz fronteira com o setor de planejamento Noroeste do município, que engloba bairros como Miguel Couto,

---

<sup>23</sup> Eram elas: Rosângela Gomes (Republicanos/RJ), Tia Eron (Republicanos/RJ) e Benedita da Silva (PT/RJ). O fato dessas três mulheres negras e evangélicas serem do Rio de Janeiro demonstra o entrecruzamentos dessas identidades no território. Isso, de acordo com nosso entendimento, também justifica o recorte da pesquisa, uma vez que, como visto no capítulo 1, a Baixada Fluminense pode ser compreendido como um cinturão pentecostal do Rio de Janeiro.

Corumbá e Vila de Cava. Trata-se de um bairro pequeno, que fica a aproximadamente cinco quilômetros em linha reta do Centro. Ao falar do bairro em que nasceu, Rosângela chama a atenção que ele era esquecido pelo poder público, não tinha infraestrutura e sem acesso a lazer ou cultura (OLIVEIRA, 2018; TRUE PODCAST, 2022).

A família direta de Rosângela Gomes era formada por pai, mãe e uma irmã dez anos mais velha, que era responsável pelos seus cuidados na ausência de seus pais. Seu pai, Jaime Gomes, era caminhoneiro e sua mãe, Maria Teresa, empregada doméstica. Em comum, seus pais, assim como suas tias e primas, eram analfabetos e conviviam com o alcoolismo, que causou diversos problemas para a infância e adolescência de Rosângela, configurando um traço característico sempre lembrado em suas falas e apresentações sobre esse período de sua vida.

Se o estado da família já era de dificuldade financeira, a situação se agravou com a morte do pai e com o recrudescimento do alcoolismo da mãe. Maria Teresa, viúva e responsável pela criação solo de duas meninas, passou a consumir mais álcool com a morte do marido, como se fosse em sua substituição. Rosângela contou que, em alguns períodos, a família chegou a morar num cômodo em condições precárias e sem banheiro que fazia parte de um botequim de propriedade dos tios, que também eram alcoólatras (OLIVEIRA, 2017, p. 67). Nas palavras de Rosângela, era uma “vida desgraçada” (TRUE PODCAST, 2022).

O alcoolismo da mãe é lembrado como o principal problema de Rosângela. Em um vídeo institucional produzido pelo Republicanos para as eleições de 2022, assim como também relatado na entrevista concedida ao Podcast em referência, Rosângela expõe que ela era conhecida pela vizinhança como “filha da dona Teresa cachaceira”, acrescentando ainda que foi moradora de rua e que era “menina preta, pobre, pouca perspectiva de vida e próxima a engrossar as tristes estatísticas comuns aos menos favorecidos no nosso país”.

As crises de alcoolismo de sua mãe faziam com que ela ficasse nas ruas sob o efeito de álcool ou sofresse com crises de abstinência. Por causa disso, passou a ser atendida numa unidade de saúde do bairro e a se tratar com remédios psiquiátricos. Rosângela narra em sua entrevista ao podcast que não via saída para sua situação, que vivia em estado de profunda tristeza, e que, inconformada em ver a degradação de sua mãe, buscou o suicídio quando tinha 13 anos de idade. A forma encontrada por ela foi de ingerir os remédios psiquiátricos de sua mãe, armazenados descuidadamente em casa, o que a levou a ficar internada no Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, no qual permaneceu desacordada por duas semanas na UTI (TRUE PODCAST, 2022).

É a partir desse momento extremo que o discurso religioso começa a aparecer na trajetória de vida de Rosângela Gomes. Ela afirma que, após sobreviver à tentativa de suicídio, entendeu que lhe foi dada uma segunda chance. A decisão de buscar um caminho espiritual se deu ainda na enfermaria do hospital. Segundo seu próprio relato, a conversão ocorreu para enfrentar os sofrimentos da vida. Nesse momento, a igreja foi procurada pelo que ela poderia oferecer enquanto solução prática para os problemas cotidianos. De acordo com Freston (1994, p. 141), nesse contexto, a Igreja Universal do Reino de Deus, que foi a denominação pentecostal escolhida por Rosângela, seria uma combinação de igreja pentecostal e agência de cura divina, unindo a preocupação com demandas particularistas com a busca espiritual de salvação.

Ao falar dos problemas gerados pelo alcoolismo de sua família quando estava na infância e início da adolescência, Rosângela está historicamente situada em meados dos anos 1970. Mariz (1994), ao olhar para o Brasil dos anos 1980 e início dos 90, décadas que também coincidiam com o período de crescimento dos pentecostais no país, verificou que existiam certos elementos no pentecostalismo que seriam úteis na luta contra a pobreza e no enfrentamento do alcoolismo, problemas que acometiam a classe trabalhadora, público preferencial das igrejas pentecostais. Mariz (1994, p. 90) observou também que pentecostalismo não atrairia apenas homens com problemas com bebidas, mas também um número ainda maior de mulheres que sofrem indiretamente o problema do alcoolismo de seus companheiros. O caso de Rosângela, mesmo que indiretamente, tem a ver com essa ligação: a recuperação de si e da família para superar os problemas do alcoolismo.

A entrada na Igreja Universal aconteceu através do intermédio de uma prima. Rosângela narra que frequentava a casa de tios em Duque de Caxias<sup>24</sup>, também na Baixada Fluminense, em que costumava buscar abrigo e alimentação. De acordo com o relato da deputada, na época existiam apenas quatro templos da IURD, em Abolição, Padre Miguel, Nova Iguaçu e Duque de Caxias – pelos cálculos, acredita-se que era no início dos anos 1980; tratava-se, portanto, de uma igreja nova, com três anos de existência, mas que sua prima já era obreira e participava do grupo de jovens. Foi essa prima quem a levou para a “mocidade”, como era conhecido o grupo de jovens da igreja, a partir do qual Rosângela começou sua trajetória religiosa (OLIVEIRA, 2018, p. 69). Dessa forma, observa-se um

---

<sup>24</sup> Aqui há uma divergência de informações, já que na entrevista concedida em Oliveira (2017), Rosângela diz que os tios moravam em Duque de Caxias, mas no True Podcast (2022) ela relata que a casa ficava na comunidade de Parada de Lucas, na zona norte do Rio de Janeiro. No entanto, optamos por escolher Duque de Caxias em complemento a outros relatos, principalmente pelo fato de haver uma IURD na localidade durante o período abordado.

paralelo entre o desenvolvimento e o crescimento da IURD e da personagem. Rosângela entra na igreja em seu tempo de formação e nela permanece até hoje, corroborando com os laços intrínsecos de pertencimento.

Gomes (2011, p. 128-129), ao realizar uma etnografia na Igreja Universal a fim de investigar o processo de institucionalização da denominação, o que chamou de “a era das catedrais”, identificou que a igreja comportava modelos diferentes de “público”. O primeiro tipo seria composto pelos membros convertidos, que seriam aqueles “batizados nas águas” e “no Espírito Santo”, que teriam a identidade iurdiana. O segundo tipo englobaria os membros em processo de conversão, já batizados na IURD e que participam do cotidiano da igreja, mas que ainda estariam buscando receber “a graça” para completar o processo de conversão. Os membros esporádicos comporiam um terceiro tipo de público, sendo caracterizados como frequentadores não fidelizados que procuram a igreja pela curiosidade ou em busca de uma benção imediata. Por fim, o quarto tipo são os membros em potencial, os quais seriam todas as pessoas porventura levadas à igreja.

Uma tipologia semelhante também aparece em Freston (1994, p. 142), para o qual a IURD trabalharia com o conceito de camadas: no nível mais baixo, existiria uma clientela flutuante, que busca a igreja para fins específicos. Depois, os membros, formados pela clientela fixa da igreja. Em seguida, os obreiros voluntários, para quem as exigências seriam maiores e, por fim, o nível dos pastores pagos. Segundo esta classificação, diferentemente da apresentada por Gomes (2011), embora os obreiros não estejam inseridos no nível mais elevado da camada iurdiana, eles também aparecem em destaque.

O que se observa na narrativa de Rosângela Gomes é que, desde o primeiro momento em que relata ter ingressado na Universal, houve uma conversão e uma adesão completa à identidade iurdiana, uma vez que, em paralelo com a participação no cotidiano da igreja através da frequência nos cultos, ela também buscou a integração por outros mecanismos de adesão e pertencimento, como pelo ingresso no grupo jovem da IURD e principalmente pela sua transformação em obreira, que, como definido por Gomes (2011), pertenceria ao tipo ideal mais elevado do universo da denominação.

Obreiro é uma categoria fundamental para o funcionamento interno da máquina iurdiana, uma vez que os membros que desempenham esta função tornam-se os responsáveis por fazer a intermediação entre a instituição e as pessoas, especialmente aquelas que se aproximam da igreja em um primeiro momento em busca de algum auxílio espiritual, sendo o obreiro um agente privilegiado de conversão. Como observado por Mariano (2004), são os obreiros que desempenham tarefas cruciais para garantir o bom

funcionamento dos cultos e da evangelização pessoal. Por conta disso, a função de obreiro não é desempenhada por qualquer membro, mas sim por aqueles que já estão salvos, ou seja, por quem foi batizado nas águas e no Espírito Santo, pois “trazem dentro de si um desejo ardente de salvar os que ainda estão perdidos”, para utilizar as palavras trazidas pela própria Universal<sup>25</sup>. A função de obreiro corresponde a um trabalho voluntário, mas que demanda uma formação especial do membro, exigindo a participação em cursos preparatórios e reuniões.

Embora os obreiros possam ser homens ou mulheres e que, no começo dos trabalhos da Universal a categoria era principalmente composta por jovens (ALMEIDA, 2009, p. 62-63), tendo como requisito básico apenas a vocação e a conversão completa à IURD, observa-se que existe um recorte de gênero para o exercício dessa função em decorrência da própria divisão do trabalho eclesial presente na denominação, constituída por três posições distintas em grau de hierarquia: obreiro, pastor e bispos, que se estruturam a partir dos espaços geográficos dentro do templo e também hierarquizados, que são o átrio e altar. Enquanto o altar corresponde ao púlpito e ao sacerdócio, sendo o local mais importante da igreja, o átrio tem a ver com o chamado “chão da igreja”, no qual se desenvolvem as relações de proximidade e de serviço aos frequentadores em geral, convertidos ou não (TEIXEIRA, 2021, p. 146).

Entretanto, a divisão social do trabalho dentro da Igreja Universal não permite o acesso irrestrito aos cargos hierárquico às mulheres. O sacerdócio, grau de maior hierarquia, é restrito aos homens, sendo possibilitado às mulheres apenas em caso de casamento com um sacerdote (TEIXEIRA, 2021, p. 146). Com isso, o ato de “servir no altar”, ou seja, ocupar o posto simbólico principal do funcionamento de uma igreja, para uma mulher, não ocorre de maneira autônoma, mas sim vinculada à posição de auxiliar do marido. Dessa forma, restringe-se às mulheres que desejam servir à Igreja a função de obreira, não existindo outras formas de ascensão na hierarquia interna.

No “Manual dos Obreiros” (FREITAS, 2022), material que faz parte do curso de formação para obreiros da Universal, ensina-se que o obreiro é o “cartão de visitas da igreja” e há orientações para a leitura da bíblia, recomendações de postura pessoal e atendimento ao público da igreja, asseio e higiene, cuidado com o uniforme, maneira correta de orar, de preparar o momento da santa ceia, a zelar pela casa de Deus e de ter cuidado com o fanatismo religioso. Os obreiros também se incorporaram à paisagem

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/qual-a-importancia-do-obreiro-na-igreja-do-senhor-2/>. Acesso em 01 mai. 2024.

urbana e ao espaço público. Como a Igreja Universal adota uma forma de funcionamento que independe da realização dos cultos, deixando o templo aberto ao longo do dia, a face humana da instituição são os obreiros que ficam disponíveis enquanto a igreja estiver em funcionamento, com o traje específico, muitas vezes na porta das igrejas entregando a Folha Universal, sempre dispostos a acolher, ouvir e realizar uma oração.

A identidade de Rosângela Gomes como iurdiana passa necessariamente pelo exercício da atividade de obreira. Mais do que uma função desempenhada, é a comprovação de um vínculo pessoal e institucional com a igreja para além da fé e da membresia, uma vez que a deputada continua se apresentando dessa forma e desenvolvendo suas atribuições no cotidiano dos templos. É importante destacar que, enquanto deputada estadual, Rosângela foi autora de um projeto de lei que instituiu no Rio de Janeiro o Dia do Obreiro Universal, comemorado no terceiro domingo do mês de agosto. Observa-se que esse projeto de lei é replicado em outros municípios e estados do Brasil onde a IURD possui representação política<sup>26</sup>, enquadrando-se na estratégia política de ocupação do espaço público e na busca por autenticidade (ORO, 2016; GOMES, 2011).

Inegavelmente, o que se apresenta como pano de fundo na conversão de Rosângela é uma atitude racional com essa finalidade, que se encontra dentro da cosmogonia da igreja. De acordo com Gomes (2011, p. 107), existe no membro da IURD uma percepção de si próprio como centro das mudanças a realizar e que o meio para alcançá-las é através da adesão religiosa, com a atuação como membro efetivo e praticante e pelo “compromisso com Deus”. Mais uma vez, além desse desenvolvimento síncrono da formação de Rosângela e da IURD, percebe-se que a narrativa da conversão também converge entre as práticas de expansão instituição e a experiência individual do convertido.

De acordo com Mafra (2002), existiriam duas modalidades de conversão religiosa: a maximalista e a minimalista. Enquanto a maximalista dependia do controle e da coesão do grupo para encaminhar o convertido para um novo mundo de crenças e disposições, a conversão minimalista concedia ao indivíduo uma maior autonomia e responsabilidade em articular as crenças, a cosmologia e os mitos pentecostais à sua trajetória anterior, estando inseridas nesta última categoria as conversões à Igreja Universal.

---

<sup>26</sup> O “Dia do Obreiro Universal” é celebrado, pelo menos, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Bahia, Paraná, Amazonas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e no Distrito Federal. Quanto aos municípios, o dia foi instituído em capitais, como Maceió, Aracaju, Manaus, entre outras, como também em municípios menores. No Rio de Janeiro, destacam-se, além da capital, a comemoração desse dia nos municípios de Duque de Caxias e São Gonçalo, respectivamente o segundo e o terceiro maiores colégios eleitorais do estado. No entanto, ainda não há lei nacional nesse sentido.

Rosângela atribui a sua mudança de vida à conversão religiosa na Igreja Universal. Embora esta igreja esteja inserida no espectro sociológico do neopentecostalismo (MARIANO, 2014), tendo como principal característica o discurso econômico da teologia da prosperidade, segundo o qual a fé religiosa poderia gerar ao fiel bens e recompensas materiais ainda em vida, a dimensão econômica em nenhum momento aparece na narrativa de conversão de Rosângela Gomes. Em primeiro lugar, a conversão acontece através da necessidade de resolver um problema prático da vida, em buscar socorro espiritual. Em segundo lugar, a conversão trouxe à Rosângela uma forma de cidadania, principalmente através do incentivo aos estudos.

Novamente aparecem na narrativa de Rosângela Gomes os elementos do “circuito da conquista”, conforme descrito por Gomes (2011). Depois do sofrimento e da revolta, experimentados na infância e na adolescência, vem a fase do sacrifício, em que coincide com o início da sua fase adulta, quando passa a ingressar no mundo do trabalho para sobreviver. Conta Rosângela que seu primeiro trabalho foi vendendo queijos e doces no Hospital da Posse, em Nova Iguaçu. Posteriormente, conseguiu um emprego de carteira assinada como auxiliar de serviços gerais em uma clínica odontológica no mesmo município. Nesse momento, desenvolveu uma admiração com o mundo da saúde e, sonhando em ser médica, deu um primeiro passo ao fazer um curso de auxiliar de enfermagem e de instrumentação cirúrgica. Teve a oportunidade de começar a faculdade de Biologia, mas acabou trocando para Direito. Esse período de sua vida, como relembra em sua entrevista, foi o de maior provação, uma vez que vivenciou o falecimento de sua mãe e passou a ter dificuldades em se manter no curso, não tendo condições de arcar com as mensalidades, o que lhe fazia passar por situações constrangedoras, como o impedimento de fazer as provas e assistir aulas (TRUE PODCAST, 2022).

A trajetória de Rosângela Gomes após sua conversão à IURD torna evidente uma das características mais relevantes do papel da igreja para a autoestima do seu público preferencial, em especial fazendo o recorte da Baixada Fluminense. Rosângela, como uma mulher negra, pobre, até então sem acesso à educação formal, com família desestruturada e sobrevivendo em subempregos até alcançar postos melhores através do estudo, tinha no seu pertencimento evangélico uma forma de rejeição à subalternidade e à humilhação (MAFRA, 2011, CÔRTEZ, 2021). Isto porque o pentecostalismo criou uma nova gramática social e simbólica capaz de traduzir como os sujeitos pensam seus lugares no mundo social, suas posições de classe raça e gênero (CÔRTEZ, 2021, p. 11), isto é, uma vez que o pertencimento concedido a essas pessoas na vida cotidiana não corresponde às

características pessoais valorizadas pela comunidade dentro do universo religioso pentecostal. Soma-se ao fato de que Rosângela internamente ainda gozava de certo poder simbólico no sentido de Bourdieu (2011), já que mantinha cargos e posições que lhe garantiam prestígio. Ou seja, se fora da instituição Rosângela vivia uma situação de desrespeito e provação, dentro da IURD ela era uma mulher abençoada e obreira admirada.

É nesse sentido que Rosângela Gomes assume dentro da IURD sua função de maior responsabilidade e que, posteriormente, atribuiu-lhe o capital político necessário para sua entrada na política institucional: tornou-se líder do grupo jovem da igreja em Nova Iguaçu, a Força Jovem Universal (FJU). A entrada de Rosângela no grupo jovem da IURD se deu tão logo passou a frequentar a unidade do Centro de Nova Iguaçu. Rosângela lembra com orgulho do trabalho feito quando desempenhava a função de liderança do grupo jovem, que se iniciou com 16 pessoas e em um ano chegou a mil membros, sendo majoritariamente composto por pessoas negras (OLIVEIRA, 2018, p. 69).

De acordo com Almeida, Mesquita e Peixoto (2020), o grupo jovem da Igreja Universal, chamado de Força Jovem Universal (FJU), surgiu em 1977, um ano após a fundação da denominação, presente em várias unidades da igreja e tendo em cada uma delas um pastor ou obreiro responsável. O segmento desempenha inúmeras funções, como a conscientização e prevenção às drogas e ao suicídio, a prática de atividades esportivas, cursos e workshops, atividades culturais e de lazer, como teatro, cinema, música, dança e passeios turísticos<sup>27</sup>. Essas ações buscam conquistar o público jovem para a Igreja em um sentido de crescimento do número de membros ao mesmo tempo que busca fortalecer a agenda da IURD através da vinculação entre as atividades oferecidas e a pauta religiosa, bem como criar novas lideranças dentro da instituição, já que os jovens passam a assumir responsabilidades dentro do ecossistema da igreja, seja junto ao próprio grupo jovem ou como obreiros perante toda a comunidade. Mais uma vez, aqui se apresenta a importância das igrejas como espaço de socialização, principalmente nas periferias que não possuem essas formas de atrair a juventude.

Quanto à organização do grupo jovem da Universal, é designado um membro do grupo como líder, sob a supervisão dos pastores responsáveis. Essa função de líder é de caráter rotativo, cuja alternância é de deliberação do pastor responsável pela FJU dentro de determinada localidade (ALMEIDA; MESQUITA; PEIXOTO, 2020). Nesse contexto, existe uma gestação da figura pública de Rosângela Gomes a partir do grupo jovem, em

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://forcajovemuniversal.com/>. Acesso em 01 mai. 2024.

que ela passa a fazer relações e ser reconhecida dentro da estrutura da IURD. Segundo relato presente em Oliveira (2018, p. 70), por conta da rotatividade inerente à posição de liderança, Rosângela foi orientada pelo bispo da IURD da localidade a deixar a direção dos trabalhos. No entanto, ela recorreu a outro bispo, Ossessio Silva, então responsável pelo grupo jovem, para interceder pela sua manutenção na liderança, o que acabou ocorrendo de fato. Posteriormente, o bispo Ossessio Silva ingressou na carreira política, assumindo mandatos como deputado estadual e federal por Pernambuco.

A condição de liderança do grupo jovem concedeu à Rosângela Gomes as credenciais necessárias para ingressar na carreira política em Nova Iguaçu. Lembra a deputada que sua candidatura foi decorrente de um desafio proposto por alguns jovens e pelas lideranças da igreja, levando-a a aceitar ser candidata à vereadora nas eleições municipais de 1996. É neste momento que religião e política se entrelaçam em sua trajetória.

### **Uma candidata oficial: definindo uma candidatura religiosa**

O início da trajetória política de Rosângela Gomes, de “filha do dona Teresa cacheceira” à vereadora eleita no município de Nova Iguaçu nas eleições municipais de 2000 e posteriormente a outros cargos no legislativo de esferas federativas diferentes, passa necessariamente pela sua inserção na igreja não apenas como um membro ativo, frequentador dos cultos e convertido à IURD desde os primórdios da denominação, mas sim pela sua ascensão a posições de relevância dentro da estrutura interna da igreja, seja como obreira, a maior posição hierárquica dentro da Universal que uma mulher consegue ocupar de maneira autônoma, seja como líder e representante da juventude da igreja em seu município de atuação.

Ao analisar a forma de inserção da Igreja Universal na política, a literatura define que o modelo adotado pela IURD, responsável pelo seu sucesso dentro do campo institucional, foi o das candidaturas oficiais (ORO 2003; 2016; CAMPOS, 2006; MARIANO, 2014), que garantia a relação entre a organização eclesial e a eficácia política. De acordo com Oro (2003), a IURD lança pela primeira vez seus próprios candidatos na eleição para a Assembleia Constituinte em 1986, sendo que o modelo corporativo das candidaturas oficiais foi implementado pela primeira vez a nível nacional a partir de 1997, que consiste em um controle institucional das candidaturas através do capital político disposto na localidade, ou seja, haveria um cálculo eleitoral, feito pelos órgãos dirigentes da igreja, voltado a garantir a eleição dos candidatos através dos votos esperados pelo

número de templos e membros disponíveis naquela comunidade.

As candidaturas oficiais se sustentam porque, conforme observado por Oro (2003), haveria uma transferência do carisma institucional da igreja para a própria candidatura. A IURD e seu principal líder, bispo Edir Macedo, são dotados de carisma de forte densidade simbólica, seja institucional ou pessoal, respectivamente, fazendo com que seus desígnios sejam respeitados e reconhecidos tanto por membros da hierarquia da instituição, quanto pelos fiéis. Com isso, tendo a candidatura herdado essa característica, os eleitores votariam nos candidatos oficiais como se fosse na própria instituição.

É justamente por conta dessa transferência de carisma institucional, sempre mantendo a hierarquia da igreja à frente do processo, que a escolha das candidaturas oficiais era uma prerrogativa dos dirigentes eclesiásticos da IURD, não sendo comum a participação da comunidade local nessa decisão. No entanto, eram valorizadas as características de quem pertencia à maior escala de participação da Universal, como visto em Gomes (2011) e Freston (1994), imbuídos do “germe do *habitus*”, segundo Oro (2003, p. 102). Preferencialmente, eram escolhidos pastores midiáticos, mas, nessa impossibilidade, as candidaturas oficiais deviam ser preenchidas por pessoas que não seriam recém-chegadas na denominação e que nem fossem totalmente desconhecidas (ORO, 2003; CONRADO 2000; CERQUEIRA, 2021). Dessa forma, por mais que Rosângela fosse instada pela sua comunidade religiosa local a se lançar candidata, essa escolha somente foi possível pelo aval da instituição.

Haveria, portanto, uma junção de carisma institucional com as qualidades pessoais do candidato (ORO, 2005). Campos (2005) cita exemplos do que um candidato deveria fazer para receber o apoio oficial da Universal e, por coincidência, um deles foi extraído justamente da primeira eleição que Rosângela Gomes participou, em 1996, para vereadora de Nova Iguaçu. Nessa ocasião, o Bispo Célio Lopes realizou uma reunião em Nova Iguaçu com todos os candidatos a vereador e a prefeito indicados pela IURD na Baixada Fluminense e exigiu publicamente um “compromisso com Deus” e que jamais participassem de atos desabonadores (p. 52). Conrado (2000), em estudo sobre a Folha Universal, catalogou indicações feitas no jornal oficial da denominação do que seria um “político Universal”. Dentre as características, a ausência de vaidades, o despojamento de interesses pessoais e compromisso com o povo de Deus.

A importância do apoio institucional nas eleições já foi verificado em uma série de trabalhos acadêmicos (CAMPOS, 2006; MACHADO, 2006; ORO; CARVALHO JUNIOR, 2017; MEZZOMO; PÁTARO, 2017), em que se comprova que os parlamentares ora eleitos com apoio institucional não conseguem ser reeleitos caso percam o *status* de

candidatura oficial. Ou seja, não bastaria ser evangélico e publicizar o pertencimento religioso, mas sim seria necessário manter o apoio institucional para garantir a votação.

Com a criação desse tipo de modelo de candidatura, criou-se uma tipologia que divide os políticos apoiados e indicados por denominações religiosas evangélicas em dois modelos: políticos evangélicos e políticos de Cristo, que inclusive podem ser demarcados temporalmente. Segundo Campos (2006), os políticos evangélicos seriam aqueles de origem protestante, que começaram a surgir por volta de 1930 em algumas cidades pequenas e médias do Rio de Janeiro e em alguns estados. Esses políticos despontam na esfera pública em razão das condições econômicas e sociais da época, que “possibilitaram o aparecimento do homem urbano preocupado com uma ação política menos tutelada pelas elites e mais propensa a uma prática mais próxima do que temos chamado de ‘prática democrática’” (CAMPOS, 2006, p. 36). O que marca esse grupo é que, no momento histórico em que surgiram, as condições permitiram o ingresso de evangélicos na política, mas que isso não teve relação com as organizações religiosas institucionais, uma vez que ainda não havia estratégias corporativistas que pudessem levar esses candidatos a transformarem o capital religioso em capital político. A primeira leva desses políticos era ligada a igrejas protestantes de missão, enquanto os pentecostais entraram para a política institucional em meados dos anos 1960.

Foi justamente a inserção dos pentecostais na política que causaram a transformação do modelo para os “políticos de Cristo”, que, segundo Campos (2006) e Freston (1993), surgiram em torno das eleições para a Assembleia Geral Constituinte de 1986 e passaram a protagonizar a representação evangélica na política a partir de então. O que diferenciaria esses dois modelos seria a intermediação da instituição religiosa. Além disso:

(...) essa nova geração de “políticos evangélicos” nasceu em um contexto de explosivo pertencimento pentecostal no Brasil, o que fez os evangélicos pentecostais saírem do território marginalizado em que se situavam, para assumirem uma atuação mais sistemática e calculista tanto no espaço público como no campo político (CAMPOS, 2005, p. 46)

Campos (2006) entende que a Igreja Universal seria o modelo melhor acabado para gerar os políticos de Cristo. Isto porque, conforme abordado pela literatura (ORO, 2003; CONRADO, 2000; FONSECA, 1998), a IURD conseguia utilizar toda a sua estrutura para a mobilização eleitoral em torno de seus candidatos, englobando os templos, a distribuição territorial e o uso dos meios de comunicação. Dessa forma, por surgir politicamente no seio da Universal e por ingressar na política institucional dentro do período histórico de

explosão pentecostal, Rosângela Gomes enquadra-se na definição de “político de Cristo”.

O Instituto de Estudos da Religião (ISER), na pesquisa intitulada “Religião e voto”, desenvolveu um escalonamento de identidade religiosa de candidatos de oito capitais nas eleições municipais de 2020: político/candidatos religiosos, que seriam aqueles que, independente da tendência ideológica ou de partido político, reivindicam algum pertencimento religioso mas não acionaram esse vínculo durante a campanha; candidaturas religiosas, que seriam a categoria de maior intensidade, na qual o vínculo religioso seria central para a candidatura; e as candidaturas com relação religiosa, que consistiam em uma alusão incidental do pertencimento religioso durante a campanha, em que o candidato o usaria para comunicar ao eleitor mais uma base moral semelhante do que o pertencimento religioso em si (REIS *et al*, 2022, p. 23-25). Essa pesquisa e essas categorias serão trabalhadas mais detalhadamente no subcapítulo 3.1.

No entanto, a partir das categorizações trazidas pelo ISER, considera-se Rosângela Gomes como uma “candidatura religiosa”, já que historicamente se trata de uma candidatura oficial, com o aval institucional da Universal e que é facilmente reconhecida pela sua comunidade de fé. Aplicando-se esta mesma categoria no surgimento de Rosângela enquanto candidata, nas eleições municipais de 1996, teríamos a manutenção do enquadramento em razão das suas atividades pretéritas como obreira e líder do grupo jovem, justamente se enquadrando no que a pesquisa discrimina como candidatura religiosa: “candidatos que lideravam grupos jovens ou projetos de assistência social ligados a igrejas foram enquadrados nesta categoria, tendo em vista que essas formas outras de atuação nos territórios são tão importantes quanto liderar cultos” (REIS *et al*, 2022, p. 24).

Tendo como perspectiva a figura de Rosângela Gomes, a hipótese que se defende é no sentido de que ela, além de arregimentar as características necessárias que existem historicamente para se configurar como uma candidata oficial da IURD, também acrescenta ao apoio denominacional uma representatividade em relação ao público preferencial da Universal em seu território de origem, na Baixada Fluminense, cujas trincheiras da igreja são formadas por mulheres negras, o que lhe auxilia a manter a preponderância do apoio denominacional, a vinculação eleitoral do território e, por consequência, a vitória nas eleições.

De acordo com Machado (2006, p. 31), a IURD atua por um tripé que envolve política, mídia e assistência social, por onde se formam as redes clientelistas da igreja. O cliente, além de ser cristão, seria, em sua maioria, do sexo feminino. À época, o Censo vigente, do ano 2000, indicava uma característica da comunidade evangélica, apontada

também pela pesquisa Novo Nascimento, do ISER (FERNANDES *et al*, 1998): a face feminina das igrejas do Rio de Janeiro, sendo predominantes tanto nas igrejas históricas quanto nas pentecostais, nas quais as mulheres em alguns municípios fluminenses chegavam a representar 80% dos fiéis da IURD (MACHADO, 2006, p. 29). Dessa forma, desenvolveu-se uma sensibilidade das lideranças religiosas e políticas para os temas relacionados com as mulheres. Uma forma de esse interesse se manifestar seria através do lançamento de candidaturas femininas comprometidas com o direito das mulheres.

Para além disso, ainda segundo Machado (2006), o lançamento de mulheres pentecostais como candidatas poderia ser o reflexo de uma necessidade de o pentecostalismo se adequar às tendências sociais, sendo um fator responsável pela transformação das mulheres em importantes atores sociais. Essa demanda por representação feminina na política, incorporada também pela IURD, coincide com o surgimento de ações afirmativas para garantir a participação das mulheres nas eleições, cuja primeira lei que garantia a reserva de vagas nas nominatas partidárias data de 1995, com a lei nº 9.100/95, sendo válida para as eleições municipais de 1996, justamente a primeira em que Rosângela Gomes participa.

Ou seja, com a institucionalização da participação feminina nas eleições, surge uma demanda por possíveis candidatas, possuindo a Universal em seu ecossistema mulheres dotadas de funções de liderança dentro das atividades da igreja, mesmo que não possam desempenhar cargos eclesiásticos, e que são conhecidas em suas comunidades de fé. Dessa forma, além da aptidão pela demanda dos partidos políticos para cumprir a cota de gênero, as mulheres ligadas à IURD conseguem congregar as características necessárias para ser as candidatas oficiais da igreja, dentro do modelo adotado.

Portanto, é justamente nesse contexto que Rosângela Gomes ingressa na política como uma candidatura oficial da IURD. No entanto, mais do que uma candidata religiosa e uma “política de Cristo”, Rosângela chega à Câmara Municipal de Nova Iguaçu como uma mulher, negra e evangélica. Ao mesmo tempo que representa a Universal, também se assemelha ao seu público preferencial. A junção dessas duas esferas, do carisma institucional com a representação pessoal, possibilitou sua inserção e sua manutenção na política partidária, sendo uma candidata que conseguiu manter o apoio da IURD e criar um vínculo com seu território e suas bases eleitorais.

### **A eleição de 2000: a primeira vitória**

A trajetória política de Rosângela Gomes, embora marcada por uma ascensão em

cargos eletivos, não se inicia a partir de uma vitória. Sua primeira candidatura, que foi ao cargo de vereadora de Nova Iguaçu nas eleições de 1996, não lhe garantiu um assento na Câmara Municipal, mas também esteve longe de ser considerada um fracasso. Ao falar sobre essa primeira tentativa de ingresso na política institucional, Rosângela lembra que recebeu uma votação expressiva para as circunstâncias, mas que acabou não sendo eleita por conta da legenda (TRUE PODCAST, 2022), no caso, o então Partido da Frente Liberal (PFL), que não elegeu nenhum candidato ao pleito na ocasião.

A primeira eleição na qual Rosângela se elege como vereadora de Nova Iguaçu, em 2000, é também uma eleição importante para a consolidação política na história da Igreja Universal. Machado (2006) indica que houve o fortalecimento da IURD neste pleito, o que se deve, segundo Oro (2003, p. 99), ao fato de que a denominação elegeu dezenas de vereadores em todos os estados do país. Era um momento de expansão.

Na eleição municipal de 2000, Nova Iguaçu contava com o eleitorado apto de 433.516 eleitores e a eleição para vereador contou com 349.040 votos válidos. Rosângela Gomes foi eleita pelo Partido Liberal (PL), que à época arregimentava os candidatos ligados à IURD, como a sétima mais votada, recebendo 5.108 votos e foi a única mulher eleita dentre os 21 vereadores que compuseram a Câmara Municipal naquela legislatura.

O fortalecimento político veio em boa hora para a Igreja Universal, que vivia um momento histórico conturbado, repleto de controvérsias públicas, que foi uma constante da denominação durante a década de 1990. Por conta disso a situação suscitava uma defesa institucional da Igreja, exigindo estratégias de proteção, inclusive através da política institucional, em que era possível mobilizar elementos da “retórica da perseguição” (MAFRA, 2002; GOMES, 2011) como justificativa.

A “retórica da perseguição” é elemento fundamental e estruturante para a composição da Igreja Universal (MAFRA, 2002), uma vez que representa um primeiro momento do “circuito da conquista” pregado pela igreja: primeiro vem a perseguição, sendo seguida da revolta, do sacrifício e, enfim, da conquista, promessa precípua do universo teológico da IURD. A retórica da perseguição é utilizada para fazer alusão ao próprio crescimento da Universal, tendo como pano de fundo a história de seu fundador, o bispo Edir Macedo: quanto mais perseguição, mais cresceu e ocupou o espaço público. De acordo com Gomes (2011, p. 100-101):

No caso da IURD, há uma complexificação desse tipo de associação entre perseguição e sofrimento, pois a igreja se insere no grupo de “perseguidos” e, simultaneamente, se distingue dele ao enfatizar a conquista. Ela assume um lugar

nessa “comunidade de sofrimento”. No entanto, há um movimento de retração no argumento persecutório, visto como um componente de sua história e de sua memória. A memória das perseguições é importante para lembrar principalmente que elas foram ultrapassadas e, caso novas ocorram, saberão tratar-se de uma etapa a ser cumprida no caminho da “vitória”.

Nas eleições de 2000, a Universal convivia ainda com a sombra de alguns fatos de maior provação da igreja dentro do espaço público. A década de 1990 comportou pelo menos quatro grandes eventos de controvérsia e acusações à IURD. Em 1992, houve a prisão do Bispo Edir Macedo, fundador e líder da Universal. Em 1995, outros três episódios: em um momento de maior rivalidade com a Rede Globo por conta da aquisição da Rede Record, houve a mobilização da emissora em episódios como o conhecido por “chute na santa”<sup>28</sup>, a exibição da minissérie “Decadência”, de autoria de Dias Gomes, a qual retratava um pastor evangélico corrupto, que seria uma alusão a Macedo, e a divulgação de vídeos mostrando membros da cúpula da Universal em situações comprometedoras (GIUMBELLI, 2003, p. 171; ALMEIDA, 2007), como ensinando os pastores a pedir ofertas e a cobrar dízimo.

Se a prisão de Macedo em 1992 criava uma imagem negativa perante a sociedade de que a IURD seria uma seita que atuava com estelionato, charlatanismo, curandeirismo, vilipêndio a culto religioso e incitação ao crime (FREESTON, 1994, p. 154-156), imagem esta corroborada pela Globo a partir de uma série de denúncias contra Macedo e com a minissérie “Decadência”, o episódio do “chute na Santa” causava na população, majoritariamente católica à época, a impressão de que se avizinhava uma “guerra santa” no Brasil, causada por uma seita intolerante como a IURD (GIUMBELLI, 2003). Com isso, na leitura da Universal, a sua estratégia de proteção visava garantir uma maior ocupação do espaço público a fim de evitar represárias enquanto igreja minoritária, tendo no campo político uma arena preferencial.

Sendo assim, o mote da garantia de direitos e a noção de representação política dos cidadãos iurdianos foram reproduzidos pelos candidatos ligados à igreja como um todo no pleito de 2000, não sendo algo isolado na candidatura de Rosângela Gomes. Como observado por Machado (2006) ao pesquisar as candidaturas femininas na cidade do Rio de Janeiro nas mesmas eleições municipais de 2000, uma candidatura feminina que foi vitoriosa usou como temática de campanha a noção de cidadania feminina, de “mulher

---

<sup>28</sup> Refere-se ao episódio ocorrido em 12 de outubro de 1995, em que o bispo da IURD Sérgio von Helde, que apresentava um programa na Rede Record de Televisão chamado “Despertar da Fé”, aborda a “ineficácia e futilidade” da devoção à Santa, usando os pés e as mãos contra a imagem (GIUMBELLI, 2003).

cidadã”<sup>29</sup>, que se enquadra dentro do escopo da garantia de direitos.

Uma ex-fiel da IURD, que, assim como Rosângela, era uma mulher negra de Nova Iguaçu que, aos 16 anos, participava do grupo jovem da igreja e fazia uma preparação para ser obreira, estágio este chamado de “colaboração”, onde os pretendentes à posição acompanhavam os obreiros em todas as atividades institucionais para aprender o ofício, recorda da campanha política de Rosângela Gomes nas eleições de 2000, vivenciada enquanto ela fazia essa preparação e estava muito inserida no cotidiano da igreja. A fiel congregava em uma unidade da Universal que se localizava em um bairro não central do município, mas frequentava a sede da igreja em reuniões do grupo jovem ou em grandes celebrações, principalmente aos finais de semana.

À época, a IURD fazia aproximadamente cinco ou seis reuniões religiosas por dia. Em todas elas, o pastor da sua unidade, em algum momento do culto, trazia um *banner* ao altar com a foto e o número de urna de Rosângela Gomes e começava uma pregação para justificar a importância de se eleger alguém “de Deus” para os cargos eletivos, de haver um “político de Cristo” na institucionalidade. Para isso, era invocada uma figura bíblica, José de Arimatéia, um senador e magistrado do povo judeu que, no momento da crucificação de Cristo, foi a pessoa que intercedeu para que o corpo de Jesus fosse retirado da cruz e colocado no sepulcro, o que, segundo o pastor, não era um protocolo dos corpos crucificados.

A partir desse fato bíblico, o pastor elaborava uma narrativa de que, se não fosse a atuação política de José de Arimatéia para interceder por direitos, neste caso o de levar um corpo crucificado ao sepulcro, o corpo de Cristo teria apodrecido na cruz. Ou seja, se não existisse alguém na política para lutar pelos direitos dos cristãos, seria possível que os membros da Universal e os evangélicos como um todo pudessem perder seus direitos já garantidos, como de culto e liberdade religiosa. Votar em Rosângela Gomes era garantir que uma mulher cristã estaria na política para garantir e defender os direitos dos fiéis da IURD e da população evangélica minoritária. Neste ponto, no Censo de 2000, os evangélicos correspondiam a 15,5% da população brasileira. Embora a entrevistada relembre desses fatos a partir da unidade do bairro em que frequentava à época, pela homogeneidade da IURD e de sua organização e coordenação política, acredita-se que essa

---

<sup>29</sup> Refere-se à candidatura de Liliam Sá de Paula, eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo PL nas eleições de 2020. Seguindo o padrão de escolha das candidaturas oficiais pela IURD, Liliam era uma personalidade pública, inserida nos meios de comunicação por apresentar um quadro na Rede Record, além de ser conhecida por realizar atividades filantrópicas (MACHADO, 2006).

atuação não se restringia apenas àquela unidade, mas sim que se replicava em toda a estrutura institucional do município.

O contexto político que envolvia a candidatura de Rosângela Gomes à época era diferente do que se apresentou, por exemplo, nas eleições a deputado federal, que concorreu em 2014. Se Rosângela passou a mobilizar a identidade de ser uma mulher negra e evangélica da Baixada Fluminense nas eleições para o legislativo federal, assim como na própria atuação parlamentar, o discurso institucional da IURD em prol de sua candidatura à vereança em 2000 não mobilizava essas identidades, mas sim focava no “carisma institucional”, enquadrando Rosângela apenas no lugar de candidata oficial de igreja (ORO, 2003). Dessa forma, naquele momento, o eixo da representatividade estava mais ligado à instituição do que com uma semelhança e uma percepção de igualdade dos membros da universal, até porque, ainda de acordo com Oro (2003; 2016), a escolha das candidaturas era definida de maneira verticalizada pelas instâncias diretivas da igreja, não havendo participação das comunidades locais.

Observa-se que, diante do então histórico recente de perseguição, fazia sentido ter uma candidatura tão intrinsecamente ligada à igreja. Além disso, ao lado da mobilização política a partir da retórica de perseguição, a candidatura de Rosângela Gomes, credenciada em decorrência da organização da juventude da Universal e de seu papel como obreira, acabou colaborando com a mobilização dos fiéis em torno de sua campanha política, principalmente dos mais jovens. Não se tratava, portanto, de uma militância na rua mobilizada por conta dos gastos financeiros típicos de uma campanha política, corroborando com a ideia de que o dinheiro importa menos para as candidaturas evangélicas, uma vez que possuem outros meios de mobilização, como rede de contatos, eleitorado mais próximo da igreja, possibilidade de fazer campanha dentro dela e a escolha do nome de urna do candidato já como uma indicação do pertencimento à religião (FIGUEIREDO NETTO; SPECK, 2017, p. 828).

Conforme observado por Almeida, Mesquita e Peixoto (2020), a mobilização dos jovens organizados em grupo da Igreja Universal em campanhas eleitorais constitui uma forma de participação política através das credenciais religiosas e institucionais da IURD, impulsionada pela relação entre a denominação, o candidato, o partido político preferencial da Igreja, o Republicanos, e a forma por ela adotada de fazer política. Com isso, segundo os autores, os vínculos de proximidade com o partido e os seus políticos ultrapassariam o espaço da igreja e alcançariam também outras dinâmicas em eventos promovidos pela agremiação, ampliando as redes de interação destes jovens, aproximando

as suas práticas religiosas da vida política.

Ainda de acordo com a lembrança da fonte informal, os cabos eleitorais, compostos pela juventude da Universal, inclusive ela própria, iam às ruas para fazer política em escalas definidas, dividindo-se por dia e por horários, para entregar material de campanha, segurar bandeiras com o número de urna, participar de passeatas e o que mais fosse necessário para o convencimento dos eleitores, que não se restringiam só aos frequentadores da igreja. Alguns, mais disponíveis, faziam campanha todos os dias. Outros, no horário que podiam. O trabalho na campanha política era voluntário e não remunerado, com toda a juventude mobilizada, acreditando no projeto e na importância, enquanto cidadãos evangélicos, de ter uma representante que iria lutar pela garantia de seus direitos enquanto uma minoria religiosa. Votar em Rosângela era votar na própria Igreja Universal e, dessa forma, garantir uma auto-representação no legislativo municipal.

### **A trajetória político-eleitoral: vitórias eleitorais e ascensão na carreira política**

Ao falar sobre o início de sua carreira política, Rosângela Gomes, da mesma forma que a IURD utilizou como discurso oficial (GOMES, 2011), mobiliza para dentro de sua trajetória pessoal a retórica da perseguição. Isso é feito a partir da ideia de “corpo estranho na política”. Narra Rosângela que, quando foi eleita ao cargo de vereadora, ela não só foi única mulher eleita naquele pleito em Nova Iguaçu, como também a única a assumir uma vaga na Câmara dos Vereadores do município após três legislaturas sem participação feminina, somando-se ao fato de ser negra e evangélica (OLIVEIRA, 2017; TRUE PODCAST, 2022). No entanto, essa leitura a partir da retórica da perseguição permite que a personagem se insira no circuito da conquista e que a atual fase de sua carreira seja entendida como um momento de vitória através de sua trajetória de ascensão na política.

Na entrevista concedida ao True Podcast (2022), Rosângela Gomes conta que o início na vereança foi o momento mais difícil que enfrentou na política. Após eleita, ela passou a ocupar os piores espaços da Câmara, era boicotada por seus pares em razão da sua votação em bairros estratégicos, a que atribui abertamente à presença da IURD nos territórios, e que sofria discriminação e racismo do próprio prefeito. Entretanto, atribui a sua perseverança à “causa”, que seria maior do que qualquer dor, sofrimento e desespero (TRUE PODCAST, 2022). Posteriormente, seu trabalho parlamentar lhe garantiu o respeito entre os pares.

Na eleição seguinte, Rosângela Gomes renova o seu mandato como vereadora, mais uma vez concorrendo pelo Partido Liberal, figurando como a terceira parlamentar mais

votada do pleito, com 6.262 votos. A eleição de 2004 faz Rosângela se consolidar como importante personagem política da região não só pela votação expressiva, mas também por ser a mulher mais votada em toda a Baixada Fluminense.

Essas credenciais obtidas com o acúmulo de capital político foram importantes em um momento de transição partidária. Se antes a Igreja Universal lançava seus candidatos em parceria com o Partido Liberal (ORO, 2016), a denominação atuou na legalização de um partido político sob sua influência e controle partidário, o então Partido Republicano Brasileiro (PRB) (ALMEIDA; PEIXOTO, 2021; CERQUEIRA, 2021). Como uma candidata oficial da IURD, Rosângela migra para o PRB e, em um momento de consolidação partidária na esfera nacional, tem seu nome lançado ao Senado nas eleições de 2006. Uma estratégia que pode ser considerada um verdadeiro desafio sob a ótica da carreira política, uma vez que se tratava de uma vereadora de um município da Baixada Fluminense almejando uma eleição majoritária de âmbito estadual. Ao mesmo tempo, aceitar ser candidata nessas circunstâncias, segundo a própria Rosângela, significava “atender um chamado do partido” (OLIVEIRA, 2018).

Entende-se que o chamado do partido veio em um momento de dificuldade na história política da Universal, onde se encerrou um momento de ascensão política inaugurada desde as eleições de 1989. A eleição de 2006 foi marcada por um impacto negativo nos candidatos ligados à IURD por conta da participação de políticos oficiais da igreja no caso do mensalão, cujo Partido Liberal foi fortemente afetado (CAMPOS, 2013; CERQUEIRA, 2021). Tanto que nas eleições de 2006, para a 53<sup>a</sup> Legislatura, a denominação elegeu apenas 6 deputados, enquanto na legislatura anterior o número foi de 17 deputados federais e 19 deputados estaduais (ORO; TADVALD, 2015).

Nas eleições de 2006, marcadas pela reeleição de Luis Inácio Lula da Silva (PT) à presidência da República, o PRB fazia parte da coligação do Partido dos Trabalhadores, inclusive contando com José Alencar, presidente de honra do partido, como vice-presidente. Se a literatura apontava para uma relação antagonica entre Igreja Universal e o PT nas eleições presidenciais, já que a denominação preteriu a candidatura de Lula nas eleições de 1989 até a de 1998, houve uma aproximação nas eleições de 2002 e uma consolidação do apoio em 2006, que perdurou por mais duas eleições e se encerrou em 2016 com a votação do impeachment, como será abordado no subcapítulo posterior a partir da atuação parlamentar de Rosângela Gomes na Câmara dos Deputados.

Nessa conjuntura, Rosângela Gomes ficou em quinto lugar na disputa pela vaga no Senado Federal, recebendo 264.155 votos. No entanto, independente de ser uma

candidatura distante da vitória eleitoral, até porque se tratava de uma candidata desconhecida a nível estadual, considera-se que recebeu uma votação expressiva, muito por conta da capilaridade da IURD, uma vez que o então senador Marcelo Crivella, bispo licenciado da Universal e sobrinho de Edir Macedo, foi candidato ao governo do Rio de Janeiro pelo PRB neste mesmo pleito, ficando em terceiro lugar com mais de um milhão e meio dos votos. Importante considerar que Rosângela, embora o PRB pertencesse à coalização do PT na esfera nacional, não era a candidata preferencial do partido ao Senado no Rio de Janeiro, já que o PT estadual, em coligação com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), apoiou a candidatura de Jandira Feghalli (PCdoB), que ficou em segundo lugar na disputa<sup>30</sup>.

Ainda vereadora, Rosângela Gomes se reelege para o seu terceiro mandato nas eleições municipais de 2008, com 4.230 votos. Na eleição seguinte, em 2010, seguindo uma ordem comum na carreira política, Rosângela Gomes aceita concorrer ao cargo de deputada estadual pelo PRB, também no intuito de ajudar o partido a preencher a cota de candidaturas femininas e, mesmo sem muitos recursos, segundo seu relato (TRUE PODCAST, 2022), consegue se eleger com 10.586 votos, sendo a penúltima candidata a conquistar a vaga na ALERJ (OLIVEIRA, 2018, p. 74). Entretanto, seguindo o modelo das candidaturas oficiais e da distribuição geográfica que segue a Igreja Universal, o PRB elegeu outro deputado estadual, o pastor da IURD Alexandre Correa<sup>31</sup>, que foi o sexto mais votado do pleito com 112.678 votos, contribuindo para a eleição de Rosângela por conta das regras do sistema proporcional.

O grande salto quantitativo da carreira política de Rosângela Gomes ocorreu na eleição de 2014, na qual se elege para seu primeiro mandato como deputada federal. Se, como estadual, Rosângela recebeu aproximadamente dez mil votos quatro anos antes, em 2014 ela foi eleita com a expressiva votação de 101.686 votos, sendo a 13ª mais votada, ficando à frente de políticos tradicionais de longa trajetória política. A título de comparação,

---

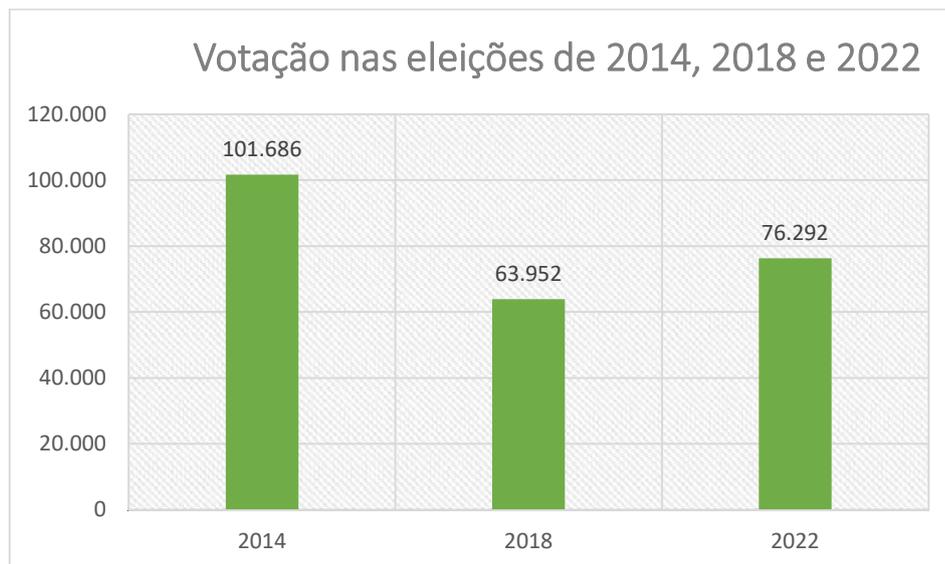
<sup>30</sup> Quem se elegeu Senador nas eleições de 2006 foi Francisco Dornelles, candidato do Partido Progressista (PP). Atribui-se a vitória de Dornelles ao fato de haver uma mobilização de “campanha negativa” às vésperas da eleição contra a candidata Jandira Feghali, em que se associava a candidata do PC do B à pautas relativas ao aborto, causando uma comoção no eleitorado religioso, especialmente o católico à época. Pela natureza da pauta, é possível que Rosângela Gomes tenha perdido votos para Dornelles na fase final da campanha.

<sup>31</sup> O pastor Alexandre Braz Correa teve nesta eleição seu único mandato eletivo, não se candidatando à reeleição. Ao receber a Medalha Tiradentes em 2000 por indicação da deputada estadual Marly Machado, o pastor foi citado como Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Cristã (ABC), o braço social da IURD (MACHADO, 2006), além de ter participação na mídia e de ter desempenhado outras funções relevantes no ecossistema da Universal, o que demonstra suas credenciais de candidato oficial. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/5dad7cf1246406d2832567040007d038/1b70462edf92b64d03256973005a4768?OpenDocument>.

Washinton Reis (PMDB), que já havia sido prefeito da cidade de Duque de Caxias e estava concorrendo à reeleição ao legislativo federal, recebeu 103.190 votos. Neste mesmo pleito, o PRB elegeu mais um deputado, Roberto Sales, que contou com 124.087 votos<sup>32</sup>.

Diferentemente de seus correligionários de bancada nas eleições anteriores, que não prosseguiram na política ou não se reelegeram, Rosângela permaneceu na política institucional garantindo reeleições em 2018, com 63.952 votos, e em 2022 para o seu terceiro mandato, com 76.292 votos, ao que se deve, segundo a literatura, à manutenção do apoio institucional (ORO, 2003; MACHADO, 2006; MEZZOM; PÁTARO, 2017). Percebe-se, entretanto, que houve uma variação da votação de Rosângela, que decresceu em 2018 e cresceu em 2022, mas não repetindo os patamares obtidos em 2014.

Gráfico 1: Votação de Rosângela Gomes em 2014, 2018 e 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Podem ser aventadas algumas interpretações para a variação da votação de Rosângela Gomes. Em 2018, houve o fenômeno da eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, elegendo consigo uma série de candidatos ao legislativo pela pauta ideológica ligada à direita e que compartilhavam da imagem “*anti-establishment*” (MOURA, COBERLINI, 2019; NICOLAU, 2020; AVRITZER, 2019; NOBRE, 2022), que inclusive conseguiu amealhar o apoio de diversas denominações evangélicas em torno

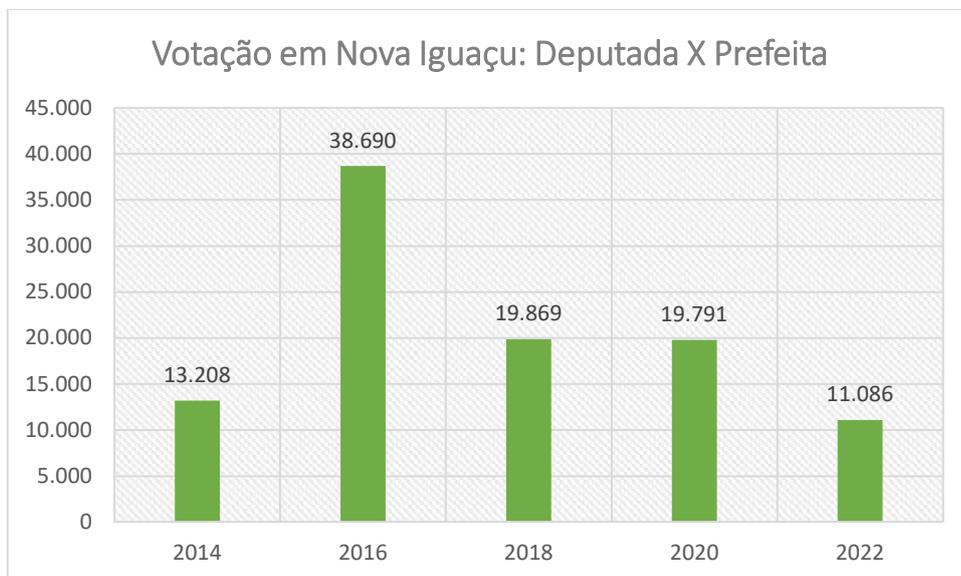
<sup>32</sup> Confirmando a tese de que parlamentares que perdem o apoio oficial da IURD deixam de se eleger. Roberto Sales foi candidato a reeleição em 2018 pelo Democratas, recebendo a votação de 14.293 votos, quase oito vezes menor do que recebera no pleito anterior.

de sua candidatura. Dessa forma, por mais que Rosângela Gomes tenha saído da aliança do PT com o *impeachment* em 2016 e que a IURD tenha apoiado a eleição de Bolsonaro (OLIVEIRA; MARTINS, 2021), acredita-se que ela não conseguiu congregiar as características necessárias para atrair o voto bolsonarista, uma vez que houve uma maior concorrência interna dentro do campo conservador. No entanto, é inegável que ela permaneceu na posição de candidata oficial da IURD. Em 2018, o Republicanos novamente elegeu dois candidatos. Além de Rosângela, o ex-apresentador de TV Wagner Montes, com 65.868 votos.

Nas eleições de 2022, o Republicanos cresce de tamanho no estado, elegendo três deputados federais no Rio de Janeiro, sendo todos com relação intrínseca com a IURD. O mais votado foi Marcelo Crivella, com 110.450 votos, seguido por Rosângela e pelo bispo licenciado Jorge Braz, com 59.201 votos, indicando a manutenção da organização e da coordenação eleitoral da Igreja Universal.

Por fim, importante considerar que a característica de candidatura oficial de Rosângela Gomes caminha ao mesmo lado do pertencimento territorial a Nova Iguaçu. Observa-se que, desde sua primeira eleição para deputada federal, Rosângela alterna as eleições gerais com a participação nas eleições municipais para o cargo de prefeito, como feito em 2016 e 2020. Por mais que não vença as eleições, há uma mobilização das bases pelas candidaturas recorrentes, como se verifica no gráfico abaixo, comparando a votação recebida para deputada em Nova Iguaçu e sua votação para prefeita.

Gráfico 2: Comparativo de votação: deputada federal e prefeitura em Nova Iguaçu



Fonte: Elaboração própria

Considera-se também que, da mesma maneira que Rosângela Gomes percorre uma trajetória ascentente na política através dos mandatos eletivos, ela também se cacifa como uma importante liderança dentro do Republicanos. Sua entrada no partido se dá no contexto das eleições de 2006, quando concorreu ao Senado no Rio de Janeiro. No ano seguinte à eleição, foi coordenadora do setorial de jovens do partido, exercendo a função até 2010. A partir de 2011, esteve na posição de secretária nacional do setorial de mulheres do partido (Mulheres Republicanas), onde permaneceu por 10 anos. Após isso, tornou-se 3ª vice-presidente nacional da agremiação<sup>33</sup>.

Dessa forma, enquanto candidata oficial da IURD, que consegue administrar o apoio institucional ao longo dos anos, Rosângela Gomes se consolidou no cenário político fluminense, uma vez que ocupa mandatos eletivos ininterruptamente desde a eleição municipal de 2000, transitando entre cargos legislativos de maneira ascendente, do municipal passando pelo estadual e culminando no federal, para o qual conquistou três mandatos sequenciais nas eleições de 2014, 2018 e 2022, assim como ocupa posições relevantes e privilegiadas dentro do Republicanos. Ao mesmo tempo em que ocupa essas vagas, Rosângela também se mantém presente na política local, estabelecendo votação e base política em Nova Iguaçu, corroborando com a dimensão espacial e organizacional desenvolvida pela forma de ocupação política desempenhada pela Igreja Universal.

---

<sup>33</sup> O Republicanos apresenta os cargos ocupados por Rosângela Gomes dentro da estrutura interna no espaço destinado à biografia da deputada dentro de seu site. Disponível em: [https://republicanos10.org.br/quem\\_e\\_quem/rosangela-gomes/](https://republicanos10.org.br/quem_e_quem/rosangela-gomes/). Acesso em 30 abr. 2024.

## **2.2 – EM POSSE DA PALAVRA: A TRAJETÓRIA PARLAMENTAR DE ROSÂNGELA GOMES ATRAVÉS DOS DISCURSOS NA TRIBUNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Logo de início é preciso alertar que Rosângela Gomes não é uma parlamentar combativa, afeita às grandes questões nacionais. Muito pelo contrário, utiliza a tribuna da Câmara dos Deputados de maneira tímida até certo ponto. Apenas para fins de comparação, durante o mesmo período estudado (2015-2022), a deputada Benedita da Silva (PT/RJ), que da mesma maneira que Rosângela é uma mulher negra, periférica e evangélica, mas que pertence à outra denominação (enquanto Benedita foi historicamente ligada à Assembleia de Deus e hoje faz parte da Igreja Presbiteriana, Rosângela congrega na IURD), e ocupa outro espectro político, sendo um quadro histórico do PT, embora em determinado momento estivessem na mesma coalizão, como será demonstrado ao longo do capítulo, proferiu 990 discursos na tribuna da Câmara no mesmo período, cerca de 5,5 vezes a mais do que Rosângela.

Como parlamentar evangélica, ao mesmo tempo que deixa evidente seu pertencimento religioso e institucional em certas ocasiões, não tem como prática utilizar a palavra para participar de discussões que envolvem controvérsias públicas ou de guerras culturais, principalmente no que envolve políticas de gênero, aborto ou questões da comunidade LGBTQIA+, prática adotada por políticos evangélicos mais midiáticos, como por exemplo o deputado Marco Feliciano (Republicanos/SP), que, como demonstrado na pesquisa de Vital da Cunha e Leite (2012) e Smith (2023) marcou o padrão de parte da bancada evangélica há mais de uma década. Se a bancada evangélica assumiu protagonismo nas discussões acerca de pauta moral na 55ª Legislatura (2015-2018), de acordo com Lacerda (2019), esse formato não foi o preferencial dos parlamentares ligados à IURD, incluindo Rosângela Gomes. Ainda conforme Lacerda (2019, p. 83), a Universal atuou de maneira praticamente residual no que se refere às iniciativas parlamentares contra ou pelo endurecimento do aborto, contra pauta de gênero e contra demandas LGBT, sendo uma contribuição desproporcional ao seu peso no campo evangélico e no próprio parlamento.

Sendo assim, por que então dedicar um capítulo para os discursos da deputada Rosângela Gomes na Câmara dos Deputados? Destacamos dois motivos. O primeiro se configura pela possibilidade de fazer um histórico de comportamento da deputada e de seu partido, o Republicanos (PRB) ao longo de um período de turbulência democrática

no Brasil. Rosângela Gomes é eleita pela primeira vez nas eleições de 2014, quando seu partido ainda era da base do Governo Dilma Rousseff, então reeleita para o seu segundo mandato. Rosângela Gomes participou, portanto, durante a sua primeira legislatura do impeachment de Dilma e do governo de Michel Temer (2016-2018), sendo reeleita para o segundo mandato em 2018, sendo parlamentar também no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

O segundo motivo é que os discursos prolatados pela deputada ao longo de sua trajetória legislativa são uma maneira de se entender a forma de fazer política de um parlamentar, já que a esfera comunicacional é inerente ao exercício do cargo, podendo existir de maneira autônoma e independente, sem estar atrelado aos processos decisórios (MOREIRA, 2020). Com os discursos, é possível desvendar os temas mais caros ao seu mandato, como se relaciona com a bancada evangélica e como mobiliza temas inerentes à ela, como é a relação com as lideranças de seu partido e com o governo, de que forma dialoga com seu eleitorado e com sua base territorial, a Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

Como recorte da amostra de pesquisa, temos os discursos proferidos pela deputada entre os anos de 2015, quando assume o mandato, até 2022, quando concluiu o seu segundo mandato. Embora reeleita para o terceiro mandato nas eleições de 2022, que faria com que ela estivesse no quarto governo diferente em três legislaturas, Rosângela Gomes assumiu o cargo de Secretária de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro, na segunda gestão do governador Cláudio Castro (PL), licenciando-se de seu mandato. Dessa forma, há um recorte temporal delimitado.

Em oito anos de mandato, Rosângela Gomes utilizou a palavra em 180 ocasiões<sup>34</sup>. Esses dados foram obtidos junto aos registros e notas taquigráficas de discursos disponibilizados pela Câmara dos Deputados na seção da parlamentar.

Tabela 1: Número de discursos por ano de legislatura da deputada federal Rosângela Gomes (Republicanos/RJ)

| Ano  | Discursos |
|------|-----------|
| 2015 | 22        |

<sup>34</sup> No entanto, embora se trate de número oficial, destacamos que, na verdade, há um discurso contabilizado a mais. Ocorre que há uma falha nos registros da Câmara dos Deputados, em que houve o registro duplicado da sessão legislativa do dia 25/08/2015, que foi uma homenagem ao aniversário do partido Republicanos. Embora apresentemos o número oficial, a realidade é que o número material é de 179 discursos.

|              |                      |
|--------------|----------------------|
| 2016         | 13                   |
| 2017         | 37                   |
| 2018         | 17                   |
| 2019         | 23                   |
| 2020         | 24                   |
| 2021         | 23                   |
| 2022         | 21                   |
| <b>TOTAL</b> | <b>180 discursos</b> |

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a sessão ordinária é composta por pequeno expediente, grande expediente, ordem do dia e comunicações parlamentares, sendo estas últimas desde que haja tempo e destinadas a representantes de partidos e blocos partidários. As breves comunicações são feitas por deputados inscritos após a leitura do expediente do dia, enquadrando-se dentro do pequeno expediente. Já as homenagens ocorrem em sessões específicas e os discursos proferidos nessas ocasiões são os únicos dos quais não se têm a degravação completa, uma vez que este tipo de sessão parlamentar é privado e não vinculante, não havendo deliberações. Também não costumam ser transmitidas pela TV Câmara e, por isso, além de não possuírem registro das falas, apenas há a indicação da presença dos parlamentares.

Os discursos levantados foram proferidos em todas as ocasiões previstas pelo regimento interno, sendo 90 em sessões de ordem do dia, 9 em grande expediente, 10 no pequeno expediente, 14 em comunicações parlamentares, 46 em breves comunicações e 11 homenagens.

A fim de instruir a pesquisa, os discursos foram organizados por ano e separados por data, sessão, tipo de sessão e resumo do discurso. Este resumo consiste na maneira que a própria Câmara dos Deputados cataloga e sumaria as notas taquigráficas em seu repositório. Além disso, os discursos proferidos pela deputada na íntegra foram agregados pelo recorte anual para que fosse possível analisar a evolução do comportamento da parlamentar pelo recorte histórico.

Percebe-se que houve variação para baixo na quantidade de discursos em dois anos, em 2016 e 2018, bem como uma variação a maior em 2017. Isso ocorreu porque, nos dois anos pares, Rosângela Gomes foi candidata à prefeitura de seu município de domicílio eleitoral, Nova Iguaçu, licenciando-se do cargo dentro do período legal para concorrer às eleições. Já em 2017, a deputada realizou uma série de encaminhamentos

de votação da bancada, o que inflou seus números.

Pelos tipos de discursos proferidos pela deputada, percebe-se que a metade se deu em sessões de ordem do dia e aproximadamente 30% ocorreu nas sessões que compreendem o pequeno expediente. De acordo com Moreira (2020, p. 4), “o pequeno expediente é o momento regimental que permite maior acesso e liberdade por parte dos deputados para expor suas ideias e proferir seus discursos”. Por sua vez, a Ordem do Dia é o momento previsto no regimento para a votação de leis. A concentração dos discursos de Rosângela Gomes nesses dois momentos indicam desde já duas características: os anos em que mais utilizou a Ordem do Dia foram aqueles em que ela desempenhou função de liderança de seu partido na Câmara, demonstrando sua relevância interna na agremiação, que faz com que seus discursos e proposições estejam necessariamente alinhadas à organização partidária no parlamento; nas outras ocasiões, em que se verificou a maior presença dos discursos proferidos em pequeno expediente, o uso da palavra contemplou os temas mais caros à deputada: Baixada Fluminense e outras formas de municipalismo, mulheres na política e os direitos da população negra, preferencialmente. A reconstrução de sua trajetória parlamentar terá como base esse segundo tipo de discurso.

### **“O verbo se fez carne a habitou sobre nós”: a pauta e os discursos**

Rosângela Gomes assume seu primeiro mandato de deputada federal na legislatura iniciada em 2015. Seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados, feito cerca de um mês após o início dos trabalhos, configurou-se como uma carta de apresentações, como de praxe para os novos parlamentares. Nesse momento, seu partido, o Republicanos, assim como a própria IURD, fazia parte da coalizão de Dilma Rousseff e era a base do governo, enquanto Rosângela Gomes demonstrava estar alinhada com as conquistas sociais da era petista, acenando para grupos vulneráveis dos quais ela se coloca como representante a partir de suas identidades, trajetória de vida, região de atuação política e através do viés social e assistencial desenvolvido pela Universal.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou aqui representando a vontade de 101.686 eleitores que confiaram em mim. Trabalharei para o Rio de Janeiro e para o Brasil, fazendo todo o possível para honrar minhas promessas de campanha, desempenhando um mandato focado especialmente nas mulheres, nos negros e nas pessoas carentes. Esses grupos sociais, isolados ou em conjunto, são maioria na população

brasileira, mas são tratados como se fossem minoria. Ser mulher, negro ou de origem pobre ainda é uma exceção nos altos cargos públicos e privados desta República.

(...)

Sras. e Srs. Deputados, em menos de 1 mês de iniciada a Legislatura, meus eleitores, por meio de meu mandato, já têm uma presença ativa e responsável no Legislativo brasileiro. Pretendo continuar representando essa parcela da população e todas as propostas que resultem em melhoria das condições de vida dos brasileiros, especialmente dos mais pobres, dos negros e das mulheres. Nenhuma corrente é mais forte do que o seu elo mais fraco, e a sociedade brasileira nunca será forte enquanto marginalizar tão grande número de cidadãos.”

Há camadas muito relevantes neste primeiro discurso. Ele demonstra uma linha de atuação parlamentar que será seguida por Rosângela Gomes durante toda a sua trajetória política: pautas raciais e de gênero. Embora, à primeira vista, o discurso esteja alinhado à proposições típicas do campo progressista, ainda mais estando dentro da base governamental do PT, a deputada o trata de uma maneira pragmática, sem dar maiores conotações ideológicas e estruturais.

No que diz respeito à pauta de gênero, Rosângela Gomes apresenta uma regularidade nos seus discursos e na sua atuação legislativa. Em alguns momentos, atua de maneira protocolar, como nos pronunciamentos em homenagem às mulheres no Dia Internacional da Mulher ou durante a campanha do “outubro rosa”, assim como inúmeros outros deputados que sequer são ligados à pauta também o faziam. No entanto, de maneira mais específica, Rosângela centra sua atuação política nessa esfera através de dois eixos: um de proteção às mulheres, o que ocorre a partir de matérias inerentes à Lei Maria da Penha, visando o tema de “violência contra as mulheres”, ou através de indicações de políticas públicas; o segundo se dá com o eixo da participação feminina na política, ressaltando o espaço e as possibilidades que o partido Republicanos confere na formação política e na possibilidade de se candidatar a cargos públicos. Nesse mesmo primeiro discurso proferido na Câmara, a deputada explicou dois projetos de leis que demonstram essas duas linhas de atuação:

Quanto aos projetos de lei, uma de minhas propostas aperfeiçoa a Lei Maria da Penha, estabelecendo o monitoramento eletrônico dos agressores, providência relativamente barata e eficaz para impedir novas agressões. Outro projeto torna obrigatório informar se a mulher vítima de agressão doméstica ou familiar era deficiente, e se a agressão piorou a deficiência.

Em defesa de uma maior participação das mulheres na política, apresentei dois projetos: um para combater a violência e a discriminação político-eleitoral contra a mulher, e outro disciplinando o percentual do Fundo Partidário destinado à promoção da participação e campanha femininas.

A participação da mulher na política aparece também no discurso do dia 31/03/2015. Nesse discurso, a deputada incentiva uma reprodução de sua própria trajetória política, mas de maneira implícita. Para isso, ela conta que participou de um encontro do setorial de mulheres de seu partido em São Paulo, no qual incentivou a participação das mulheres do interior do estado na política a partir da agremiação visando as eleições municipais de 2016 e, posteriormente, as eleições gerais de 2018. Por mais que sua trajetória político-eleitoral não tenha se dado pelo atual Republicanos, que não existia à época, o percurso proposto em sua fala é o mesmo trilhado por ela: enquanto uma mulher negra, evangélica, da periferia do Rio de Janeiro, seu início na política se deu a partir da vereança Nova Iguaçu, município da região metropolitana do estado. O Republicanos, que passaria a centralizar os candidatos da IURD, facilitaria essa intermediação.

O papel do Republicanos como um partido que garante o acesso das mulheres a cargos públicos foi lembrado no discurso do dia 16/07/2015, onde a parlamentar faz um balanço do seu primeiro semestre de legislatura. Segundo ela, nada disso seria possível sem o partido:

Quero agradecer ao meu partido, o Partido Republicano Brasileiro, que de forma inédita trouxe a esta Casa uma bancada maior. Saiu de 8 Deputados para 21 Deputados. E, entre esses 21 Deputados, há 2 Deputadas, mulheres negras e guerreiras, que trabalham pelo povo e pela Nação: a Deputada Tia Eron, da Bahia, e eu, Rosângela Gomes, do Estado do Rio de Janeiro, particularmente da cidade de Nova Iguaçu.

O registro da participação dos encontros do setorial de mulheres do partido, sempre no intuito de demonstrar a importância da participação feminina na disputa das eleições, mostrou-se como uma constante durante o início de seu mandato. No mesmo ano de 2015, uma de suas últimas falas durante o período legislativo abordou uma reunião do setorial no Acre. Na sessão de 10/03/2016, fala sobre os esforços do partido para a filiação feminina. No entanto, após o ano de 2016, o registro desses encontros passou a rarear em seus discursos, tornando a aparecer somente na sessão de 07/11/2019, quando Rosângela Gomes exaltou a chegada de mulheres filiadas ao seu partido à capital federal, vindas de diferentes estados para um curso de formação política. Depois disso, a última vez que a deputada falou sobre a participação das mulheres na política em plenário foi na sessão do dia 07/10/2021, quando abordou uma reunião de secretárias municipais do setorial feminino do partido com a Secretária Nacional do Mulheres Republicanas, a

Deputada Tia Ju (Republicanos/RJ), destinada à discussão de políticas públicas para a militância feminina.

Por mais que os discursos sobre participação política tenham ficado escassos com o decurso dos mandatos, a temática sobre mulheres continuou aparecendo principalmente sob formato de orientações de bancada sobre leis voltadas à política de gênero. Em 2017, os primeiros discursos centraram-se na votação de um projeto de lei para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação. Já no fim desse ano, Rosângela se manifestou pela importância de uma votação sobre estupro coletivo de mulheres. O ano de 2019 foi marcado por uma aproximação de Rosângela com o Governo Federal, no primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro, a partir de pautas inerentes ao seu mandato, inclusive de gênero. Na sessão do dia 21/05/2019, agradeceu ao então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pelo desempenho de seu ministério na atenção à saúde das mulheres. No dia 06/06/2019 foi a vez de agradecer ao presidente pela promulgação de um projeto de sua autoria que tornava obrigatória a informação em boletim de ocorrência sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar. Já no dia 03/10/2019, Rosângela abordou o lançamento do programa “Salve Uma Mulher”<sup>35</sup> pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damarens Alves, apresentando os principais eixos de atuação da ministra. A gestão de Damarens, que logo se tornou um dos principais nomes evangélicos do governo, foi lembrada em outros anos, configurando-se como um ponto de interlocução dentro do campo evangélico e feminino para a deputada.

O mesmo padrão se repetiu em 2020, 2021 e 2022, atingindo seu ápice em 2020. De toda forma, Rosângela Gomes, com exceção do ano de 2018, falou de temas relacionados à pauta de gênero em todos os anos de seus mandatos, mas se percebeu uma mudança de comportamento e de discurso. Se, sob a égide petista, Rosângela abordava temas como a participação feminina na política, a partir do governo Bolsonaro a fala da deputada se voltou a projetos de lei, principalmente a respeito da Lei Maria da Penha, e de programas governamentais que desenvolviam políticas públicas para mulheres.

Sobre a questão racial, tão presente em seu primeiro discurso, também foi

---

<sup>35</sup> De acordo com publicação do próprio ministério à época do lançamento, o programa Salve uma mulher “contempla a realização de ações de sensibilização, campanhas e capacitação de voluntários, por meio de agentes públicos e privados, que serão multiplicadores da informação para a capacitação e formação de voluntários”, sendo dividido em três fases. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/outubro/lancado-pelo-mmfdh-projeto-salve-uma-mulher-visa-mobilizar-a-sociedade-no-enfrentamento-a-violencia-domestica>. Acesso em 12 dez. 2023.

observado um fenômeno semelhante ao que aconteceu com a pauta de gênero. Durante o seu primeiro mandato na casa, Rosângela Gomes foi relatora da CPI da violência contra jovens e negros e da Comissão Especial do enfrentamento ao homicídios de jovens, além de ocupar a 1ª vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. Mesmo sendo uma mulher evangélica, sua nomeação não ressoou negativamente à época, diferentemente do que ocorreu poucos anos antes, em 2013, com o deputado Marcos Feliciano, conhecido pelas controvérsias públicas e pronunciamentos que atacavam direitos das minorias. No ano de 2015, houve tantos discursos que contemplavam a temática racial quanto os que abordava temas sobre a Baixada Fluminense.

Na CPI da violência contra jovens e negros, a deputada teve como principais interlocutores deputados do campo da esquerda, com quem atuava harmoniosamente em conjunto e chegou a citar nominalmente em discurso onde relatava o trabalho da comissão, como Jean Wyllys (PSOL/RJ), Erika Kokay (PT/DF) e Benedita da Silva (PT/RJ)<sup>36</sup>. No relatório final, aprovado por unanimidade, a deputada fala em genocídio da população negra e pobre. Em pronunciamento realizado na véspera do dia da consciência negra de 2015, quase chegando ao fim do calendário legislativo, Rosângela faz um balanço de sua atividade parlamentar a partir da apresentação de projetos de leis que versavam sobre o combate à violência sofrida por jovens, negros e mulheres, trazendo também um resumo de sua atuação como relatora da comissão e do relatório final; um agradecimento à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal por terem aprovado, por unanimidade um projeto de sua autoria que previa a construção de creches e berçários nos presídios, além de demarcar a sua presença na Marcha das Mulheres Negras ocorrida naquele ano.

A sessão do dia 22/11/2016 foi a única daquele ano em que a deputada tocou na questão racial. O discurso aborda brevemente o dia da consciência negra, comemorado poucos dias antes, e retoma a questão da violência contra jovens e negros. Porém há nele um outro ponto que nunca havia sido trabalhado pela deputada, que expõe sua opinião sobre as cotas raciais – tema sempre polêmico que costuma ser tratado de maneira diferente por deputados mais conservadores:

Há muito o que trabalhar, há muito esforço a fazer para diminuirmos o racismo. O implemento das cotas hoje, sem sombra de dúvida, é um dos instrumentos que

---

<sup>36</sup> Sessão parlamentar do dia 05/05/2015.

podem proporcionar a inclusão do povo afrodescendente, mas obviamente nós precisamos de mais políticas públicas para combatermos as desigualdades existentes no País.

Não obstante importante posicionamento público, os discursos de temática racial também deixaram de ser proferidos ao longo das legislaturas. A última vez que apareceu foi na sessão do dia 20/11/2019, também a respeito do dia da consciência negra, onde a deputada aborda as mazelas causadas pela escravidão, que fizeram com que os negros fossem a maioria dos trabalhadores informais, da população carcerárias, no número dos jovens assassinados e nos piores indicadores sociais, resgatando também a ideia de que a educação para “tirar o jovem da criminalidade e também colocá-lo no primeiro emprego”.

Os temas que envolvem a Baixada Fluminense constituem um alicerce dos discursos e da atuação parlamentar de Rosângela Gomes. A região era mobilizada em suas falas ora para cobrar recursos e políticas públicas, ora para demarcar e publicizar a atuação da deputada na área ou, principalmente, para servir como ponto de aproximação da parlamentar com o Governo Federal, da mesma forma em que se observou em relação à temática de gênero. A aproximação se dá na medida em que o governo se movimenta em direção aos eixos de atuação da deputada.

No primeiro ano de mandato da deputada, quando ela atuou na CPI sobre a violência contra jovens e negros, ao tratar do tema, Rosângela Gomes costumava trazer as especificidades do quadro encontrado na Baixada Fluminense. Essa relação entre a região e a violência também ocorreu na gestão de Michel Temer, no período em que se discutia a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

Mas eu quero fazer um apelo ao Presidente. Aliás, não é um apelo, é um pedido de uma cidadã desesperada da Baixada Fluminense. Presidente, os moradores das 92 cidades do Estado do Rio de Janeiro perderam o direito de ir e vir. Presidente, especialmente os moradores da Baixada Fluminense perderam o direito de ir e vir. Presidente, os moradores da minha cidade de Nova Iguaçu perderam o direito de ir e vir.

Tenho rodado por todos os cantos de Nova Iguaçu e constatei que todos os iguaçuanos clamam por segurança – todos os iguaçuanos clamam por segurança! (...)

Não adianta termos tropas nas Olimpíadas e depois elas irem embora. Aliás, Deputado Luiz Couto, na nossa cidade, Nova Iguaçu, temos apenas 190 homens para patrulhar uma cidade de quase 1 milhão de habitantes. Tiraram 20 viaturas de nossa cidade e mandaram para os locais onde serão realizados os jogos olímpicos. Estamos entregues, estamos desprotegidos, estamos sentenciados à morte todos os dias.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Sessão 186.2.55.O do dia 03/08/2016.

Por ser marcadamente uma política ligada à região da Baixada Fluminense, entende-se que o tema da segurança pública é indissociável para a atuação parlamentar, o que ainda se potencializa pelo fato de as igrejas evangélicas, como visto no capítulo 1, enraizarem-se nos territórios que são assolados pela violência, o que teria transformado a região em um “cinturão pentecostal” (Maфра, 2011). Dessa forma, percebe-se que Rosângela se movimenta politicamente em aproximação ou rejeição aos governos vigentes a partir do seu eixo preferencial de atuação. Em sequência, será verificado como seu comportamento político é influenciado pelo seu partido, o Republicanos, e sua relação com o governo.

### **Rosângela Gomes entre a crise da democracia brasileira: o governismo do Republicanos**

Ao assumir seu mandato na base do governo de Dilma Rousseff (PT), a deputada Rosângela Gomes, mais do que fiel à Presidenta da República, mostrou-se fiel aos interesses partidários do PRB. Já nos seus primeiros meses como parlamentar, tornou-se vice-líder de seu bloco parlamentar. A fidelidade partidária e, por consequência, o governismo podem ser considerados como as principais características da atuação parlamentar da deputada.

O segundo mandato de Dilma Rousseff começou desgastado, após as jornadas de junho de 2013, o início da operação Lava-Jato e de uma eleição polarizada, decidida em um segundo turno acirrado contra o candidato do PSDB, Aécio Neves. Entretanto, a candidatura de Dilma conseguiu manter partidos importantes em sua coalizão, como o PMDB, o PP e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), partido de Rosângela Gomes.

O primeiro “panelaço”, manifestação realizada em grandes centros urbanos, em que cidadãos batiam em panelas nas janelas e sacadas de suas residências durante pronunciamentos oficiais de Dilma Rousseff e que se tornou uma marca no processo político do período que desembocou no impeachment, aconteceu durante o pronunciamento em rede nacional pelo dia internacional da mulher<sup>38</sup>, em 08/03/2015.

No dia seguinte ao panelaço, numa segunda-feira, Rosângela Gomes usa a palavra

---

<sup>38</sup> MAGALHÃES, Guilherme. “Símbolo latino-americano, panelaço marcou Dilma e foi usado de esquerda à direita. Folha de São Paulo, 18/03/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/simbolo-latino-americano-panelaco-marcou-dilma-e-foi-usado-de-esquerda-a-direita.shtml#:~:text=O%20primeiro%20panela%C3%A7o%20contra%20Dilma,do%20Dia%20Internacional%20da%20Mulher>. Acesso em 15 nov. 2023.

pela terceira vez em seu mandato para fazer uma saudação ao dia das mulheres, o que inclusive se tornou uma prática corriqueira em sua performance parlamentar. No entanto, mais do que uma homenagem, o pronunciamento se caracterizou como uma defesa de gênero à Dilma:

Então, esse dia 8 de março, Deputado Cleber Verde, marca não só o Dia da Mulher, mas também o dia em que nós devemos levar à reflexão todas as mulheres do nosso País. Vimos a Deputada falando da questão da nossa primeira Presidenta da República, Dilma Rousseff, que ontem fez um pronunciamento em benefício do povo brasileiro, muito especialmente das mulheres, e infelizmente foi retalhada com panelaço.

Nós vivemos num País democrático. É óbvio que temos todo o direito de ser aplaudidas e vaiadas, mas nós queremos marcar esse ato importante de termos a primeira Presidenta da República da história do País.

O Brasil vem hoje atravessando um momento muito difícil na economia, na questão do desenvolvimento da educação, mas eu tenho certeza de que, com a representação feminina, poderemos dar à população do nosso País um pouco mais de compromisso na gestão política.

O apoio de Rosângela Gomes ao governo petista dura o mesmo tempo que a permanência de seu partido na coalizão. Ao longo do primeiro ano de seu mandato, Rosângela encaminhou o voto da bancada de seu partido em pelo menos dois pronunciamentos, enquanto tratava preferencialmente de temas que envolviam violência contra jovens negros, participação feminina na política e questões locais da Baixada Fluminense. Até que, na sessão de 17/03/2016, a deputada faz um pronunciamento que comunica a saída do PRB da base do governo, tornando-se independente.

Diante disso, Rosângela Gomes vota favoravelmente ao *impeachment* de Dilma Rousseff, dando como fundamento:

pela retomada da economia brasileira, por todos os funcionários públicos e aposentados do Estado do Rio de Janeiro, pelo fim da violência na Baixada Fluminense, pela minha cidade Nova Iguaçu, contra uma saúde ruim, contra um desenvolvimento horrível, voto “sim”, pelo Brasil, pelo Partido Republicano Brasileiro.

Entretanto, a independência do PRB dura pouco tempo, logo ingressando no governo Michel Temer, com o presidente do partido, Marcos Pereira<sup>39</sup>, sendo nomeado ministro e os parlamentares funcionando como base de sustentação do governo no Congresso. Essa guinada do Republicanos, saindo da coalizão história dos governos

---

<sup>39</sup> Marcos Pereira assume Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em <https://republicanos10.org.br/nacional/marcos-pereira-assume-ministerio-da-industria-comercio-exterior-e-servicos/>. Acesso em 05 nov. 2023.

petistas, que vinha desde o primeiro mandato de Lula na figura do vice-presidente José Alencar, e a rapidez com que o partido ingressa na coalizão do PMDB, no entanto, não tem a ver com uma autocrítica do partido em relação aos governos do espectro da centro-esquerda, mas sim por estratégia de sobrevivência política (LIMONGI, 2022), já que o governo Dilma estava fadado ao *impeachment* e o PRB não aparentava não ter vocação para ser oposição, funcionando como um partido que gravita na órbita do poder, prezando pelo governismo.

A aproximação de Rosângela Gomes com o governo Temer foi imediata, desde quando assumiu como presidente interino durante o processo de *impeachment*. Após a votação da admissibilidade do processo, a agenda da deputada se voltou para as pautas do governo, chegando ao ápice em 2018, quando da discussão de um tema caro ao Rio de Janeiro: a proposta de intervenção federal na segurança pública, que acabou sendo determinada pelo novo governo. Dos oito discursos proferidos nesse recorte temporal, a deputada tratou de violência urbana e da intervenção federal em ao menos cinco ocasiões.

No entanto, o que se percebe nos discursos sobre violência urbana de Rosângela Gomes é que ela não faz uma proposição “pró-sociedade”, punitivista e de desrespeito aos direitos humanos em nome da segurança pública. Ao mesmo tempo que ela traz um questionamento comum do cidadão, também aborda questões estruturais, como chacinas e violência policial, como no discurso realizado no dia 28/06/2016:

Podemos falar de tantas violências no Rio de Janeiro. Podemos falar dos quatro jovens que foram fuzilados num Palio, na Costa Barros; podemos falar da chacina da Chatuba; podemos falar da morte da engenheira Patrícia Amieiro, já há 7 anos – e até hoje não descobriram onde está o corpo; podemos falar do trabalhador que morreu em cima de uma laje, portando uma furadeira, que a polícia pensou ser um revolver; podemos falar dos policiais que hoje morrem em grande quantidade. Os nossos policiais estão morrendo, e não há qualquer tipo de amparo ou estrutura.

Podemos falar também da morte de Claudia Ferreira, aquela mulher negra do morro de Madureira, que foi arrastada pelo camburão da polícia do Estado do Rio de Janeiro. Até hoje a família sofre, sem receber qualquer tipo de amparo ou resposta. Podemos falar dos policiais que fizeram a segurança no Hospital Souza Aguiar, onde houve o resgate daquele traficante. E mais: cadê o corpo do Amarildo? Até hoje o Estado do Rio de Janeiro não deu resposta a família do Amarildo! Cadê o corpo do Amarildo?

É durante o período de governo de Michel Temer que Rosângela Gomes tem seu ano mais produtivo em termos de discurso na Câmara dos Deputados. Em 2017, utilizou a tribuna em 37 ocasiões, mantendo a coerência na sua forma de fazer política, tratando dos seus temas preferenciais e atuando como uma mulher de partido.

Nesse ano, a deputada tratou da questão de gênero pelo menos sete vezes, a começar da tradicional fala no Dia Internacional da Mulher, ressaltando sua atuação parlamentar para o combate à violência de gênero, com destaque às mulheres negras. Também prosseguiu com a pauta municipalista, indicando a a destinação de recursos para seu município de domicílio eleitoral e a agradecer por políticas públicas do governo federal nos município em onze pronunciamentos, que não se restringiam somente à Baixada Fluminense.

Além disso, a deputada atuou na orientação da bancada de seu partido para votações. Destacamos principalmente a atuação de Rosângela Gomes na votação que envolveu a votação do projeto de lei que incluía o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo no rol dos crimes hediondos, inclusive fazendo contraponto ao deputado federal por São Paulo Eduardo Bolsonaro, que pouco tempo depois ganharia relevância pelo governo do pai, Jair Bolsonaro. Pela atuação da deputada, percebe-se que o tema da segurança pública costumava estar presente em sua ação parlamentar, até mesmo de maneira crítica. No entanto, com a eleição de Bolsonaro em 2018, a questão do armamento ganha uma centralidade política para os apoiadores do governo, mas ao mesmo tempo torna um ponto sensível na percepção do grupo social que a deputada se enquadra, sendo uma mulher, negra, evangélica e da periferia e que reverberou nas eleições de 2022 (TEIXEIRA; REIS, 2023).

No curso do ano de 2017, Rosângela Gomes acaba fazendo uma “confissão” sobre sua forma de atuação parlamentar. Isso ocorreu na votação, no dia 02/08/2017, da admissibilidade da denúncia do Ministério Público Federal em face do então presidente. Nessa ocasião, Rosângela se pronunciou da seguinte forma: “Sr. Presidente, eu não sou pautada pela mídia nacional. Votei aqui, no impeachment, pela retomada do crescimento econômico do Brasil, pelo combate à violência, pela minha Baixada, pela saúde do meu Estado”. Tratava-se, à época, de denúncia feita pela Procuradoria Geral da República de corrupção passiva envolvendo o empresário Joesley Batista<sup>40</sup>, que ganhou repercussão midiática que impulsionou o movimento “Fora, Temer” e levou o presidente à índices históricos de rejeição<sup>41</sup>.

O ano de 2018, por ser ano eleitoral em que a deputada concorreu à reeleição,

---

<sup>40</sup> “Câmara barra denúncia por corrupção contra Michel Temer”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/base-aliada-consegue-votos-para-arquivar-a-denuncia-contratemer/>

<sup>41</sup> “Reprovação de Temer sobe para 70%; maioria vê governo como pior que o de Dilma, diz Ibope”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml>.

abarcou uma atuação mais discreta. No entanto, foi em 2018 que Rosângela atuou em orientação de bancada em uma das principais votação do governo Temer: a intervenção federal na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Mais do que um simples e já esperado voto, uma vez que o Republicanos fazia parte da base aliada ao governo, Rosângela o proferiu de maneira crítica, chamando a atenção para a realidade da Baixada Fluminense:

Mas eu queria, como moradora do Estado do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense, fazer um alerta: só intervenção federal não será o suficiente. Nós precisamos ter muito investimento em educação; precisamos debater uma coisa que esta Casa se recusa a debater, que é o planejamento familiar; precisamos fazer a inclusão dos nossos jovens, quer seja nos esportes, quer seja na cultura; precisamos garantir o primeiro emprego, para que possamos dar oportunidade a todas as pessoas de forma igual.

Nós votaremos “sim” à intervenção, porque, infelizmente, o Rio de Janeiro perdeu o controle e o comando, mas ressalto que só isso não adiantará.

Em 2019, com o início do governo de Jair Bolsonaro, as primeiras aproximações se dão logo no início do ano legislativo, em pronunciamentos de agradecimento ao Misistério da Saúde em nome do então ministro Luiz Henrique Mandetta, sendo o primeiro, na sessão de 14/03/2019, a respeito da destinação de verbas ao Hospital Geral de Nova Iguaçu e o segundo, em 21/05/2019, sobre providências relacionadas à saúde da mulher. Observa-se que essa aproximação se dá a partir de dois eixos preferenciais da atuação política da parlamentar: questões de gênero e o municipalismo, principalmente no que envolve a região da Baixada Fluminense.

Da mesma forma, a primeira citação a Bolsonaro, também em forma de agradecimento, deu-se em 06/06/2019, quando a deputada fala em tribuna sobre lei de autoria que foi sancionada pelo executivo, a qual dispõe sobre obrigatoriedade de informações no boletim de ocorrência em caso de violência doméstica se resultou deficiência ou incapacidade. Ou seja, Rosângela faz uma leitura que aproxima o governo da pauta positiva de gênero, mesmo que em muitos momentos tenham havido polêmicas e contrariedades em diversos momentos da vida política de Bolsonaro quanto a esta questão, como o caso da agressão verbal à deputada Maria do Rosário (PT-RS) em 2003, na Câmara dos Deputados<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Trata-se de um fato conhecido, em que o então deputado federal Jair Bolsonaro (RJ), após uma sessão parlamentar ocorrida em 11/11/2003, discute com a deputada Maria do Rosário (PT/RS) sobre a redução da maioria penal. Nessa discussão, Bolsonaro disse “*Olha, jamais eu ia estuprar você, porque você não merece*”, além de outros xingamentos. Notas taquigráficas disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Outros%20Eventos&tp>

Ao longo do governo Bolsonaro, Rosângela marca a aproximação com o executivo a partir da atuação da então ministra dos Direitos Humanos, família e mulheres, Damares Alves, também evangélica e que, nas eleições de 2022, elegeu-se senadora pelo Republicanos no Distrito Federal. Rosângela tem um histórico de atuação nas pautas de gênero e de juventude, encontrando alguma similaridade com ações desempenhadas pelo Ministérios, das quais tentava se aproximar.

Por fim, o último discurso de Rosângela Gomes na tribuna dentro do período estudado ocorreu em 18/10/2022 e, até então, também foi o último proferido pela deputada na casa, já que, reeleita, passou a ocupar um cargo no Governo do Estado do Rio de Janeiro, e que, de certa forma, resume a atual fase de sua atuação política, como a aproximação ao campo bolsonarista, e toca em temas caros para seu exercício parlamentar. Rosângela aproveitou o pronunciamento para agradecer ao seu eleitorado pela sua votação, sobretudo na Baixada Fluminense, e para parabenizar o Republicanos pelo resultado nacional, com a eleição de Damares Alves como senadora do Distrito Federal, de Hamilton Mourão no Rio Grande do Sul e de Tarcísio de Freitas como Governador de São Paulo. Agradeceu à Michele Bolsonaro pela aproximação do grupo “Mulheres com Bolsonaro”, que integrou a partir do fim do primeiro turno e, por fim, fez um agradecimento à Ministra Cristiane Britto pelo apoio à criação da Casa da Mulher Brasileira no Município de Japeri, na Baixada Fluminense.

### **3. MOBILIZANDO AS BASES DO SENHOR: as eleições de 2022 e as estratégias de campanha a partir do acionamento religioso**

#### **3.1. A campanha de 2022: estratégias eleitorais e o uso de líderes religiosos como intermediadores:**

##### **Nota metodológica: a reconstituição da campanha a partir das postagens do *Instagram*:**

A pesquisa tem como objetivo principal analisar a campanha eleitoral de 2022 da deputada federal Rosângela Gomes, do partido Republicanos do Rio de Janeiro, a fim de identificar suas estratégias de campanha, para mensurar e qualificar a participação de líderes religiosos em prol de sua candidatura e investigar de que forma essa atuação se diversificou no território fluminense e o que pode ter representado em termos de votação. Ou seja, como se deu o apoio religioso, de que forma, onde e qual o efeito produzido. Além disso, de maneira reflexa, em observância às estratégias eleitorais, se a candidata se vinculou ou não ao então presidente Jair Bolsonaro nas eleições.

Como se trata de campanha eleitoral, existe um recorte temporal implícito, já que a lei eleitoral estabelece que o período de campanha é aquele em que o candidato, depois de escolhido pelo partido e com a candidatura registrada, pode fazer propaganda eleitoral, isto é, utilizar dos meios legais para pedir votos explicitamente, como o horário eleitoral gratuito de rádio e televisão, caminhadas, carreatas, equipe de rua com material gráfico, comícios e, principalmente, o uso das redes sociais com esta finalidade. De acordo com o calendário eleitoral de 2022, este período foi do dia 16 de agosto a 01 de outubro, durando 47 dias.

Considerando que o objetivo primordial era o de buscar as relações entre religião e política dentro do período de campanha, as formas metodológicas tradicionais seriam a observação participante ou a etnografia, como foi realizado por Almeida (2017), que acompanhou uma rede de cabos eleitorais voluntários da IURD nas eleições municipais de Campos dos Goytacazes (RJ) em 2016 através dessas metodologias. Para que isso fosse possível, além da disponibilidade do pesquisador em acompanhar todos os atos e agendas de campanha durante o período eleitoral para que fizesse cadernos e mapeasse as relações, as igrejas visitadas e os cabos eleitorais empenhados, seria preciso que a candidata permitisse ser acompanhada dessa forma, como, em comparação, foi realizado por Kuschnir (2000) ao investigar a forma de fazer política da família mais votada no bairro de “Roseiral”. No nosso caso, em vez do cotidiano da política, seria o cotidiano da campanha.

Entretanto, sem o acesso privilegiado e a disponibilidade exigida, não foi possível realizar essa observação em campo. Por conta disso, mantendo o foco na observação da campanha eleitoral, a proposta como modelo alternativo foi o mapeamento contínuo e sistematizado das postagens realizadas na rede social online *Instagram* da deputada.

Importante, desde já, ressaltar que a proposta de “observação virtual” não significa a utilização dos métodos de pesquisa das análises de rede, que se tratam de modelos matemáticos e quantitativos, bem como também não se trata de uma “*netnografia*” (KOZINETTS, 2014), uma vez que o intuito do trabalho não é de investigar as relações sociais que se dão em rede a partir dos laços de relação digital em torno da deputada. Aqui as postagens da rede social são enxergadas como documentos, como registros históricos do período eleitoral. Sendo assim, não se pode falar em “observação do virtual”, porque não interessa para a pesquisa o que transcorreu como efeito das postagens no mundo virtual, mas sim a observação de um fato real, palpável, observável que foi registrado no mundo digital.

Hammersley e Atkinson (2022, p 226), ao observarem as possibilidades e os impactos das tecnologias digitais no campo das ciências sociais, identificaram que o termo “etnografia digital” tem sido utilizado de maneiras distintas, como em pesquisas com foco restrito em redes e comunicações mediadas pelo computador, uso da tecnologia digital pelos atores sociais, para criar e reconstituir produtos de pesquisa etnográfica, entre outros. De todas as formas, um dos impactos dessas tecnologias digitais são as possibilidades abertas para a coleta de dados e elaboração de projetos de pesquisa (id. Ibid).

Durante o período eleitoral, percebi que os deputados da Baixada Fluminense dos quais eu acompanhava as redes sociais passaram a utilizar o Instagram como verdadeiro “diário de campanha”, registrando uma diversidade de atos de públicos de campanha e de sua agenda política, alguns em maior e outros em menor intensidade. A reconstituição da campanha da deputada Rosângela Gomes se tornou viável porque, dentre os candidatos com esse recorte, seu perfil foi um dos mais destoantes em número de postagens, consistindo em registros extensos e detalhados do período eleitoral. Somente durante os 47 dias de campanha oficial, Rosângela Gomes realizou 368 postagens no Instagram, em uma média de 7,82 postagens por dia de campanha. Apresento abaixo uma tabela de comparação com os demais candidatos:

TABELA 2: Número de postagens no Instagram dos deputados federais eleitos pelo Rio de Janeiro com domicílio eleitoral na Baixada Fluminense durante o período de campanha das eleições de 2022.

| Nome do Deputado (partido na eleição de 2022) | Número de postagens durante o período eleitoral |
|---|---|
|---|---|

|                                       |            |
|---------------------------------------|------------|
| Áureo (Solidariedade)                 | 159        |
| Bebeto (PTB)                          | 170        |
| Daniela do Waguinho (União Brasil)    | 117        |
| Dr. Luizinho (PP)                     | 195        |
| Gutemberg Reis (MDB)                  | 371        |
| Helio Lopes (PL)                      | 207        |
| Juninho do Pneu (União Brasil)        | 339        |
| Lindbergh Farias (PT)                 | 205        |
| Marcos Tavares (PDT)                  | 212        |
| Max Lemos (Pros)                      | 111        |
| <b>Rosângela Gomes (Republicanos)</b> | <b>368</b> |

Fonte: elaboração própria a partir do Instagram oficial dos deputados – verificado em novembro de 2022.

A política acompanha os avanços das mídias digitais. De acordo com Braga e Carlomagno (2018), a partir das eleições de 2010, as tecnologias digitais passaram a apresentar maior grau de difusão entre candidatos. Uma das inovações percebidas nesse pleito, com foco nas eleições presidenciais, foi o uso intenso do Twitter, o que causou, dentre outras coisas, no aumento da quantidade de informação política. Em 2012, nas eleições para prefeitura e câmaras municipais, o Facebook se tornou a mídia social preferida dos candidatos, o que se repetiu nas eleições de 2014 e 2016. No entanto, a partir das eleições de 2014 o *Instagram* passou a ser percebido como uma ferramenta propícia ao marketing político para gerar uma identificação do cidadão com a plataforma política dos candidatos (AZEVEDO JUNIOR; LIMA, 2015).

A busca por elementos religiosos em campanhas políticas, da forma como denominamos “acionamentos religiosos”, sendo a forma pela qual os candidatos se utilizam desses elementos para demonstrar ao eleitorado sua ligação ou o seu pertencimento à determinada crença ou instituição religiosa, buscando fornecer meios de identificação ao eleitor, já foi realizado em outras pesquisas, como em Mezzomo e Pátaro (2017; 2019), em relação a candidatos do Paraná, e por Oro e Carvalho Junior (2013; 2017), tendo como enfoque as campanhas municipais de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Sobre a identificação do acionamento religioso em meio digital, o monitoramento de redes sociais para mensurar pertencimento e identidade religiosa de candidatos em período eleitoral também não é uma novidade. O Instituto de Estudos da Religião (ISER) publicou em 2022 a pesquisa intitulada “Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas eleições de 2020” em dois volumes. Nesta pesquisa, o ISER buscou identificar

candidatos com “identidade religiosa” em sentido amplo, monitorar, através das mídias sociais e da imprensa, uma amostra de políticos relevantes no cenário nacional e, por fim, revisitando as redes sociais desses candidatos, categorizar as formas de mobilização do elemento religioso em cada campanha e selecionar o conteúdo que seria utilizado nos relatórios. Foram encontradas 1.043 candidaturas com identidade religiosa nas oito capitais monitoradas.

Através do monitoramento das redes sociais, a pesquisa do ISER formulou uma categorização para os candidatos a partir da forma que eles acionaram a identidade religiosa da campanha, podendo ser, em linhas gerais: políticos ou candidatos religiosos, sendo aqueles que, independentemente da tendência ideológica ou do partido político, reivindicaram algum pertencimento religioso mas não acionaram esse vínculo durante a campanha; candidaturas religiosas, que eram aquelas em que o vínculo religioso era central para o candidato ou para a candidatura, independentemente da tendência ideológica ou do partido político, sendo a categoria das “candidaturas oficiais”; ou candidaturas com relação religiosa, em que se identificava a alusão ao pertencimento religioso que fora feita de forma incidental, durante a campanha eleitoral, independentemente da tendência ideológica ou do partido político, mais como uma forma de comunicar ao eleitor a base moral da candidatura do que o pertencimento em si (REIS *et al.*, 2022, p. 23-25).

Na pesquisa aqui apresentada, tendo como diferencial em relação a do ISER, o *Instagram* foi utilizado como fonte primária da busca das relações religiosas. Muda-se também o enfoque: como se trata de uma candidata, o foco recai não sobre o acionamento de sua identidade religiosa, visto que ela já é inerente, mas sim às formas de acionamento de lideranças e de denominações evangélicas durante a campanha. O que pode conferir um grau de ineditismo para esta pesquisa talvez seja o método de, através de postagens no *Instagram*, reconstituir os atos de uma campanha política para identificar mediadores políticos e formas de acionamento religioso como estratégia eleitoral.

Em razão de honestidade intelectual, é preciso reconhecer que o modelo escolhido para desenvolver esta pesquisa encontra algumas limitações. Isto porque o material utilizado é aquele publicizado pelo próprio candidato e pela sua equipe em uma rede social oficial, sob a fiscalização da Justiça Eleitoral e sob o crivo dos eleitores. Trata-se, portanto, de um material pensado e previamente selecionado por uma equipe de marketing que acompanhou a candidata. Longe de qualquer ingenuidade, obviamente que “agendas secretas” não são postadas nas redes. No entanto, acreditamos que esse tipo de limitação também poderia persistir caso a metodologia utilizada para a coleta de dados fosse pessoal – será que algum candidato daria acesso irrestrito a todas as suas reuniões, a todos os seus atos de campanha? O pesquisador poderia acompanhar

a vida do candidato 24 horas por dia durante o período? O pesquisador teria acesso a conversas privadas, inclusive por meio eletrônico?

Em se tratando de uma candidata com vínculos institucionais religiosos, configurando-se como uma candidatura religiosa segundo a categorização do ISER, existe uma série de proibições legais de campanha eleitoral dentro de templos religiosos, uma vez que são classificados como “bens de uso comum”. Dessa forma, não se pode fazer campanha dentro deles ou veicular propaganda política, por exemplo. A depender da atuação do religioso, o candidato pode ter seu registro de candidatura cassado por abuso de poder, embora não seja comum na justiça eleitoral brasileira. Por sua vez, a literatura sobre IURD e eleições aponta para, em certos períodos históricos, práticas de pedido explícito de votos através da posição hierárquica e eclesial dos pastores, como em um caso onde foi levado banner com o número do candidato em um culto para que os fiéis “aprendessem a votar” (ORO, 2003). Entretanto, não é o intuito desta pesquisa fazer acusações ou questionar as formas de interseção entre política e religião. Ademais, como será demonstrado ao longo da pesquisa, o que se vê é a atuação de lideranças religiosas em atos normais de campanha, como qualquer outro *broker* com sua rede de relações própria. O que se entende é que as igrejas são organizações presentes nos territórios, em especial nos periféricos, em que se cria uma afinidade eletiva entre os membros. É, portanto, um local propício para organizações político-eleitorais, como são também os sindicatos, órgãos de representação de classe e associações de moradores, por exemplo.

A partir das postagens do Instagram durante o período eleitoral, foi realizada uma triagem destas a fim de identificar aquelas em que havia alguma menção a líderes religiosos ou igrejas e organizá-las em lista. Para realizar esta triagem, o método de coleta de dados não se deu por nenhum programa específico, mas sim feito de maneira manual, dia a dia, observando todas as postagens da candidata para preencher a ficha elaborada para a pesquisa.

Importante frisar que esse tipo de mapeamento somente foi possível pela forma através da qual Rosângela Gomes organizou suas postagens no *Instagram*. Ainda utilizando a categorização de “candidatura religiosa” proposta pelo ISER, a candidata se valeu de gramática marcadamente religiosa para buscar a adesão de eleitores (REIS *ET AL*, 2022, p. 24). A praxe encontrada nas redes sociais era, na legenda das postagens, fazer menção explícita ao nome do pastor acionado e, na maior parte dos casos, inserir a denominação religiosa e a localização da igreja, como nos seguintes exemplos:

Ainda pela manhã, seguimos para o bairro do Valverde, em Nova Iguaçu, onde tivemos uma reunião muito bacana com o **pastor Jamberson França**, e moradores

da região. Conversamos sobre nossa campanha, direcionamento, e estratégia para o novo mandato.

Sou extremamente grata por cada palavra, pensamento positivo, torcida, oração, por tudo. Obrigada pelo apoio de vocês! E vamos com tudo, que temos muito trabalho pela frente.

Somos todos  <sup>43</sup> (grifo do autor)

Que manhã de avivamento maravilhosa na aula de obreiro na Universal de Nova Iguaçu, reunião ministrada pelo **pastor Alex Dias**.

Louvo e agradeço a Deus por fazer parte dessa obra.<sup>44</sup> (grifo do autor)

Realizei uma reunião de apoio a minha campanha, na residência do senhor Renato dos Santos Silva, em Tinguá, na cidade de Nova Iguaçu.

Fico muito agradecida pelo encontro que contou com a presença do **pastor Douglas de Carvalho**, de lideranças, familiares e vizinhos.

Seguimos trabalhando, e prestando contas do meu mandato e já na contagem regressiva para o nosso encontro neste domingo, dia 02 de outubro.

É  Rosângela Gomes, Deputada Federal!<sup>45</sup> (grifo do autor)

Um outro formato de acionamento de elemento religioso diferente, mas encontrado com frequência no Instagram da candidata ocorria quando mencionava as unidades da Igreja Universal do Reino de Deus visitadas, quando fazia da seguinte forma:

Depois de um dia de agenda lotada, encerrei minha noite de sexta-feira, visitando as **igrejas universal de São João de Meriti, 1, 3 e Sede** com minha equipe. Agradeço ao Senhor Jesus, pelo dia produtivo e por tudo que tem realizado. Vamos em frente, Deus no comando. Desejo uma noite abençoada e de muita paz.

No dia 02 de outubro, vote 1  <sup>46</sup> (grifo do autor)

Concentração de Fé e Milagres

“Mas, buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas.” Mateus 6:33

Foi nesta fé, iniciei minha semana buscando a Deus **nas Igrejas Universal Tomazinho, Caxias (sede), Tenente Caxias e Nova Iguaçu**, uma reunião de fortalecimento e avivamento espiritual.

Que Deus abençoe sua semana.<sup>47</sup> (grifo do autor)

Seguindo o critério estabelecido, de conseguir identificar na postagem do Instagram a menção explícita a lideranças religiosas ou a templos visitados durante o período legal de campanha eleitoral, foi organizada uma planilha no programa *Excel* contendo data da postagem, link, nome da liderança religiosa, igreja/denominação, estado, município, endereço da igreja

<sup>43</sup> ROSÂNGELA GOMES. 26 ago. 2022. Instagram: @deputadarosangelagomes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChupVKZMngt/>. Acesso em 10 mai. 2024.

<sup>44</sup> ROSÂNGELA GOMES. 04 set. 2022. Instagram: @deputadarosangelagomes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiFhoffOY8e/>. Acesso em 10 mai. 2024.

<sup>45</sup> ROSÂNGELA GOMES. 30 set. 2022. Instagram: @deputadarosangelagomes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjIjeHogL2L/>. Acesso em 10 mai. 2024.

<sup>46</sup> ROSÂNGELA GOMES. 26 ago. 2022. Instagram: @deputadarosangelagomes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChvnjDlruXn/>. Acesso em 10 mai. 2024.

<sup>47</sup> ROSÂNGELA GOMES. 28 ago. 2022. Instagram: @deputadarosangelagomes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChzymLOrd2d/>. Acesso em 10 mai. 2024.

(essas cinco últimas abas foram preenchidas quando possível a identificação) e uma breve descrição qualitativa da postagem, contendo o resultado que se depreende da legenda e da foto postada. Através dessas descrições qualitativas, identificou-se entre elas uma repetição de padrões de postagens. Esses padrões foram agrupados em forma de “categorias”, que foram criadas para possibilitar a análise das estratégias eleitorais da candidata e o impacto do acionamento religioso na sua campanha eleitoral. No total, registramos cinco categorias, que foram: “participação em cerimônia religiosa em igreja – sem finalidade eleitoral explícita”, “reunião não religiosa em igreja”, “participação de lideranças religiosas em ato de campanha”, “declaração de apoio ou pedido de voto” e as consideradas “híbridas”, onde em uma mesma postagem coexistiam mais de uma categoria.

Por fim, foram excluídas da listagem as postagens em que foi identificado um “acionamento religioso genérico”, quando a candidata postava alguma arte ou material de campanha com mensagem religiosa ou fazendo alusão ao seu pertencimento denominacional, mas sem que fizesse menção explícita a alguma liderança ou a alguma unidade específica da igreja. Isto porque entendemos que esse tipo de postagem somente reverbera para o universo digital, não sendo um registro do real, por mais que pudesse influenciar o voto daqueles eleitores que acompanham as redes sociais, o que seria um objeto mais próximo da netnografia. Dentre essas postagens, por exemplo, há aquelas em que constava um versículo bíblico ou em vídeos em que a candidata dava seu testemunho de vida ou de elementos religiosos em sua trajetória parlamentar, como o vídeo do dia 21/08/2022<sup>48</sup>, em que ela discorre sobre a lei de sua autoria quando era deputada estadual que instituiu o Dia do Obreiro Universal.

Tem-se, portanto, que a deputada realizou 92 postagens que se enquadram nos critérios estabelecidos na pesquisa, o que corresponde a 25% do total das postagens e, em média 2,04 postagens dessa natureza por dia de campanha. Através dessas postagens, corrobora-se com a hipótese central da pesquisa, de que as candidaturas apoiadas pela Igreja Universal do Reino de Deus ainda seguem o modelo histórico, espreado-se pelos territórios a partir da territorialidade dos templos, servindo os pastores como cabos eleitorais ou intermediadores entre a candidata e os fiéis-eleitores, mesmo com a adesão do segmento religioso ao espectro do bolsonarismo.

## **2. Religiosos como cabos eleitorais:**

---

<sup>48</sup> ROSÂNGELA GOMES. 21 ago. 2022. Instagram: @deputadarosangelagomes. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Chhf7C8Da2L/>. Acesso em 10 mai. 2024.

Valendo-se da literatura da ciência política, Eduardo (2016, p. 36) traz uma definição tradicional de *brokers* ou, para a realidade brasileira, dos chamados “cabos eleitorais”: seriam intermediários locais, ou seja, o elo entre eleitor e candidato, que trabalhariam para partidos ou candidatos com a função de distribuir bens, resolver demandas individuais dos eleitores e monitorá-los para que votem com os padrões e participem de eventos eleitorais, como comícios, carreatas e discursos. Nos trabalhos citados pelo autor, como Stokes (2005; 2013) e Stokes, Brusco e Nazareno (2005), estes intermediários podem ocupar posições distintas, podendo ser funcionários dos partidos e políticos, ativistas sociais, moradores da região, vereadores e, até mesmo, candidatos em potencial. No entanto, poderiam também lideranças religiosas assumirem esse papel nas candidaturas? De acordo com Smith (2022, p. 102):

Assim, nesta abordagem centrada no líder religioso este pode ser considerado alternativamente intermediário de votos e possível formador de opinião. Por um lado, os pastores evangélicos costumam servir como intermediários ou cabos eleitorais (em inglês, *brokers*) entre políticos e eleitores, ajudando seus políticos escolhidos a fazerem conexões eleitorais. Ao contrário de muitos intermediários eleitorais, no entanto, o clero tem suas próprias fontes de receita e autoridade, independentemente dos políticos, complicando o relacionamento principal-agente entre o líder religioso e o político. Mesmo em momentos típicos da relação entre político e o cabo eleitoral, este último captura parte das rendas das ligações político-eleitor. Na tríade político-pastor-eleitor, contudo, as fontes de poder independentes do pastor podem permitir que ele capture uma parcela maior das rendas, incluindo não apenas ganhos monetários, mas também políticos. Simultaneamente, o poder do pastor no papel de intermediário pode dificultar a representação da política e dos interesses dos congregados quando esses se distinguem dos interesses do pastor.

Entendemos nessa pesquisa que as lideranças religiosas locais, em especial os pastores evangélicos, são intermediadores políticos por excelência, o que encontra fundamento em trabalhos como em Prandi, Dos Santos e Bonato (2019) e Netto e Speck, (2017). Isto porque as igrejas evangélicas, em especial as de vertente pentecostal, estão arraigadas nos territórios e funcionam como verdadeiros “dispositivos de organização das periferias” (OLIVEIRA; GRACINO JR., 2023). Dessa forma, os pastores evangélicos desempenham um papel privilegiado de intermediação, uma vez que possuem autoridade religiosa e tem acesso a essas redes organizadas de socialização.

Ao utilizarem o conceito de “máquinas eleitorais” para definir a atuação política das igrejas, Prandi, dos Santos e Bonato (2019, p. 53-54) indicaram alguns elementos utilizados por estas instituições. Em primeiro lugar, a mão de obra que as igrejas poderiam oferecer às candidaturas, em que obreiros e voluntários atuariam de maneira similar a cabos eleitorais nos bairros e nos arredores das igrejas, atuando como intermediadores e mobilizando tanto o linguajar religioso quanto afinidades extrarreligiosas no convencimento. Além disso, outra

característica é a mobilização de uma rede de contatos de divulgação e execução de serviços essenciais a qualquer campanha política.

Somado a isso, tem-se, conforme verificado por Lacerda (2017, p. 21), que igrejas com maior estrutura e centralização produzem mais votos para seus candidatos do que as demais, como é o caso da IURD. Esse fenômeno ocorre porque, quando existe uma coordenação, os esforços eleitorais, com mobilização de recursos institucionais, financeiros e humanos, direcionam-se para candidatos escolhidos dentro dos territórios selecionados (NETO; SPECK, 2017). Esse é o modelo das “candidaturas oficiais”, conforme abordado por Freston (1993) e Oro (2003; 2016), que foi um dos motivos do sucesso eleitoral da IURD e que continua vigente até os dias de hoje. A importância do apoio institucional pode ser conferido especialmente nas situações em que os candidatos, antes apoiados por uma denominação, deixaram de ser nas eleições subsequentes, ou em candidaturas com identidade religiosa mas que não receberiam o aval denominacional, em que, em ambos os casos, os candidatos não são (re)eleitos. (MACHADO, 2006; MEZZOMO; PÁTARO, 2017; ORO, 2003).

No entanto, por mais que os pastores desempenhem papel de “intermediadores privilegiados”, de acordo com Lacerda (2017, p. 19), é preciso ter muita cautela ao estabelecer que a relação dos políticos evangélicos e os seus eleitores derivariam de 'clientelismo' ou formação de “rebanhos ou currais eleitorais”, que geralmente são termos utilizados de modo acrítico, como se o apoio de uma liderança religiosa a determinado candidato fosse capaz de conferir votos automaticamente, como se não houvesse nenhuma racionalidade na escolha ou que não houvesse nenhum ruído nessa comunicação, conforme visto em Smith (2022).

É partindo da premissa de que o apoio não transfere automaticamente os votos de uma comunidade para uma candidatura que esta pesquisa pretende investigar, a partir da observação e sistematização dos registros dos atos de campanha em meio digital, como que essa atuação das lideranças religiosas acontece na prática a partir da campanha eleitoral de 2022 da deputada federal Rosângela Gomes.

### **3. Tipos de acionamento religioso na eleição: categorização das postagens**

Uma postagem no *Instagram* marcou a transição da deputada federal Rosângela Gomes para a candidata à reeleição. Um vídeo de Marcos Pereira, do dia 15/08/2022, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, deputado federal por São Paulo e presidente nacional do Republicanos, dava as instruções para os candidatos de seus partidos: a partir do dia seguinte, de acordo com a lei eleitoral, a propaganda nas ruas e na internet passaria a ser permitida e eles deveriam pedir votos. É a partir de então que comecei a mapear a rede social da candidata.

Aberto o período eleitoral, Rosângela começa a campanha nas redes sociais sem fazer alusão ao seu pertencimento religioso. As primeiras postagens da candidata foram usadas para reforçar o vínculo que ela mantinha com o candidato a reeleição ao Governo do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, do Partido Liberal, que acabou eleito em primeiro turno com 58,67% dos votos, vencendo em 91 dos 92 municípios do estado. O primeiro registro fotográfico da candidata consistia nela abraçada carinhosamente com o governador – um papel de cuidado, que representa um mote da IURD e é inerente ao papel eclesiástico de obreira que a deputada desempenha por muitos anos. Esse material foi preparado em um comício de Cláudio Castro no município de Nova Iguaçu, com a participação do então candidato a vice-governador<sup>49</sup>, Washington Reis, e diversos candidatos da Baixada Fluminense.

No decorrer dos primeiros dias, Rosângela Gomes reforçou uma característica não só dela, mas do próprio Republicanos: a proximidade com os governos. Como aparece em outros momentos da campanha, a candidata possui trânsito com algumas prefeituras em decorrência de seu mandato parlamentar, muito focado na municipalidade. Esse enfoque nos municípios consiste em uma prática que ela desenvolve não só na tribuna da Câmara, mas em seu perfil do *Instagram*, em que sempre apresenta artes parabenizando datas de emancipação. No mesmo dia 16/08/2022, Rosângela fez postagem de um encontro com o prefeito e com secretários do município de Três Rios e de sua presença em um lançamento de candidaturas legislativas apoiadas pelo prefeito de Itaguaí.

À primeira vista, o que se imaginava era que Rosângela, seguindo um padrão verificado pela literatura clássica sobre IURD e eleições, enquanto uma candidatura oficial mobilizaria a identidade religiosa internamente, mas suavizaria o pertencimento religioso para pedir votos fora do círculo de sociabilidade das igrejas, a fim de evitar rejeição a candidaturas “não seculares” por uma parcela da população (ORO, 2003; MACHADO, 2006). Isso também se observa em Boas (2014) e Lacerda (2017), que verificaram haver um impacto negativo causado pelas “pistas religiosas” oferecidas pelos candidatos nos eleitores não evangélicos enquanto a sinalização da identidade evangélica geraria mais votos entre os eleitores evangélicos.

---

<sup>49</sup> Washington Reis, filiado ao MDB, do qual também é o atual presidente estadual, é um dos principais personagens da política fluminense, tendo ampla trajetória política, seja no legislativo estadual e federal, como também principalmente na política local do município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, o segundo maior colégio eleitoral do Rio de Janeiro, do qual foi eleito prefeito em três eleições (2004, 2016 e 2020) (GOULART; FRIAS, 2022). Nas eleições de 2022, foi alçado a vice-governador da chapa de Cláudio Castro (PL) à reeleição. No entanto, durante a campanha, por força de uma condenação pela Justiça Eleitoral, tornou-se inelegível e acabou sendo substituído na chapa. Com a vitória de Cláudio Castro, tornou-se Secretário Estadual de Transportes.

No entanto, a partir do dia 17/08/2022, a candidata começa a mobilizar sua identidade religiosa na campanha. Primeiro, com um tipo de postagem aqui não contabilizada mas que era uma prática de campanha: um *card* contendo um versículo bíblico (neste caso, Luca 1:37: “Pois nada é impossível para Deus”), seguido do número de urna da deputada. Depois com uma postagem em que a candidata se encontra numa igreja e aparece de joelhos, próxima ao púlpito, com o pastor fazendo uma oração com as mãos sob sua cabeça. O primeiro registro dessa natureza foi no município de Sapucaia, em que consta sua participação em uma cerimônia religiosa chamada “Noite da Alma” na IURD deste município. Tratava-se de um templo da Universal com estrutura simples, pequeno, com cadeiras de plástico e paredes brancas onde aparece a inscrição clássica da denominação: “Jesus Cristo é o Senhor” pintada com tinta amarela.

Figura 2: Postagem do dia 17/08/2022



Reprodução: Instagram

Dois dias após essa primeira postagem, 19/08/2022, houve uma repetição da cena em cenário diferente. Também se tratava de um templo da IURD, porém com mais requinte do que o anterior. Localizava-se no município de Paraíba do Sul. No registro, Rosângela aparece em cima do púlpito recebendo uma oração de joelhos no tradicional culto de limpeza espiritual que acontece às sextas-feiras. É possível perceber que esta unidade possui revestimento no chão e nas paredes e há um letreiro com as inscrições. Em dois dias diferentes já foi possível perceber uma variação de estrutura da IURD, que reflete os diferentes mecanismos de ocupação do espaço público e afastam uma ideia comum de suntuosidade dos templos.

Durante a campanha eleitoral, Rosângela Gomes registrou a presença em pelo menos 47 templos da Universal, em 16 municípios diferentes. Ou seja, considerando que a campanha eleitoral de 2022, que durou do dia 16/08/2022 a 01/10/2022, consistindo em um período de 47 dias, a candidata foi a uma IURD por dia de campanha.

Aos domingos, a candidata participava como obreira de um tipo de celebração da Universal que se chamava “Concentração de Fé e Milagres”. Afirma-se seu papel como obreira porque as pessoas que desempenham essa função utilizam um uniforme – no caso das mulheres, um vestido de meia manga, predominantemente cinza e com as laterais pretas, acompanhado de uma echarpe escura. A “Concentração de Fé e Milagres” é um evento fixo que acontece aos domingos em variados templos da IURD, haja vista a homogeneidade dos cultos realizados em qualquer templo da denominação (ALMEIDA, 2009, p. 63) sendo o ponto alto dos diversos cultos oferecidos pela igreja, focado em pedidos de cura e de milagres, o que viabilizava a peregrinação da candidata a mais de uma unidade em um mesmo dia. No primeiro registro de sua participação nesse evento, no dia 21/08/2022, a candidata esteve presente em sete templos diferentes. Por conta desse tipo de participação, em que no mesmo dia marcava presença em templos diferentes, que o número de locais visitados foi maior do que o número de postagens com acionamento religioso.

Figura 3: Postagem do dia 11/09/2022



Reprodução: Instagram

A candidata registrou a participação em cinco eventos dessa natureza durante o período eleitoral, sempre aos domingos. Em cada domingo, era possível que Rosângela Gomes

participasse de celebrações religiosas em cinco a seis templos da Universal em localidades diferentes. O acontecimento desses eventos de maneira coordenada era importante porque ocasionava a maximização da agenda de visitas aos templos. Pela política da IURD de dividir os candidatos geograficamente, a importância da visita da deputada se dava como forma de demarcar sua área de influência eleitoral a partir da organização local da igreja. Cada templo da Universal visitado significava, a meu ver, um compromisso das lideranças eclesiais locais em torno de sua candidatura.

Uma das características das postagens de participação na Concentração de Fé e Milagres é a ausência do nome dos pastores nas legendas das fotos. Justifica-se essa ausência porque, por se tratar de uma celebração da Igreja Universal do Reino de Deus, o vínculo buscado pela candidata era muito mais o institucional do que a rede local de relação dos pastores. Corroborasse, portanto, com a tese do carisma institucional.

A esse tipo de postagem a descrição qualitativa que utilizei como categoria foi **“Participação em cerimônia religiosa em igreja – sem conotação eleitoral”**. Entendo que a visita se dá, e assim é registrada, como parte de sua agenda de campanha. No entanto, pelo teor da postagem no que envolve a foto escolhida, sempre de joelhos recebendo orações, e a legenda, em que consta o tipo de cerimônia religiosa e não há nenhuma conotação eleitoral explícita, a presença da candidata no local e a publicização desta agenda cria uma imagem muito mais próxima de “religiosa” do que de “política”. Por mais que pudesse haver pedido de voto nessa conjuntura, mesmo que não registrado ou transparente nas redes, o que a imagem e a legenda transmitem é a tentativa de identificação como uma igual, como alguém que professa a mesma fé e que frequenta a igreja, que conhece a gramática religiosa e está ali independentemente de eleições.

A categoria de “participação em cerimônia religiosa em igreja” foi a segunda mais recorrente durante o período investigado, com 33 registros no *Instagram* da candidata. A participação da candidata nas cerimônias religiosas esteve presente durante toda sua campanha eleitoral, seja como agenda principal do dia, como no caso dos domingos, seja também como encerramento da agenda diária de campanha, tendo em vista que os cultos ocorrem em horário rotineiro e agendado, ocorrendo majoritariamente nas unidades da IURD espalhadas pelo estado, mas também de outras denominações, que variam da Assembleia de Deus, igreja pentecostal de primeira geração, a igrejas históricas, como Metodista e Batista. Percebe-se, portanto, um esforço e uma programação da candidata em inserir a participação nos cultos dentro de sua agenda, corroborando com a afirmação de que, mesmo não havendo pedido explícito de voto, sua presença nessas cerimônias eram relevantes eleitoralmente pela criação

do laço de representação com os fiéis e a fidelização do apoio institucional dentro daquela localidade, demarcando o território, permanecendo assim a prática de divisão geográfica de votos da Igreja Universal.

Se na primeira semana de campanha os registros com acionamento religioso mais frequentes eram desta categoria, a reta final de campanha demonstrou que a candidata preferiu outro tipo de acionamento religioso e outra forma de fazer campanha eleitoral, mais focada no pedido de voto em atos de campanha do que na busca da identificação dos seus vínculos religiosos ao participar de cerimônias. Na última semana de campanha, do dia 24/09/2022 ao dia 30/09/2022, foram identificadas 17 postagens com algum acionamento religioso. Destas postagens, apenas cinco indicavam a participação da candidata em cerimônia religiosa.

Nem sempre a ida de Rosângela Gomes a uma igreja significava a participação em alguma celebração. Uma outra categoria observada durante a campanha eleitoral da candidata pesquisada foi denominada **“Reunião não religiosa ocorrida em igreja”**. Esse tipo de classificação parece cumprir um caráter intermediário entre a participação da candidata em cerimônia religiosa, anteriormente abordada, e a participação de pastores em atos de campanha, a categoria mais extrema. Há um cuidado nesse tipo de participação para não extrapolar os limites legais que proíbem certos atos de campanha dentro de templos religiosos. Dentre os tipos de participação, este foi o que menos se repetiu, em apenas dois momentos.

A primeira vez que essa categoria apareceu no “diário de campanha” de Rosângela Gomes foi no dia 20/08/2022, em que a candidata registra que participou de uma “reunião abençoada” na Igreja Pentecostal Manancial de Amor, no bairro de Itaipu, em Niterói. A diferenciação em relação às postagens de participação em cerimônia religiosa é percebida porque, enquanto nessas não há menção explícita aos nomes dos pastores, naquelas isto já aparece. Nesse caso específico, o que se apresenta é o alargamento do campo denominacional, uma vez que a candidata busca apoio em outra igreja que não a IURD, e privilegia a rede local dos pastores, por isso que recorre à menção explícita, sendo uma forma de, ao mesmo tempo que indica a proximidade, fideliza o apoio ao publicizá-lo.

Durante toda a sua campanha, percebe-se que a candidata, além dos templos da Universal, esteve presente ou recebeu o apoio de pelo menos 10 denominações diferentes, considerando que em somente 52 postagens, cerca de 57% das que apresentaram acionamento religioso, havia menção da igreja visitada ou da qual pertencia a liderança religiosa que a apoiava, destacando-se: Igreja Pentecostal Manancial de Amor, Assembleia de Deus<sup>50</sup>, Igreja

---

<sup>50</sup> A Assembleia de Deus é uma igreja de natureza congregacional. Embora apareça aqui como uma só denominação, o mapeamento da pesquisa demonstra que a candidata esteve presente em pelo menos quatro ADs,

Batista da Nova Esperança, Igreja Batista Nova Jerusalém, Igreja Batista Conexão Bingen, Casa Benção de Deus, Igreja Apostólica Exército de Deus, Igreja Batista Parque Andrea, Igreja Ministério Terra de José, Igreja do Evangelho Progressivo. Entretanto, em que se pese o apoio dessas igrejas, é necessário considerar que não se trata de um apoio integral da denominação, mas sim de uma unidade ou de uma liderança específica.

Depreende-se que, se historicamente a IURD mantinha um traço de distinção, a política, fechando-se em si mesma, a observação da campanha de Rosângela Gomes pode indicar uma mudança de rumo. O trânsito de Rosângela Gomes entre outras denominações durante o período eleitoral pode indicar uma flexibilização desses laços religiosos. A IURD consegue estabelecer relações com outras igrejas, não é mais fechada em si.

Se as visitas à IURD indicam que as redes de relações da igreja estão sendo mobilizadas naquela região específica, as reuniões com líderes de outras igrejas, em geral pequenas e enraizadas em bairros, dizem mais sobre redes locais, a categoria mais importante para pensar na atuação de lideranças religiosas como cabos eleitorais ou *brokers* da candidata é denominada “**participação de lideranças religiosas em atos de campanha**”. Nesse caso, é um caminho inverso: não mais a candidata que busca apoio dentro de redes locais, mas sim pastores conferem sua autoridade e trazem suas redes locais para dentro da candidatura. Além disso, a participação dos religiosos em atos laicos de campanha, como panfletagens e caminhadas, que ocorrem fora de ambientes privados emprestam à candidatura as atribuições contidas pelas lideranças religiosas, que são transportadas de um campo para outro, do religioso para o político.

Dizemos que é a categoria mais importante porque, como se observa, não existe nenhum componente religioso no ato de campanha em si, podendo ser organizado e realizado por qualquer liderança ou apoiador da candidata independentemente de vínculo eclesiástico. É um ato secular, comum a todos os candidatos durante o período eleitoral. Um ato que poderia ser realizado por um comerciante, por um representante de associação de moradores, de sindicatos, de grupos constituídos no território. No entanto, neste caso específico, foram praticados por lideranças religiosas em seus núcleos sociais e fora da igreja.

A “participação de lideranças religiosas em atos de campanha” é aqui tratada como uma categoria maior que engloba descrições qualitativas diversas, cujo âmago é um ato de campanha comum que poderia ser realizado por qualquer pessoa. As descrições que mais aparecem são reuniões domésticas, tanto organizadas por apoiadores que são as próprias lideranças religiosas

---

onde duas postagens apresentam identificação (Rhema e Pentecostal Família em Cristo) e as outras duas são indefinidas.

quanto a participação de lideranças religiosas em reuniões de terceiros acompanhando a deputada na agenda de determinada região, e participação em atos de rua, como caminhadas e panfletagens.

No que se refere na presença das lideranças religiosas em atos de campanha em ambientes privados, que são as reuniões domésticas, essa diferenciação dos tipos de participação aparece da seguinte forma nas postagens:

Compareci na Coelho da Rocha, em São João de Meriti, para participar de mais uma agenda de reuniões com moradores.  
Agradeço pela companhia do vereador Allan Cruz, dos **pastores Alcindo Ferreira, Lorivaldo Silva**, e todos presentes no evento. 🙏  
No dia 02 de outubro, vote  <sup>51</sup>

No início da noite, fomos muito bem recebidos na residência da pastora Fátima Nascimento, no bairro Jardim Esperança, na cidade de Cabo Frio.  
Tive a satisfação de bater um papo com a vizinhança, falei um pouquinho da minha candidatura e dos meus projetos.  
Obrigada, Cabo Frio! Conto com vocês para que permitam que eu continue o meu trabalho. Um abraço carinhoso de gratidão.  
No dia 02 de outubro, vote 1      <sup>52</sup>

A primeira postagem dessa categoria ocorreu no dia 23/08/2022, em que a candidata esteve presente em um salão de festas, ou seja, num espaço secular, para uma reunião com caráter político, inclusive com a presença de candidatos de outros partidos, indicando uma dobrada fora do núcleo partidário. Observa-se na imagem que os participantes estavam com os adesivos de campanha colados nas roupas, que são chamados de “praguinhas”. De acordo com a legenda, o evento foi organizado por uma pastora do município de Mesquita, na Baixada Fluminense, onde estiveram presentes “diversos pastores da região e lideranças políticas”.

<sup>51</sup> ROSANGELA GOMES Postagem do dia 26 ago. 2022. Instagram: @deputadarosangelagomes. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/ChvcRIEtuyF/?img\\_index=4](https://www.instagram.com/p/ChvcRIEtuyF/?img_index=4). Acesso em 08 mai. 2024.

<sup>52</sup> ROSANGELA GOMES. Postagem do dia 09 set. 2022. Instagram: @deputadarosangelagomes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiTgXt3rrvh/>. Acesso em 08 mai. 2024.

Figura 4: Postagem do dia 22/08/2022



Reprodução: Instagram

Para a pesquisa, considera-se “liderança religiosa” aquela que possui algum cargo eclesiástico dentro de uma denominação religiosa. Nesse presente caso, o foco recai sobre pastores evangélicos, mas também se estende a apóstolos, missionários, obreiros e “grupos” que atuam dentro da igreja, como o “grupo jovem”, que aparece em duas postagens do dia 28/08/2022, na IURD de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro. A forma de identificação das postagens com participação desses atores em ato de campanha foi basicamente através das legendas das imagens. Caso a candidata não demonstrasse de maneira nominal a presença dessas lideranças, é possível afirmar que a identificação seria praticamente impossível, já que os ambientes e os atos de campanha são esvaídos de qualquer elemento que possa, a olho nu, indicar um componente religioso. Os pastores que participam dos atos de campanha são conhecidos na localidade onde atuam, mas geralmente não são rostos conhecidos do grande público, até mesmo do público iurdiano ou evangélico propriamente dito, não sendo celebridades do meio ou “televangelistas”.

Diz-se que essas lideranças religiosas atuam como intermediadores, cabos eleitorais ou *brokers*, porque, mais do que pedindo votos ou participando de atos de campanha, eles são fundamentais para fazer a ligação entre a candidata e os eleitores a partir dos seus territórios de desempenho da atuação religiosa e de seus laços sociais privilegiados pela posição eclesiástica. São esses intermediadores que, valendo-se de seus atributos, vão atuar no convencimento de suas redes locais a votarem em Rosângela Gomes.

O pedido de voto se dá através dos atos de campanha, então, durante o período eleitoral, pressupõe-se que esse tipo de registro seria o majoritário. Não foram contabilizados os atos de campanha em que não houve menção a lideranças religiosas, mas eles também foram percebidos durante o período investigado. Das 92 postagens com acionamento religioso, 45 são inseridos nessa categoria. Em uma análise mais minuciosa das postagens dessa categoria específica, identificamos a participação de pelo menos **38 pastores ou bispos diferentes** em atos de campanha de Rosângela Gomes. Ressalta-se que, como os dados são extraídos das legendas das postagens, dizemos “pelo menos” porque em algumas aparecem menção a número indeterminado de pastores e outras lideranças religiosas. Como exemplo, uma postagem do dia 25/09/2022 registra um comício da candidata em Nova Iguaçu, no calçadão localizado na região central do município, em que a Rosângela Gomes discursa em cima de um trio elétrico, acompanhada de apoiadores devidamente adesivados com o *botton* da campanha<sup>53</sup>. Na legenda, Rosângela agradece a presença de um pastor específico, de nome Alex Dias, o qual aparece em outras postagens relacionadas à sede da IURD de Nova Iguaçu, bem como aos “pastores dos blocos”. Ou seja, embora registrada a presença de outros pastores no ato de campanha, não é possível identificar quais e quantos são, razão pela qual, nessa postagem específica, apenas se contabilizou o único nominalmente citado. Além disso, há a citação nominal de obreiros, presbíteros e apóstolos em outras postagens, aumentando essa contabilidade.

A partir da organização da tabela, foi possível perceber que alguns personagens se repetiram em momentos diversos da campanha e em categorias diferentes, ora participando de uma agenda secular, como *broker* em determinados territórios, ou conferindo sua autoridade religiosa ministrando cerimônias com a participação da candidata. Destacam-se o bispo da IURD Jadson Santos, o pastor da IURD de Nova Iguaçu Alex Dias e o pastor Isaías Pinheiro.

Na hierarquia da Igreja Universal, bispo é o maior cargo eclesiástico, estando acima dos pastores titulares. O Bispo Jadson Santos talvez tenha sido o líder religioso mais conhecido a participar ativamente da campanha de Rosângela Gomes. Apesar de estar sitiado em São Paulo, o bispo é um fenômeno midiático da IURD, sendo conhecido nacionalmente por ter seus cultos transmitidos na televisão. Além disso, possui forte presença nas redes sociais, com 1 milhão de seguidores no *Instagram*, 1,8 milhão no Facebook e 240 mil de inscritos em seu canal do YouTube.

A primeira aparição do Bispo Jadson Santos na campanha de Rosângela Gomes se deu em 28/08/2022, onde a candidata participou de um culto ministrado por ele na IURD do bairro

---

<sup>53</sup> ROSANGELA GOMES. 25 set. 2022. Instagram: @deputadarosangelagomes. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Ci8h0H5LFsU/?img\\_index=3](https://www.instagram.com/p/Ci8h0H5LFsU/?img_index=3). Acesso em 12 mai. 2024.

de Santa Cruz, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, indicando também a participação dos grupos da Igreja da região. No mesmo dia, uma segunda postagem, categorizada como de “apoio político”, mostrava o bispo Jadson e o pastor Israel Vieira apontado para a candidata, no meio dos dois. Já no dia 04/09/2022, o bispo participa de um grande ato de campanha da candidata em conjunto com Dannel Librelon, candidato a deputado estadual pelo Republicanos que aparecia nas dobradas<sup>54</sup> de Rosângela, no município de Petrópolis, com a presença de diversos pastores e lideranças políticas. No dia seguinte, Rosângela publica um vídeo em que ela aparece em um palco cantando seu jingle de campanha junto com Jadson<sup>55</sup>.

Jadson ainda aparece mais três vezes no Instagram da deputada Rosângela Gomes durante o período eleitoral, sendo ao todo sete postagens. As últimas três se enquadram na categoria “participação em cerimônia religiosa – sem conotação eleitoral”. A primeira, no dia 18/09/2022, aconteceu na IURD de Belford Roxo. As outras duas postagens são do dia 23/09/2022, em um grande culto de libertação, ocorrido aparentemente em local público pelo número de pessoas, ministrado pelo bispo em Vilar dos Teles, bairro de São João de Meriti. Ou seja, as últimas participações de Jadson Santos foram voltadas à Baixada Fluminense.

O pastor Alex Dias, à época das eleições, era pastor da Catedral da Universal de Nova Iguaçu, que funciona como a sede regional da igreja, destacando-se pela sua localização, no centro da cidade e próxima à rodoviária do município, bem como tamanho e suntuosidade (ROCHA, 2019; GOMES, 2011). O pastor atuou de maneira ativa na campanha, embora tenha aparecido nominalmente em apenas quatro postagens ao longo da campanha. Sua primeira citação ocorreu no dia 22/08/2022, no início da campanha, onde Rosângela Gomes publicou a foto de uma reunião privada com três pastores, dentre ele Alex Dias, que indicavam o apoio à campanha, por isso assim foi categorizado. Posteriormente, aparece em postagens do dia 03/09/2022 e 04/09/2022. Na primeira, a candidata indica a participação do pastor e de outros apoiadores em um ato de caminhada e panfletagem no centro de Nova Iguaçu; já a segunda se trata de uma postagem da categoria “participação em cerimônia religiosa”, na qual o pastor teria ministrado uma aula de obreiros na Universal de Nova Iguaçu, na qual Rosângela aparecia devidamente uniformizada, participando da aula. A última citação do pastor ocorreu no dia 25/09/2022, reta final da campanha, em um grande ato político em forma de comício no mesmo

---

<sup>54</sup> “Dobrada” é um jargão político presente nas campanhas eleitorais. Significa uma aliança entre candidatos a cargos diferentes, do mesmo partido ou da mesma coalizão, que dividem material de campanha, aparecendo no mesmo panfleto, e muitas vezes fazendo atos conjuntos de campanha. Durante a pesquisa sobre Rosângela, observamos que o candidato a deputado estadual Dannel Librelon (Republicanos) era a dobrada oficial da candidata.

<sup>55</sup> ROSNGELA GOMES. 05 set. 2022. Instagram @deputadarosangelagomes. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CiIcPikDHFj/>. Acesso em 12 mai. 2024.

local onde o pastor participou da panfletagem. Dessa vez, mesmo Alex Dias sendo o único pastor nominalmente citado, marcando sua importância, Rosângela registra sem individualizar a participação de outros pastores do bloco.

Por fim, o pastor Isaías Pinheiro foi o recordista de citações, verificadas em oito oportunidades, mas com um traço de distinção em relação ao bispo Jadson, que foi o segundo mais citado: o pastor atuou como *broker* por excelência. Enquanto o bispo conferia uma autoridade eclesiástica, a participação do pastor foi a de ser mediador local em territórios que não são basilares da candidata. Sua primeira aparição se deu no dia 21/08/2022, consistindo em uma participação em uma reunião religiosa de “fé e avivamento” com obreiros da IURD em Cordeiro, pequeno município do Rio de Janeiro que conta com aproximadamente 17.000 eleitores. Essa foi a uma das únicas aparições do pastor na categoria “participação em cerimônia religiosa sem finalidade eleitoral”. Outras cinco postagens são marcadamente participação em atos de campanha. No dia 27/08/2022, observam-se dois registros em que o pastor acompanhou a candidata em reuniões domésticas no município de Magé, na Baixada Fluminense, onde Rosângela Gomes recebeu cerca de 2.400 votos e foi a décima segunda deputada federal mais votada. No dia 05/09/2022, o pastor novamente aparece em agenda política no mesmo município, participando em uma reunião com a associação de pescadores do local.

Acompanhado por um outro pastor, de nome Jaison Silveira, Isaías também esteve presente na agenda de campanha da candidata no município de Bom Jardim, conforme registros do dia 13/09/2022. A primeira postagem demonstra uma reunião doméstica para cerca de 15 pessoas na residência de dois apoiadores, aparentemente sem cargo eclesiástico. Logo em seguida, a segunda postagem foi caracterizada como “participação em cerimônia religiosa”, onde os pastores aparecem celebrando um culto para obreiros da IURD.

As últimas duas participações registradas do pastor Isaías Pinheiro na campanha de Rosângela Gomes foram verificadas nos dias 21/09 e 22/09/2022. Na primeira, junto a dois outros pastores, participou de caminhada com corpo a corpo em Teresópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Na segunda, o pastor aparece em um vídeo de campanha junto de Rosângela e do candidato à reeleição a deputado estadual Carlos Macedo, também do Republicanos. Ressalta-se que são aparições registradas porque, na análise das imagens, pude reconhecer o pastor em outras atividades de campanha ao longo do período investigado, mas sem ser citado – o que, a meu ver, tem dois significados: naquele momento, ou o pastor estaria atuando como um apoiador comum, secular, onde não precisou mobilizar sua identidade religiosa, ou, dependendo do tipo da postagem, a presença de outros pastores ou lideranças religiosas ofuscou a presença de Isaías, que era mais utilizada em ato de campanha mais locais

e enraizados em territórios sem grande penetração de Rosângela. Dessa forma, acredita-se que a participação de Isaías como cabo eleitoral de Rosângela Gomes pode ter sido maior do que a efetivamente registrada.

Em algumas postagens houve uma dificuldade de caracterização em uma única forma. Isto porque o Instagram permite postagens do estilo “carrossel”, em que na mesma postagem podem ser agrupadas 10 mídias, sendo fotos e/ou vídeos. Com isso, chamei de “**híbridas**” aquelas postagens onde a candidata registrou momentos de sua agenda de campanha que pertenciam a categorias diferentes, como um ato de campanha do tipo panfletagem seguido de um culto religioso. Entretanto, só foram identificadas duas postagens que podem ser consideradas híbridas. A primeira no dia 12/09/2022. Em um primeiro momento, Rosângela aparece no púlpito da IURD de Vilar dos Teles, no município de São João de Meriti, participando de celebração religiosa ministrada pelo pastor Ricardo Gomes; depois do culto, existe uma mudança de cenário, desta vez com Rosângela conduzindo uma reunião com membros do grupo jovem da igreja aparentemente no estacionamento da igreja onde estava, com cadeiras de plástico organizadas em fileira. Por mais que não haja na legenda a especificidade de que se tratou de uma reunião com finalidade política, os elementos levam a acreditar que assim possa ser classificada. O segundo registro se deu em 23/09/2022. Rosângela escreve na legenda que iniciou a tarde na IURD de Teresópolis e agradece a Deus pela “oportunidade de estar ouvindo a palavra”. Soma-se a isso as imagens da sua participação na cerimônia religiosa nos moldes constantes dessa categoria: no púlpito, ajoelhada, de olhos fechados, recebendo a oração do pastor. Já no carrossel de imagens, aparece Rosângela do lado de fora da igreja segurando santinhos de campanha e conversando com apoiadores, configurando o elemento político da categoria de “participação de liderança religiosa em atos de campanha”.

A última categoria encontrada foi chamada de “**declaração de apoio ou pedido de voto**”, totalizando 10 registros ao longo do período eleitoral. Nesta categoria, as lideranças religiosas não estão em ato de campanha ou até mesmo próximas à candidata, mas fazem uma mídia específica indicando apoio político à Rosângela Gomes, sendo uma forma de conferir seu poderio político e religioso à candidatura. As mídias que categorizam apoio político apresentam formas diferentes, podendo ser através de *card* de campanha, como feito na postagem do dia 25/08/2022, onde aparece o Pastor Anderson, que também é vereador do Republicanos no município de Duque de Caxias, indicando apoio à candidata; de registros da própria candidata recebendo apoio dessas lideranças, como na já citada foto do Bispo Jadson e do pastor Israel apontando para ela ou na foto dia 30/08/2022, uma das fotos mais impressionantes da

campanha, onde ela aparece rodeada de visivelmente 50 pastores dentro de uma IURD de Nova Iguaçu e agradece o apoio do bloco.

Figura 5: Postagem do dia 30/08/2022.



Fonte: reprodução do Instagram.

Outra forma de conferência de apoio político foi através de vídeos postados pela Rosângela Gomes de lideranças religiosas indicando explicitamente a preferência por ela e pedindo o voto. Este foi o principal formato desta categoria, contabilizando seis vídeos durante o período eleitoral. Diferentemente do apoio local de lideranças religiosas em ato de campanha, que quase sempre eram figuras restritas à comunidade, os vídeos de apoio eram protagonizados por lideranças a nível nacional ou com penetração midiática. Foram os casos de quatro bispos da Universal, Clodomir Santos, Júlio Freitas, Sérgio Corrêa e bispo Gonçalves, que foi vice-presidente artístico da Record. Em comum, os três primeiros são televangelistas conhecidos dentro do ecossistema da IURD, frequentemente aparecendo em programações televisivas e nas redes sociais da denominação. A exceção foi o vídeo da família que comanda a Igreja Apostólica Exército de Deus, uma denominação pequena, de nível local, do município de São Gonçalo.

O direcionamento do pedido de apoio dos bispos, embora com a mesma finalidade, possuía conteúdo variado. Bispo Clodomir Alves exalta as características de Rosângela e pede os votos de “evangélicos, católicos e espíritas”. Já a fala do bispo Júlio Freitas aponta para um caráter mais religioso do voto, justificando as obras de Rosângela na política como obras divinas, e que isso atrairia inimigos. Bispo Sérgio Corrêa pede voto para Rosângela enquanto obreira da IURD, que liderou o grupo jovem de Nova Iguaçu quando ele fazia parte do corpo

da igreja no município. Bispo Gonçalves, no sentido iurdiano histórico, utiliza a retórica do pertencimento institucional: a manutenção de Rosângela seria importante para a igreja.

No entanto, a personalidade de maior envergadura a nível nacional que publicizou apoio à Rosângela Gomes veio de fora da Igreja Universal, através de uma pastora evangélica que atualmente congrega na Igreja Batista Lagoinha. Damares Alves, Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos durante o governo Jair Bolsonaro, tornou-se uma das principais personalidades evangélicas nacionais, muito por conta das repercussões das controvérsias públicas que suscitou no cargo e na defesa das pautas morais inerente à parte da população evangélica, que era então candidata ao Senado Federal por Brasília, sendo eleita com 44% dos votos. A fala de Damares Alves, no vídeo publicado em 16/09/2022, exalta a produção legislativa de Rosângela Gomes e pede para que ela seja mantida no cargo para dar continuidade “a todas as grandes transformações que Bolsonaro começou”.

Em suma, a partir da categorização das postagens com acionamento religioso, foi possível concluir provisoriamente que Rosângela Gomes optou por uma estratégia de utilizar o pertencimento religioso e o carisma institucional, seja através de sua participação em cerimônias religiosas ou a participação de pastores em seus atos de campanha, para atrair o eleitorado evangélico de regiões específicas. A atuação dos pastores como cabos eleitorais se deu no sentido de fornecer à candidatura um vínculo com suas redes locais formadas a partir de laços religiosos. Se, por um lado, o carisma institucional da IURD era acionado com a visita de Rosângela aos templos, funcionando como uma demarcação de território eleitoral, a identidade evangélica também possibilitou que Rosângela fizesse um intercâmbio entre outras denominações.

O que se percebe, portanto, é que houve mais registros de participação de intermediadores religiosos em atos de campanha comuns (45 postagens), que buscam o contato com um eleitorado genérico e indefinido, do que a participação da candidata em cerimônias religiosas (33 postagens), que por sua vez reforçaria laços de identificação e representação.

### **O grande ausente**

A declaração de apoio de Damares foi bem clara no sentido de indicar que a atuação parlamentar de Rosângela Gomes, comprometida com os valores da família, fazia parte das grandes transformações iniciadas pela gestão de Jair Bolsonaro. Como visto na análise da trajetória parlamentar de Rosângela, houve uma imediata adesão ao governo, transparecendo em tribuna logo no início do mandato. Ademais, o Republicanos foi da base aliada e pertenceu à coligação do Partido Liberal em torno da candidatura de Bolsonaro à reeleição em 2022.

Nas eleições de 2018, houve uma aproximação da IURD, através de seu líder, bispo Edir Macedo, da candidatura de Jair Bolsonaro. Não foi apenas a Universal quem apoiou o então candidato, mas sim inúmeras denominações evangélicas, o que se refletiu não só na votação do segmento, mas sim da ocupação por agentes religiosos de posições importantes no governo (FERREIRA, 2018; GRACINO JUNIOR; GOULART; FRIAS, 2021). Nas eleições de 2022, pesquisas segmentadas apontaram que o setor da sociedade em que mais havia distância nas intenções de votos entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) era entre os evangélicos, em que Bolsonaro somava mais de 60% das intenções de voto, com mais de 30% de vantagem<sup>56</sup>.

Dessa forma, como houve uma adesão ao governo Bolsonaro tanto do partido quanto da deputada desde a primeira hora, tendo o Republicanos participado da coligação à reeleição, e considerando que Bolsonaro recebeu apoio da Universal e de grande parte das denominações evangélicas, refletindo-se na votação que obteve nesse segmento, e principalmente que em 2018 Bolsonaro venceu por larga vantagem na Baixada Fluminense, reduto eleitoral de Rosângela Gomes, o que poderia se esperar era uma adesão eleitoral, uma vinculação entre Rosângela e Bolsonaro durante o período eleitoral.

No entanto, para surpresa durante a pesquisa, Bolsonaro foi o grande ausente na campanha eleitoral de Rosângela Gomes. Durante as postagens do período eleitoral, que correspondeu ao primeiro turno das eleições, não foi identificada qualquer menção a Bolsonaro em nenhuma postagem. Também não foi possível identificar no material de campanha compartilhado por ela nas suas redes a vinculação com o presidenciável do Partido Liberal.

A situação muda de rumo no segundo turno das eleições. Se Rosângela, enquanto defendia a sua própria reeleição, não fez campanha atrelada a Jair Bolsonaro, no segundo turno ela embarcou na candidatura não sendo apenas uma parlamentar apoiadora, mas também uma liderança do movimento “mulheres com Bolsonaro”, participando de atos de coordenação de campanha e de atividades eleitorais.

Embora não seja o objetivo deste trabalho falar sobre o segundo turno das eleições, não sendo categorizadas as postagens fora do período eleitoral de Rosângela Gomes, é impossível não falar dessa guinada da deputada no prosseguimento das eleições presidenciais após ela ter renovado seu mandato. Essa percepção foi evidente porque, ao realizar o acompanhamento retrospectivo das postagens do Instagram, obrigatoriamente se visualizavam as postagens mais

---

<sup>56</sup> Bolsonaro abre 32 pontos de vantagem sobre Lula entre evangélicos. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/10/bolsonaro-abre-32-pontos-de-vantagem-sobre-lula-entre-evangelicos-no-eleitorado-catolico-petista-lidera.ghtml>. Acesso: 15 mai. 2024

recentes. Durante o segundo turno, percebem-se registros da deputada acompanhada principalmente de Michelle Bolsonaro e Damares Alves, duas mulheres escolhidas pela campanha para dialogar com as eleitoras evangélicas e reduzir a rejeição do eleitorado feminino.

A postagem que se destaca durante este período é do dia 20/10/2022, em um comício organizado pelo grupo “Mulheres com Bolsonaro” no município de Nova Iguaçu, cidade natal e de domicílio eleitoral de Rosângela Gomes<sup>57</sup>. Entende-se que a escolha do município foi estratégica, já que Nova Iguaçu é uma das principais cidades da região, é o quarto maior colégio eleitoral do estado e possui maioria evangélica de acordo com o censo de 2010. Porém, mais do que isso, reflete também o prestígio político de Rosângela Gomes dentro do grupo. O evento contou com a presença, além de Damares e Michelle, de lideranças políticas locais, conforme noticiado pela mídia<sup>58</sup>.

Figura 6: Postagem do dia 20/10/2022



Fonte: reprodução do Instagram.

O que se observa é que a omissão de Bolsonaro durante a campanha eleitoral em primeiro turno não foi um ato privativo de Rosângela Gomes, mas tudo indica que foi uma determinação estrutural da IURD e do Republicanos. Em artigo publicado na Folha de São Paulo em 23/09/2023, Balloussier e Boghossian chamam a atenção para a ausência de

<sup>57</sup> ROSANGELA GOMES. 20 out. 2022. Instagram @deputadarosangelagomes. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Cj9Et7LLn3F/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/Cj9Et7LLn3F/?img_index=1). Acesso em 13 mai. 2022.

<sup>58</sup> “Os bastidores da subida de Rogério Lisboa no palco de Bolsonaro”. O Dia. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/colunas/informe-do-dia/2022/10/6508639-os-bastidores-da-subida-de-rogerio-lisboa-ao-palco-de-bolsonaro.html>. Acesso em 13 mai. 2024.

Bolsonaro no material de campanha de duas candidaturas importantes em São Paulo para o Republicanos e para a própria Igreja Universal: do bispo licenciado da IURD e presidente do partido Marcos Pereira, que foi candidato a deputado federal, e de Edna Macedo, irmã do Bispo Edir Macedo, candidata a deputada estadual<sup>59</sup>.

Mais uma vez, ressalta que o presente trabalho investiga a dimensão pública da campanha de Rosângela Gomes a partir das publicações feitas no seu Instagram durante o período eleitoral. Não é possível inferir, portanto, se Rosângela durante os atos de campanha, nas reuniões domésticas ou no corpo-a-corpo realizado nas ruas, não fez alusão à campanha presidencial. Em se tratando de campanha política, haja vista o nível de interesse dos eleitores em torno da campanha presidencial em razão da polarização (NUNES; TRAUMMAN, 2024), acredita-se que os eleitores de Rosângela pudessem lhe questionar sobre qual seria seu candidato presidencial. No entanto, o dado que importa é que, publicamente, não houve essa vinculação.

À guisa de comparação, a falta de vinculação pública a Bolsonaro por parte dos candidatos, com Rosângela incluída, assemelha-se à estratégia adotada pela Igreja Universal nos anos 1990 e 2000, em que, a fim de fazer uma campanha que pudesse evitar rejeições pelos vínculos institucionais e buscar votos fora do espectro religioso, os candidatos ao mesmo tempo que internamente eram conhecidos como candidaturas oficiais, não publicizavam o vínculo em materiais de campanha e no horário eleitoral gratuito (ORO, 2003; MACHADO, 2006).

Diante disso, percebe-se uma postura pragmática da Igreja Universal. Ao mesmo tempo que a denominação apoiou a reeleição de Bolsonaro e o Republicanos tenha integrado formalmente a coalizão da candidatura, seus candidatos não se vincularam desde o primeiro momento. No caso específico de Rosângela Gomes, a variável “bolsonarismo” não foi verificada em sua campanha eleitoral, não sendo determinante estratégia eleitoral. Dessa forma, conclui-se que a candidatura de Rosângela Gomes que se mantém como as historicamente constituídas como “candidaturas oficiais” da IURD. O foco da campanha foi o acionamento do pertencimento religioso, seja através do vínculo institucional, verificado a partir das visitas feitas por Rosângela no curso da campanha aos templos da Universal, seja através da atuação dos pastores como cabos eleitorais.

---

<sup>59</sup> Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/candidatos-da-universal-omitem-bolsonaro-enquanto-igreja-reforca-apoio.shtml>; Acesso em 13 mai. 2024.

### **3.2. Votação, território e distribuição das igrejas e das lideranças religiosas a partir dos registros de campanha**

O presente subcapítulo busca apresentar, através de mapas, a distribuição espacial de votos da deputada Rosângela Gomes, tendo como principal direcionamento a região da Baixada Fluminense, onde a deputada possui domicílio eleitoral, iniciou sua trajetória política e mantém sua base eleitoral. Para isso, as informações sobre a votação da deputada, obtidas através da plataforma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) serão cruzadas com a localização dos templos da IURD na Baixada Fluminense e com o quantitativo de igrejas e de pastores mobilizados por ela durante a campanha, conforme os registros públicos feitos durante o período eleitoral e observados no subcapítulo 3.1, utilizando o município como unidade de medida. Dessa forma, o objetivo é verificar a existência de correspondência entre a sua votação e estrutura institucional da Universal juntamente com a mobilização de pastores.

A literatura sobre Igreja Universal e política aponta que o modelo de candidaturas oficiais pressupõe uma divisão geográfica das candidaturas, no intuito de direcionar os candidatos para bases eleitorais distintas e assim, racionalizando o processo, aumentar a chance de eleição de candidatos diferentes (FONSECA, 1995; ORO, 2003; 2016). No entanto, ao reconstituir os atos de campanha de Rosângela Gomes nas eleições de 2022, verificou-se que a forma mais corriqueira de mobilização religiosa durante o período eleitoral foi a partir da atuação de lideranças religiosas em atos de campanha, à primeira vista, seculares e comuns, disponíveis a quaisquer cabos eleitorais, em detrimento da participação da candidata em eventos religiosos.

De todas as formas, entende-se que essas duas modalidades, a participação da candidata em eventos religiosos e a atuação de pastores como cabos eleitorais fora dos muros da igreja, são maneiras de inserção e mobilização de bases eleitorais dentro de um território, funcionando de maneira complementar. Pressupõem-se que os pastores somente atuam em atos seculares de campanha porque a estrutura eclesial está envolvida com a candidatura. Ou seja, indica-se que a mobilização religiosa para candidaturas oficiais pode acontecer de diferentes modelos. Se a presença em cultos é uma das formas mais consolidadas da literatura, dizendo respeito ao uso da estrutura institucional das igrejas como máquinas eleitorais (PRANDI; DOS SANTOS; BONATO, 2019), a forma mais corriqueira registrada por Rosângela de acionamento religioso demonstra que os pastores evangélicos e as demais lideranças religiosas são ao mesmo tempo lideranças locais e que vêm se consolidando como agentes privilegiados nas periferias em que as igrejas evangélicas são as principais organizações sociais, como é o caso da Baixada Fluminense (OLIVEIRA; GRACINO JÚNIOR, 2023).

Quando se fala que Rosângela Gomes é uma candidata da Baixada Fluminense, não se refere apenas ao seu domicílio eleitoral ser em Nova Iguaçu e de ter sua trajetória política ligada à região, mas sim por concentrar mais da metade da sua totalidade de votos nos 13 municípios que compõem a região. Nas eleições de 2022, a deputada recebeu 76.929 votos, dos quais 59,84% de seus votos se deram na Baixada, onde ela figurou entre as dez mais votadas em pelo menos sete municípios, como se observa na tabela abaixo. Sobre a representação percentual dos votos computados em cada município, a votação recebida em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, os dois maiores colégios eleitorais da Baixada, correspondem a aproximadamente 30% de sua votação total. Dos votos que denominados de “fora da Baixada”, 40,16% de sua votação, 13,47% foram obtidos na cidade do Rio de Janeiro, enquanto 26,69% se dissiparam entre os demais municípios fluminenses.

Tabela 3: Relação de Rosângela com o território: concentração de votos

| Município                    | Votos         | Porcentagem   | Entre os 10 mais votados?  |
|------------------------------|---------------|---------------|----------------------------|
| Belford Roxo                 | 5.755         | 7,54%         | Sim, 3ª mais votada        |
| Duque de Caxias              | 11.721        | 15,36%        | Sim, 4ª mais votada        |
| Guapimirim                   | 722           | 0,95%         | Sim, 9ª mais votada        |
| Itaguaí                      | 1.212         | 1,59%         | Não, 13ª mais votada       |
| Japeri                       | 865           | 1,13%         | Não, 12ª mais votada       |
| Magé                         | 2.444         | 3,20%         | Não, 12ª mais votada       |
| Mesquita                     | 1.796         | 2,35%         | Não, 11ª mais votada       |
| Nilópolis                    | 1.173         | 1,54%         | Não, 13ª mais votada       |
| <b>Nova Iguaçu</b>           | <b>11.086</b> | <b>14,53%</b> | <b>Sim, 7ª mais votada</b> |
| Paracambi                    | 299           | 0,39%         | Não, 13ª mais votada       |
| Queimados                    | 1.345         | 1,76%         | Sim, 7ª mais votada        |
| São João de Meriti           | 5.898         | 7,73%         | Sim, 7ª mais votada        |
| Seropédica                   | 1.340         | 1,76%         | Sim, 5ª mais votada        |
| <b>TOTAL na Baixada</b>      | <b>45.656</b> | <b>59,84%</b> |                            |
| Cidade do Rio de Janeiro     | 10.278        | 13,47%        |                            |
| <b>TOTAL DE VOTOS</b>        | <b>76.292</b> | <b>100%</b>   |                            |
| <b>VOTOS FORA DA BAIXADA</b> | <b>30.636</b> | <b>40,16%</b> |                            |

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE

Corroborando com a caracterização de “candidata da Baixada”, a deputada seguiu um padrão de concentração de votos na Baixada Fluminense nas três eleições para deputada federal

que participou, recebendo pelo menos mais da metade de seus votos na região. No pleito de 2014, na qual Rosângela Gomes atingiu sua maior votação, com o total de 101.686 votos, ela recebeu 52.704 votos na Baixada, o que correspondeu a 51,21% de sua votação. Na eleição subsequente, de 2018, Rosângela obteve o maior percentual de votos da Baixada em relação à sua votação total, de 68,41%, embora tenha experimentado uma queda de sua votação, uma vez que foi eleita com 63.952 votos.

Nas eleições de 2022, o partido Republicanos elegeu três deputados federais, sendo todos eles com trajetória ligada à IURD. O candidato mais votado foi Marcelo Crivella, bispo licenciado da Universal e que talvez seja o personagem político mais conhecido da denominação por ter com longa carreira política e ocupado diversos cargos (GERALDO, 2012), tendo sido ministro, senador e prefeito do Rio de Janeiro, eleito com 110.450 votos. A segunda mais votada foi Rosângela, cuja trajetória foi explicitada no capítulo 2.1, com 76.292 votos. O terceiro foi Jorge Braz, que também foi bispo da Igreja Universal, com 59.201 votos, que havia sido suplente em 2018 e assumido o mandato ao longo da legislatura. Apesar da diferença de votação entre eles, Rosângela foi a que mais recebeu votos na Baixada, com 45.656 votos, correspondendo a 59,84% de sua votação total. Crivella, por sua vez, recebeu 25.520 votos na Baixada, representando 23,10% do seu eleitorado. Já Jorge Braz teve na Baixada uma presença muito residual, somando 1.568 votos, o que significa 2,64% de seu total de votos. Como se observa na tabela abaixo, Rosângela Gomes recebeu mais votos do que os outros dois candidatos em 11 dos 13 municípios da Baixada Fluminense, excetuando-se os municípios de Itaguaí e de Nilópolis, onde Crivella foi mais bem votado com uma distância pequena. Em Nilópolis, a diferença foi de 133 votos, enquanto em Itaguaí foi ainda menor, de 56 votos.

Tabela 4: Comparação da votação recebida na Baixada entre os deputados federais eleitos pelo Republicanos no Rio de Janeiro

| Município       | Marcelo Crivella | Rosângela Gomes | Jorge Braz |
|-----------------|------------------|-----------------|------------|
| Belford Roxo    | 2.289            | 5.755           | 109        |
| Duque de Caxias | 6.753            | 11.721          | 351        |
| Guapimirim      | 216              | 722             | 7          |
| Itaguaí         | 1.268            | 1.212           | 83         |
| Japeri          | 718              | 865             | 46         |
| Magé            | 1.333            | 2.444           | 42         |
| Mesquita        | 1.216            | 1.796           | 95         |
| Nilópolis       | 1.306            | 1.173           | 56         |

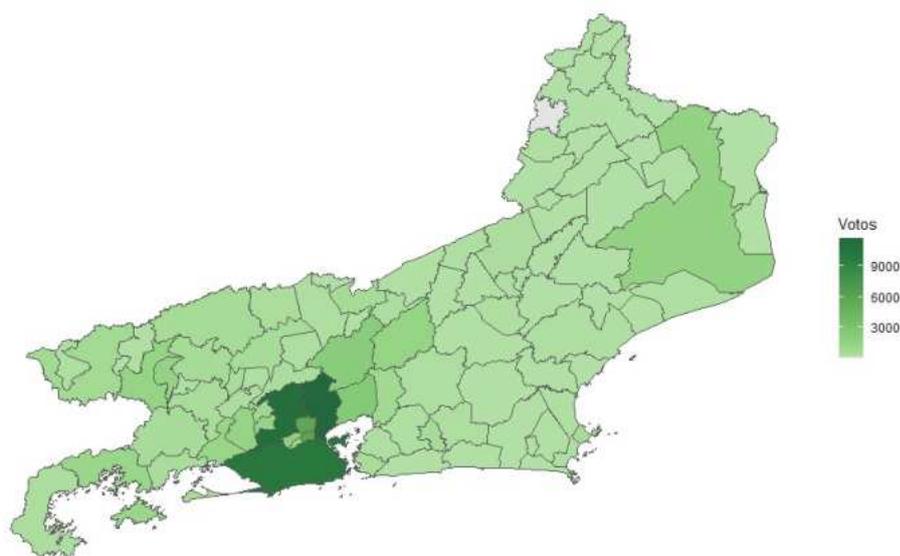
|                                     |                |               |               |
|-------------------------------------|----------------|---------------|---------------|
| Nova Iguaçu                         | 5.410          | 11.086        | 322           |
| Paracambi                           | 162            | 299           | 4             |
| Queimados                           | 666            | 1.345         | 261           |
| São João de Meriti                  | 3.696          | 5.898         | 168           |
| Seropédica                          | 487            | 1.340         | 24            |
| <b>Total de votos na Baixada</b>    | <b>25.520</b>  | <b>45.656</b> | <b>1568</b>   |
| <b>Votação total dos candidatos</b> | <b>110.450</b> | <b>76.292</b> | <b>59.201</b> |
| <b>Percentual Baixada</b>           | <b>23,10%</b>  | <b>59,84%</b> | <b>2,64%</b>  |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Nas eleições de 2022, Rosângela Gomes foi votada em 91 dos 92 municípios do Rio de Janeiro, como se observa no mapa abaixo disposto. Em 37 municípios, a deputada recebeu de 1 a 100 votos, sendo a parte mais clara do mapa. Em 35 municípios, de 100 a 1.000. Em 17 municípios, mais de 1.000 votos. Dentre estes, 10 são da Baixada Fluminense. Pela escala do mapa, somente em três municípios a candidata recebeu mais de 9 mil votos, sendo a parte mais escura do mapa. Em ordem crescente: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Figura 7: Mapa da votação total de Rosângela

Distribuição de votos da Deputada Rosângela Gomes no Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria

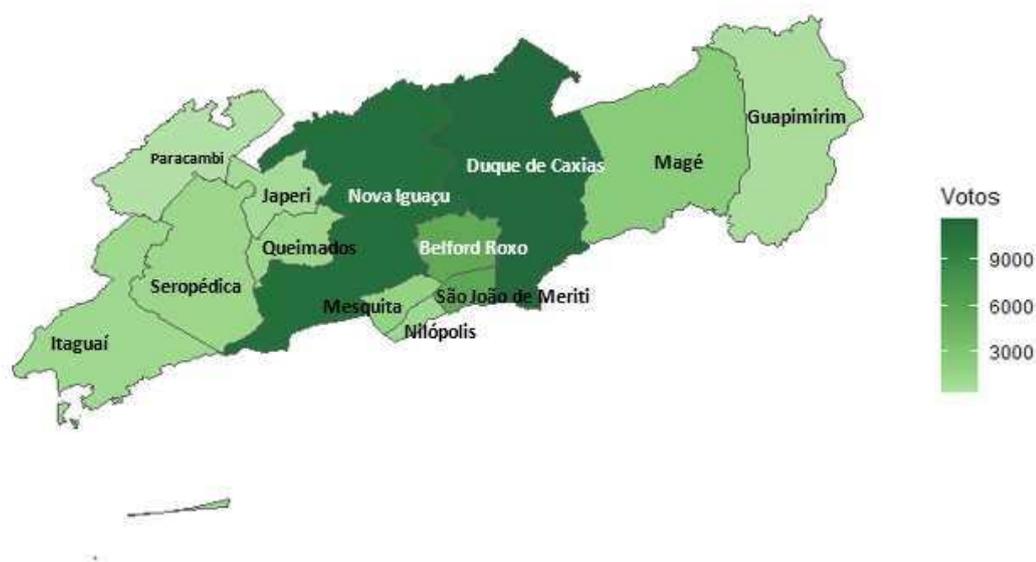
FONTE: Elaboração própria

O mapa de votação ilustra a concentração de votos de Rosângela Gomes na Baixada Fluminense apontada na tabela 4. Com isso, apresenta-se abaixo o mapa de votação isolado da

região elaborado a partir da porcentagem de votos em cada município em relação ao total da candidata. Como se observa, Rosângela recebeu o maior percentual de votos em Duque de Caxias, sendo seguido pelo município de Nova Iguaçu. Em seguida, dos municípios limítrofes de São João de Meriti e de Belford Roxo. Esses quatro municípios são seguidos por Magé. Após, os demais representaram entre 2% a 1%, com exceção de Guapimirim e Paracambi, que renderam votação abaixo de 1%.

Figura 8: Mapa de distribuição de votos de Rosângela Gomes na Baixada Fluminense

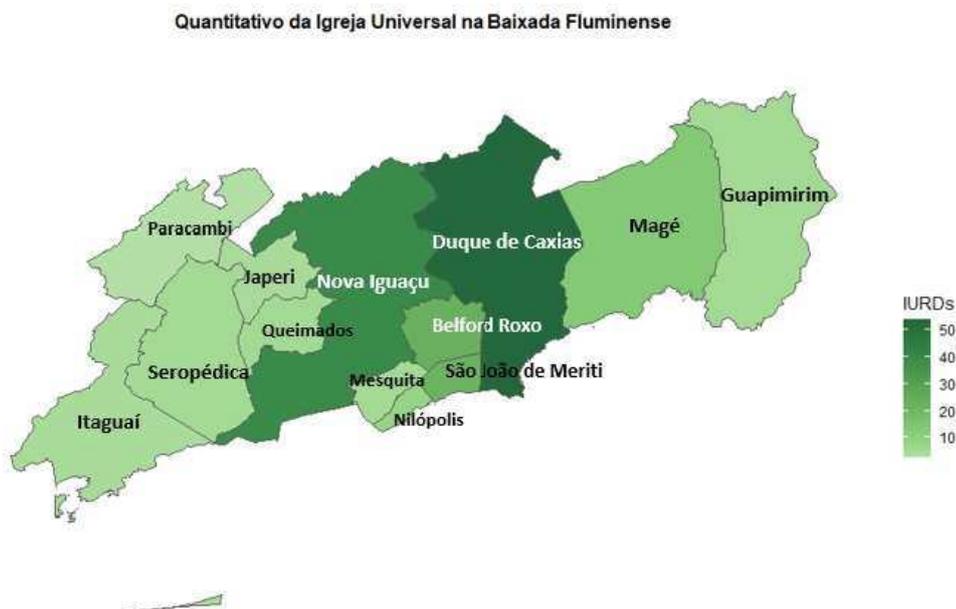
#### Distribuição de votos da Deputada Rosângela Gomes na Baixada Fluminense



Fonte: Elaboração própria

O primeiro comparativo será realizado entre a votação segmentada, demonstrada na figura 8, e a quantidade de templos da Igreja Universal do Reino de Deus na Baixada Fluminense. O levantamento dos dados da dispersão territorial da IURD foi possibilitado pelas informações fornecidas pela própria igreja em seu sítio eletrônico oficial, onde existe uma seção com o agrupamento de todos os endereços, sendo possível identificar a unidade mais próxima pela geolocalização do aparelho que faz pesquisa ou a livre pesquisa por endereço. Com isso, a pesquisa foi realizada com a consulta pelo nome do município e elaborada uma planilha com o nome da unidade e o endereço. Como resultado, localizaram-se 190 templos da Igreja Universal nos 13 municípios que formam a Baixada Fluminense.

Figura 9: Quantitativo de unidades da Igreja Universal na Baixada Fluminense



Fonte: Elaboração própria

A IURD é uma igreja centralizada, com direção única e nacionalizada (MARIANO, 2014; ORO, 2003; 2016; ALMEIDA, 2009; NASCIMENTO, 2019). Diferentemente de outras denominações evangélicas, que não necessitam de autorização superior e demais burocracias para abrir templos, a Universal possui um rígido controle. Toda unidade aberta corresponde à uma única Universal e sua abertura é autorizada mediante cálculos próprios, seguindo uma diretriz empresarial, típica das igrejas neopentecostais e tendo a própria Universal como um modelo bem acabado dessa transformação (MARIANO, 2014). Diante disso, a IURD parece seguir uma lógica que leva em conta a população do município e a existência de um “público-alvo” para a abertura e a distribuição espacial das igrejas, embora essa correlação não seja perfeita. Duque de Caxias e Nova Iguaçu, de acordo com os dados preliminares do Censo 2022, são os dois municípios mais populosos da Baixada e também são aqueles que mais possuem templos da IURD, com respectivamente 54 e 40 templos. A correlação entre população e templos permanece na mesma lógica com a sequência do terceiro ao quinto municípios com maior população, Belford Roxo (23 templos), São João de Meriti (22 templos) e Magé (13 templos). O município menos populoso, Paracambi, também é aquele com a menor quantidade de igrejas, com apenas duas.

Entre os demais municípios que formam a Baixada Fluminense, existe uma pequena diferenciação da relação entre o número de templos e quantidade de população que não nos permite afirmar que todos seguem a mesma lógica. Nilópolis, que é o sétimo mais populoso da região e que, coincidentemente, de acordo com os dados do Censo 2010, era um dos três municípios da Baixada que ainda possuíam maioria católica possui oito templos da Universal, é o sexto município em número de templos da IURD. Já Mesquita, que por sua vez era o sétimo mais populoso, conta com cinco templos, o mesmo número que Queimados (8º município em população), Seropédica (11º) e Guapimirim (12º), embora haja uma disparidade de habitantes entre eles. Itaguaí e Japeri, o nono e o décimo mais populosos, contam cada um com quatro IURDs. Essa variação deve ser compreendida a partir da realidade local de cada município e necessitam de uma explicação à parte, que não está no escopo deste trabalho, mas que pode estar relacionada à composição geográfica dos municípios, a concentração da população e o percentual de evangélicos e fiéis da IURD em cada um.

Tabela 5: Relação entre população e templos da IURD na Baixada Fluminense

|     | <b>Município</b>        | <b>População</b> | <b>Templos</b> |
|-----|-------------------------|------------------|----------------|
| 1º  | Duque de Caxias         | 808.161          | 54             |
| 2º  | <b>Nova Iguaçu</b>      | <b>785.867</b>   | 40             |
| 3º  | Belford Roxo            | 483.087          | 23             |
| 4º  | São João de Meriti      | 440.962          | 22             |
| 5º  | Magé                    | 228.127          | 13             |
| 6º  | Mesquita                | 167.127          | 5              |
| 7º  | Nilópolis               | 146.774          | 8              |
| 8º  | Queimados               | 140.523          | 5              |
| 9º  | Itaguaí                 | 116.841          | 4              |
| 10º | Japeri                  | 96.289           | 4              |
| 11º | Seropédica              | 80.596           | 5              |
| 12º | Guapimirim              | 51.696           | 5              |
| 13º | Paracambi               | 41.375           | 2              |
|     | <b>TOTAL na Baixada</b> | <b>1.900.326</b> | 190            |

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo 2022 e do site da IURD.

Ao comparar os mapas da votação de Rosângela Gomes na Baixada e o quantitativo de templos da IURD no território, percebe-se que existe uma correlação entre eles mesmo que de

maneira imperfeita, ou seja, quanto maior a população, maior a quantidade de IURD no município e maior a votação em Rosângela nas eleições de 2022. A fim de demonstrar esse comparativo, apresenta a tabela abaixo com o percentual de votação que o município representa na votação total de Rosângela Gomes, o número de templos e os votos válidos para o pleito de deputado federal. Depreende-se que, do primeiro ao quinto lugares, existe uma correlação entre os três aspectos. O que mais destoa é Nilópolis, que, embora seja o sétimo mais populoso e o sexto em número de templos, representa o 10º menor percentual de votos da candidata na região, podendo ter relação com a maior votação do candidato Marcelo Crivella no município.

Tabela 6: Comparativo entre percentual de votos de Rosângela Gomes, número de templos e votos válidos para a eleição de deputado federal na Baixada Fluminense

|     | Município          | Percentual de votação | Templos | Votos válidos para deputado federal |
|-----|--------------------|-----------------------|---------|-------------------------------------|
| 1º  | Duque de Caxias    | 15,36%                | 54      | 452.165                             |
| 2º  | <b>Nova Iguaçu</b> | 14,53%                | 40      | 418.655                             |
| 3º  | São João de Meriti | 7,73%                 | 22      | 249.349                             |
| 4º  | Belford Roxo       | 7,45%                 | 23      | 233.665                             |
| 5º  | Magé               | 3,20%                 | 13      | 135.899                             |
| 6º  | Mesquita           | 2,35%                 | 5       | 96.119                              |
| 7º  | Queimados          | 1,76%                 | 5       | 71.306                              |
| 8º  | Seropédica         | 1,76%                 | 5       | 40.977                              |
| 9º  | Itaguaí            | 1,59%                 | 4       | 65.354                              |
| 10º | Nilópolis          | 1,54%                 | 8       | 90.864                              |
| 11º | Japeri             | 1,13%                 | 4       | 52.099                              |
| 12º | Guapimirim         | 0,95%                 | 5       | 30.173                              |
| 13º | Paracambi          | 0,39%                 | 2       | 24.309                              |

Fonte: Elaboração própria

Para corroborar com a hipótese da correlação entre número de templos e votação de Rosângela Gomes, utilizando método quantitativo, buscou-se realizar um “teste de correspondência” utilizando a correlação de Pearson para a criação de um índice, que se encontra no anexo 1. A relação simples observada entre os dados mostra que há uma correspondência quase perfeita entre a quantidade de igrejas e o quantitativo de votos recebidos no município.

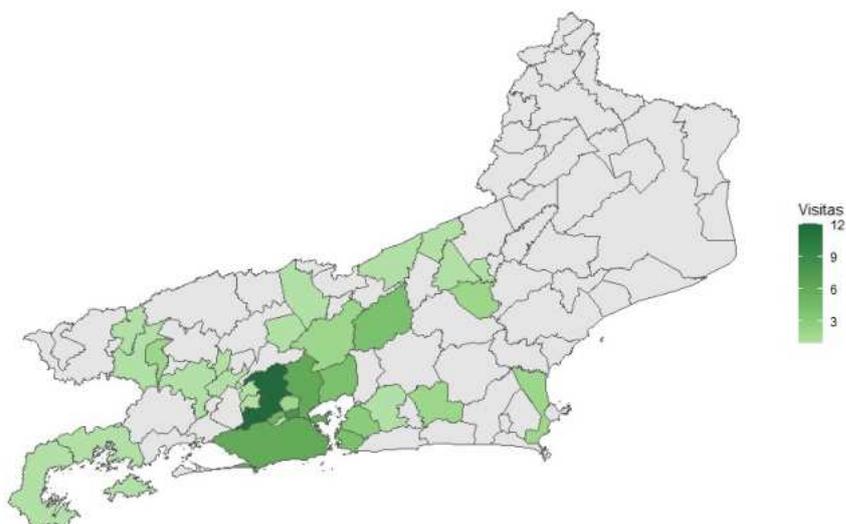
Ainda no que se refere à comparação entre os dois mapas, a diferença mais perceptível é a aproximação da intensidade das cores de Nova Iguaçu e Duque de Caxias na votação de

Rosângela Gomes, enquanto a diferença é mais acentuada em relação à quantidade de templos, tendo o município de Duque de Caxias 14 unidades a mais. Além disso, mesmo Duque de Caxias também sendo mais populoso e com maior número de eleitores do que Nova Iguaçu, a diferença percentual de votos de Rosângela Gomes entre os dois municípios foi menor do que 1%, sendo de 635 votos. A fim de explicar os motivos dessa aproximação dos resultados, a linha de interpretação está na campanha política e na capacidade de mobilização das bases eleitorais.

A partir dos dados reconstituídos do período eleitoral através da publicação da candidata no *Instagram*, foi possível quantificar mais do que a intensidade e o formato dos acionamentos religiosos durante a campanha, mas também os locais preferenciais onde ela direcionou seus atos de campanha. Como detalhado no capítulo 3.1, a elaboração da planilha dos acionamentos religiosos contava com a localização da igreja visitada e dos pastores acionados, conforme descrito pela própria deputada em suas publicações. A cada ato de campanha registrado foi conferido o nome de “visita”.

A visita, portanto, consiste na destinação de tempo e de recursos da candidata dentro do período legal de campanha eleitoral. É através dessas visitas que Rosângela Gomes incide nos territórios, mobilizando sua base, seja com a participação em eventos religiosos ou com a atuação dos pastores em sua agenda, e conquistando novos eleitores, com os atos de campanha com pedido de voto, que é a intenção principal de uma campanha eleitoral. Em se tratando de agendas com acionamento religioso, a deputada percorreu 30 municípios, conforme indicado no mapa abaixo. Como visto no subcapítulo 3.1, em 16 deles ela foi a um templo da IURD.

Figura 10: Visitas de Rosângela Gomes no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria.

A maior concentração de visitas, entretanto, ocorre na região metropolitana do Rio de Janeiro, com especial atenção para a Baixada Fluminense, onde historicamente a deputada possui sua base eleitoral consolidada e onde recebeu a maior parte de sua votação em 2022. Por este motivo, apresenta o recorte desse mapa em relação às agendas de campanha desenvolvidas nos municípios da Baixada.

Figura 11: Quantitativo de visitas da candidata Rosângela Gomes na Baixada Fluminense durante a campanha eleitoral



As visitas se configuram como uma variável explicativa acerca das diferenças apontadas na relação entre população, templos da IURD e votação de Rosângela Gomes no município. Considera-se a estrutura institucional da igreja como uma máquina eleitoral (PRANDI; DOS SANTOS; BONATO, 2019), possuindo material humano e inserção territorial que podem fornecer mão-de-obra para a campanha política, mas a máquina não se movimenta sozinha – por isso os esforços da deputada em realizar os acionamentos religiosos ao longo da campanha, demonstrando que era uma candidatura oficial e que existia uma proximidade e uma relação de representação entre ela e seus eleitores preferenciais.

As agendas de campanha servem justamente para fazer com que a máquina eleitoral funcione. Como se observa na figura 11, o município onde Rosângela Gomes mais fez visitas com acionamento religioso foi Nova Iguaçu, o que é justificado por ser o local onde desenvolveu toda a sua trajetória política e do qual participa da política local. Dessa forma, mesmo Nova Iguaçu sendo um município com menos eleitores e menos templos do que Duque

de Caxias, o enfoque da campanha compensou a diferença e fez com que a votação recebida nesses dois municípios fosse parelha.

Da mesma forma que privilegiou determinados municípios nos atos de campanha, e que isso pode ter significado um aumento de votação na localidade, ocorreu o inverso em outros municípios. Observa-se no mapa que Rosângela Gomes não fez campanha física com acionamento religioso em pelo menos quatro municípios da Baixada: Nilópolis, Itaguaí, Seropédica e Guapimirim – mas que também não significa que não havia um comprometimento da estrutura eclesiástica com sua candidatura nestes municípios. No caso específico dos dois primeiros, Rosângela não foi a candidata do Republicanos e com pertencimento iurdiano mais votada, ficando esta posição a cargo de Marcelo Crivella. Quanto a Guapimirim e Seropédica, há a especificidade de serem o segundo e o terceiro menores em população da Baixada, mas que contam com um número igual ou maior de templos do que municípios mais populosos, não podendo desconsiderar que a estrutura institucional também é capaz de agrupar preferências políticas sem que a deputada precisasse depreender esforços direcionados e específicos a eles.

Com base nos mapas e nas tabelas, é possível afirmar que o modelo histórico de atuação da IURD nas eleições permanece sendo utilizado, de forma que a igreja direciona seus candidatos oficiais para regiões específicas tendo como base o capital político local e o quantitativo de fiéis para aumentar a possibilidade de eleições. No caso da deputada federal Rosângela Gomes, ela historicamente se consolidou como uma liderança da Universal na Baixada Fluminense e, por isso, é a candidata oficial da igreja mais votada na região, existindo uma correlação entre número de habitantes, templos e votos por município. No entanto, também foi possível perceber que dinâmicas de acionamento religioso e de enfoque em atos de campanha no território são fatores que podem alterar o nível de correlação.

## CONCLUSÃO

O início e o término deste trabalho servem como uma metáfora em relação à forma pela qual a inter-relação entre evangélicos e política institucional é tratada. Se, na introdução do trabalho, foi apresentado um fato real e noticiado à época de pedido explícito de votos de um pastor evangélico durante uma celebração religiosa no município de Nova Iguaçu, que, de certa maneira, é uma forma quase hegemônica que o senso comum, esclarecido ou não, acredita que essa relação se desenvolva, de forma impositiva e vertical, com a aceitação passiva dos fiéis de uma ordem religiosa hierárquica, no decorrer do trabalho, em especial com a análise da campanha eleitoral de Rosângela Gomes, uma candidatura marcadamente religiosa e ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, foi possível perceber que o exercício político dos evangélicos encontra formatos diferentes.

Ademais, a personagem cujo nome fora apresentado no púlpito nas eleições de 2014 é diferente da que saiu das eleições de 2022, servindo esse período para consolidar a ascensão de Rosângela Gomes no cenário político. Em 2014, a personagem era uma deputada estadual em primeiro mandato que buscava sua primeira eleição ao legislativo federal, enquanto em 2022 ela conquistou seu terceiro mandato no cargo. Rosângela Gomes, uma mulher negra da Baixada Fluminense, teve sua trajetória pessoal marcada pela conversão à Igreja Universal do Reino de Deus em um contexto reconhecido pela literatura, de dificuldades familiares e necessidade de apoio espiritual. Ao se converter, passa a assumir uma identidade iurdiana, desempenhando a função de obreira, que é a maior função que uma mulher pode desempenhar autonomamente dentro da Universal, bem como de liderança do grupo jovem do município de Nova Iguaçu. Por conseguir amearhar todas as características necessárias, seja pela confiança institucional como também por representar o público preferencial da IURD em sua localidade, Rosângela ingressa na política enquanto candidatura oficial e consegue manter o apoio institucional ao longo dos anos, ao mesmo tempo vencendo eleições e galgando postos relevantes dentro de seu partido, o Republicanos, braço político da Universal.

A processo de conversão da personagem estudada se deu por conta da oferta religiosa na Baixada Fluminense. O território foi propício para o desenvolvimento de igrejas evangélicas em razão de condições específicas, como a desigualdade social, o crescimento populacional desordenado, a falta de redes locais de solidariedade e, acima de tudo, o demarcador da violência, fornecendo as igrejas evangélicas melhores respostas aos anseios da comunidade do que as demais religiões, de tal modo que a região pode ser considerada um “cinturão pentecostal” no Rio de Janeiro. A Baixada Fluminense, desde o Censo de 2010, vivenciou um

processo de transição religiosa, possuindo maioria populacional evangélica, e a IURD desponta como terceira força em número de fiéis, estando presente nos 13 municípios que formam a região através de 190 templos espalhados por eles.

O objetivo primordial desse trabalho era de verificar, durante o contexto de uma campanha eleitoral, como uma candidata religiosa fazia acionamentos religiosos para conquistar seu eleitorado. A metodologia utilizada foi o acompanhamento das postagens no *Instagram* da candidata durante o período legal de campanha, que durou 47 dias nas eleições de 2022. Dessa forma, foi possível categorizar os acionamentos religiosos em cinco categorias: (1) “participação em cerimônia religiosa em igreja – sem conotação eleitoral”, que representa de certa forma o modelo clássico de presença política em templos religiosos durante o período de campanha, (2) “reunião não religiosa ocorrida em igreja”; (3) “participação de lideranças religiosas em atos de campanha”, (4) “declaração de apoio ou pedido de voto” e (5) híbrida. Durante o período de campanha, Rosângela Gomes compareceu a pelo menos 47 templos da Universal, em 16 municípios diferentes, bem como mobilizou ao menos 38 bispos ou pastores em torno de sua candidatura.

Dessa forma, acredita-se que a pesquisa está inserida dentro de agendas de pesquisas atuais e relevantes por se tratar de um estudo de casos sobre uma candidatura específica através de uma metodologia de acompanhamento de redes sociais durante o período eleitoral. O objeto de análise recai sobre um plano prático, que é a política eleitoral. É possível, portanto, discutir temas sobre política local, campanha política e a relação entre política e religião a partir do que foi trazido ao longo dos capítulos. A forma de obtenção de dados assim como as categorizações propostas podem servir de subsídios para outros estudos de caso que almejem identificar acionamentos religiosos em campanhas políticas, bem como em comparações entre candidatos de denominações religiosas diferentes.

No entanto, é necessário considerar que a investigação de mecanismos de acionamento religioso não é uma novidade na literatura de política e religião, da mesma forma em que não há ineditismo em utilizar as redes sociais para a obtenção desses dados, embora haja uma originalidade ao propor categorias de acionamentos a partir das postagens. No entanto, ao mesmo tempo que reconhece que a utilização dessa metodologia com a finalidade de obter dados de reconstituição de campanha política ou de mensuração de acionamento religioso pode ser insuficiente, acredita também que sua utilização em conjunto pode potencializar outras pesquisas.

A hipótese de que a Universal mantinha sua estratégia eleitoral de coordenar suas candidaturas oficiais e dividi-las territorialmente, sendo fundamental o apoio institucional para

a elaboração das estratégias de campanha de Rosângela Gomes, também se confirmou. Conforme observado no subcapítulo 3.2, a candidata conseguiu consolidar sua base eleitoral nos municípios da Baixada Fluminense, recebendo mais da metade dos seus votos na região. Além disso, verifica-se que há uma correspondência entre número de templos e de votos recebidos por município. Com isso, tem-se que Rosângela, enquanto candidatura oficial, conseguiu direcionar o apoio institucional para os municípios preferenciais e fazer com que as máquinas eleitorais da igreja funcionassem ao seu favor.

No entanto, o maior mérito desta pesquisa foi identificar de que modo os componentes religiosos são acionados durante uma campanha eleitoral. A literatura mais tradicional que trata de IURD na política aponta na capacidade de atuação eleitoral a partir dos templos, com a atuação de pastores apresentando candidatos, pedindo votos e até mesmo ensinando a votar. De certa forma, essa atuação pode ser verificada através das postagens em que Rosângela Gomes indica a visita a templos e a participação em cultos religiosos. Embora a categoria ressalte que, pelo menos na publicização da agenda, a participação da celebração religiosa não tenha caráter eminentemente eleitoral – estando a candidata presente, em muito dos casos, na função de obreira, demarcada pelo uniforme específico, sua participação em uma celebração religiosa durante o período de campanha, por si só, é capaz de amealhar votos, mesmo que isso não apareça de maneira explícita.

Acredita-se que a participação em cultos religiosos é uma importante estratégia eleitoral, a despeito de haver pedido de voto ou não, no caso específico da candidata estudada por algumas questões: mobiliza o universo simbólico, visto que ela é apresentada nos cultos pelas lideranças religiosas, inclusive recebendo uma oração no altar, como demarca na maior parte das postagens dessa categoria; cria uma identificação com os fiéis da Universal da região porque Rosângela Gomes possui características semelhantes, sendo uma mulher negra, da Baixada Fluminense e com trajetória religiosa na IURD; por fim, demarca o território sob sua zona de influência, uma vez que a Universal historicamente divide seus candidatos preferenciais por regiões através de cálculos políticos próprios para maximizar as chances eleitorais, ou seja, faz com que a visita ao templo fidelize a liderança religiosa daquela localidade.

Ocorre que esse tipo de estratégia não foi a de maior incidência na campanha de Rosângela Gomes. A modalidade que mais apareceu no período foi a participação de líderes religiosos em atos de campanha, uma categoria geral que englobava algumas descrições qualitativas diferentes, cujo âmago estava na natureza do ato de campanha sendo algo esvaído de qualquer influência religiosa. Tratavam-se de atos disponíveis a qualquer cabo eleitoral e utilizados por qualquer candidato, por isso que, a título de diferenciação, foram chamados de

“atos seculares”. Dentro dessa categoria, encontram-se reuniões domésticas intermediadas por pastores na casa de apoiadores ou com a presença dessas lideranças acompanhando a agenda da candidata, a participação de lideranças religiosas em comícios, caminhadas e panfletagens. Ou seja, todos esses eventos ocorrendo fora dos muros da igreja.

Dessa forma, o que se percebe é a atuação das lideranças religiosas como cabos eleitorais não só de maneira limitada, dentro da esfera religiosa, mas sim a consolidação destas como lideranças locais, com capacidade de mobilização e intermediação dentro do território, que no caso estudado foi a Baixada Fluminense, em que as igrejas figuram como verdadeiras organizações sociais e centros da cidadania por se consolidarem como instituições permanentes e disponíveis. Descola-se, portanto, a noção de participação política dos evangélicos sob o ponto de vista nacional, afeito apenas a temas de questões morais ou de controvérsias públicas, demonstrando formas de engajamento a partir da participação em nível de política local.

### Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Jheniffer Vieira de. **Servir e obedecer**: política e religião por meio de cabos eleitorais pentecostais. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017.

ALMEIDA, Jheniffer Vieira de. PEIXOTO, Vitor de Moraes. A identidade e a ideologia do Partido Republicano. **Tempo da ciência**, Toledo, v. 28, n. 55, jan./jun. 2021, p. 67-87.

ALMEIDA, Jheniffer Vieira de; MESQUITA, Wania Amélia Belchior; PEIXOTO, Vitor de Moraes. Jovens pentecostais em tempos de política: a Força Jovem Universal na campanha eleitoral de 2016. **Sociedad y Religión: Sociología, Antropología e Historia de la Religión en el Cono Sur**, v. 30, n. 54, p. 55-71, mai.-set 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. Pentecostalismo em expansão: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

ALMEIDA, Ronaldo de. Dez anos do chute na santa: a intolerância com a diferença. In: SILVA, V. G. da (Org.). **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A Igreja Universal e seus demônios**: um estudo etnográfico. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

ALVES, José Cláudio Souza. Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico-metodológica. *Revista Rio de Janeiro*, n.8, p. 59-82, set./dez. 2002.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

AZEVEDO JUNIOR, A. C.; LIMA, A. M. L. Imagem e política: o Instagram na corrida ao Planalto em 2014. Paper apresentado no VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica), Rio de Janeiro: Compólitica, 2015.

BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia política**: as faces e fases da política na Baixada Fluminense. 392 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Notícias de uma guerra: estratégias, ameaças e orações. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13m n. 27, p. 183-212, jan./jun. 2007.

BELOCH, Israel. **Capa preta e Lurdinha**: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Marcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 26, p. 7-62, 2018.

BURDICK, John. **Procurando Deus no Brasil**: a Igreja católica progressista no Brasil na arena das religiões urbanas brasileiras. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: Ronaldo Almeida; Rodrigo Toniol. (Org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises conjunturais**. Campinas: EdUnicamp, 2018, p. 15-66.

BUTIRY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: CARRANZA, Brenda; GUADALUPE, José Luiz Pérez. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-216.

CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos de cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BUTIRY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. (Orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Massangana, 2006, p. 29-90.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e política no Brasil: análise das eleições de 2002 a 2010 para a Câmara Federal. In: PATARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio. **Instituições e sociabilidades: religião, política e juventudes**. Campo Mourão: Editora Felicam, 2013, p. 63-102.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no Estado Brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. **Revista NUPEM**, v. 12, n. 25, p. 82-104, 2020.

CERQUEIRA, Claudia. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, 2021.

CONRADO, Flávio Cesar. Política e mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 85-111, 2001.

CORRÊA, Diogo Silva. **Anjos de fuzil**: uma etnografia das relações entre pentecostalismo e vida do crime na favela Cidade de Deus. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

CÔRTEZ, Mariana. A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-24, 2021.

DIAP. Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>.

EDUARDO, Felipe Lima. **Committed Brokers**: a união entre prefeitos e deputados no Brasil. 84 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ENNE, Ana Lucia. “**Lugar, meu amigo, é minha Baixada**”: memória, representações sociais e identidades. Tese (Doutorado em Antropologia Social), PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

FERNANDES, Rubem Cesar *et al.* **Novo Nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro, Mauad, 1996.

FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça. **O voto dos evangélicos em Bolsonaro em 2018**: identidade, valores e lideranças religiosas. 124 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

FREITAS, Julio. **Curso preparatório para obreiros**. São Paulo: UNIPRO Editora, 2022.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: Antoniazzi, Alberto et. Al. **Nem Anjos, nem demônios – interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

FONSECA, Alexandre Brasil. Surge uma nova força política: a Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições de 1994. **Boletim Teológico**, ano 9, nº 27, p. 43-83, jul./set. 1995.

GERALDO, Pedro Heitor Barros. O senador e o bispo: as estratégias de construção identitária nas eleições municipais cariocas de 2004. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n.1, p. 97-129, 2012.

GIUMBELLI, Emerson. O “chute na santa”: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. In: BIRMAN, Patricia (org.). **Religião e espaço público**. São Paulo: Attar, 2003.

GOMES, Edlaine de Campos. **A era das catedrais**: a autenticidade em exibição. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GRACINO JUNIOR, Paulo. **A demanda por Deuses**: globalização, fluxos religiosos e culturas locais nos dois lados do Atântico. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao Bolsonarismo. **Caderno Metroprole**, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 547-579, mai./ago. 2021.

GRYNSZPAN, Mário. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vértice/ANPOCS, Rio de Janeiro, v. 14, p. 73-90, out. 1990.

GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. O hegemom da Baixada: as eleições de 2020 e a construção hegemônica de Washington Reis. In: BORBA, Felipe; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub (Orgs.). **Política local no estado do Rio de Janeiro**: disputa partidária e comportamento político nas eleições municipais de 2020. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Etnografia: princípios em prática**. Petrópolis: Vozes, 2022.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política, USP, 2017

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil**. In: CARRANZA, Brenda; GUADALUPE, José Luiz Pérez. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 257-270.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras: 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião e Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 45-72, 2015.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MAFRA, Clara. **Na posse da palavra**. Religião, conversação e liberdade pessoal em dois contextos nacional. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

MAFRA, Clara. O problema da formação do “cinturão pentecostal” em uma metrópole da América do Sul. **Interseções** v. 13 n. 1, p. 136-152, jun. 2011.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 11, p. 238-258, 2011.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no CENSO 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 14, p. 119-1378, 2013.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal . **Estudos Avançados**, 18(52), p. 121-138, 2004.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARIZ, Cecília L. “Alcoolismo, Gênero e Pentecostalismo”. **Religião & Sociedade**, vol. 16, nº 3: 80-93, 1994.

MANSO, Bruno Paes. **A fé e o fuzil: crime e religião no Brasil do século XXI**. São Paulo: Todavia, 2023.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião e Política: estratégias institucionais e acionamentos religiosos por candidatos evangélicos em eleições proporcionais (2008-2016). **Rever**, ano 17, nº 3, set./dez. 2017.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião católica, evangélica e afro-brasileira em disputa eleitoral: acionamento de elementos religiosos na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, nº 26: 456–485, 2019.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Andando no vale da sombra da morte: olonização proletária na Baixada Fluminense: Belford Roxo e o Governo Joca**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

MOREIRA, Davi. Com a palavra os nobres deputados: ênfase temática dos discursos parlamentares brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 63(1), 2020, p. 1-37.

MOURA, Mauricio; CORBERLLINI, Juliano. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

NASCIMENTO, Gilberto. **O reino: a história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NETTO, Gabriela Figueiredo; SPECK, Bruno Wilhelm. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos? **Opinião pública**, Campinas, vol. 23, nº 3, p. 809-836, set.-dez. 2017.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: de junho de 201 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023.

OLIVEIRA, Rafael. da S. **Baixada Fluminense: novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Paradigma. 2004.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes V. **Gênero, raça/etnia e religião no Congresso Nacional. Trajetória e atuação das três deputadas federais negras evangélicas da 55ª Legislatura: Benedita da Silva, Tia Eron e Rosângela Gomes**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

OLIVEIRA, Fabricio Roberto Costa; MARTINS, Caio César Nogueira. O discurso eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus e a ascensão de Bolsonaro. **Plural**, São Paulo, v.28.1, p.237-258, jan./jun. 2021.

OLIVEIRA, Fabricio Roberto Costa; GRACINO JR., Paulo. A máquina Universal: uma análise da mobilização do discurso moral da Folha Universal nas eleições de 2022. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 43(1): 99-124, 2023

ORO, Ari Pedro Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 97-109, 2003.

ORO, Ari Pedro. A reconfiguração do espaço público religioso brasileiro: o protagonismo da Igreja Universal do Reino de Deus, In: MEZZOMO. Frank. **Religião, Cultura e Espaço Público**. São Paulo: Fecilcam, p. 51–79, 2016.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares. Religiões e eleições 2012 em Porto Alegre. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 23, p. 109-144, jan./jun. 2013.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. **Debates do NER**, Porto Alegre, 2(32), p. 15–68, 2017.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.104-132, 1989.

PRANDI, Reginaldo; DOS SANTOS, Renan William; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, n. 120, p. 43-60, 2019.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan Wiliam. Quem tem medo da bancada evangélica?: posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, pp.-187-214, 2016.

REIS, Livia; CUNHA, Magali; PESTANA, Matheus; ABREU, Gabrielle (orgs.). **Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2022.

ROCHA, André Santos da. “A expansão religiosa das igrejas protestantes pentecostais na Baixada Fluminense”. In: M. M. Valença; G. M. Cavalcante (orgs.). **Globalização e marginalidade: transformações urbanas - Volume 1**. Natal: EDUFRRN, 2008.

ROCHA, André Santos da. Espaço urbano e religião: sobre a espacialidade evangélica e a dinâmica pentecostal da Baixada Fluminense. XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2019.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade Estilhaçada – Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. 2006. 290f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, 2006.

SMILDE, David. **Razão para crer: agência cultural no movimento evangélico latino-americano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SMITH, Amy Erica. **Religião e a democracia brasileira: dos bancos das igrejas para as urnas**. Petrópolis: Vozes, 2022.

SPYER, Juliano. O povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 16, n. 27, p. 259-288, jan./jun. 2015.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **A mulher universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade**. 2. Ed. São Paulo: FEUSP, 2021.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Lívia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11-64, 2023.

TRUE PODCAST: episódio #16. Entrevistada: Rosângela Gomes. Entrevistador: André Souza. True Podcast, jul. 2022. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7m0TsjLEozXgkjwRr41ik2>. Acesso em: 13 abr. 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião, 2012.

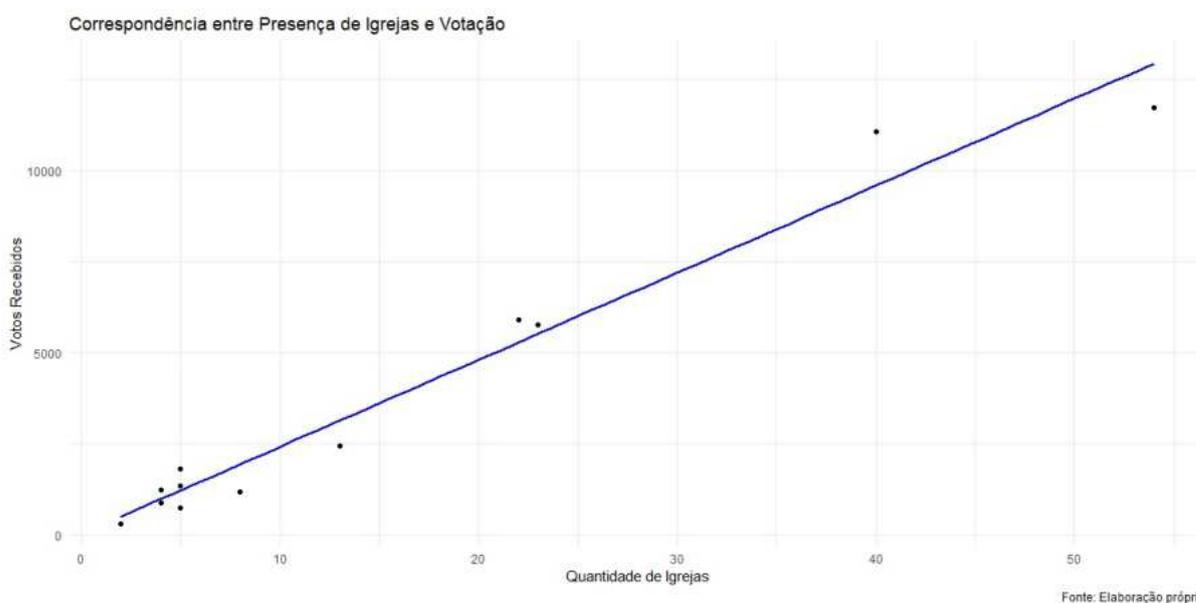
VITAL DA CUNHA, Christina. **Oração de traficante: uma etnografia**. Rio de Janeiro, Garamond, 2015.

## ANEXO 1 – TESTE DE CORRESPONDÊNCIA

### Relação de correspondência entre igrejas e a votação:

A relação simples observada entre os dados mostra que há uma correspondência quase perfeita entre a quantidade de igrejas e o quantitativo de votos recebidos no município. Os gráficos a seguir elucidam tal comportamento.

Gráfico 01: Correlação entre a presença de igrejas no município e votação:



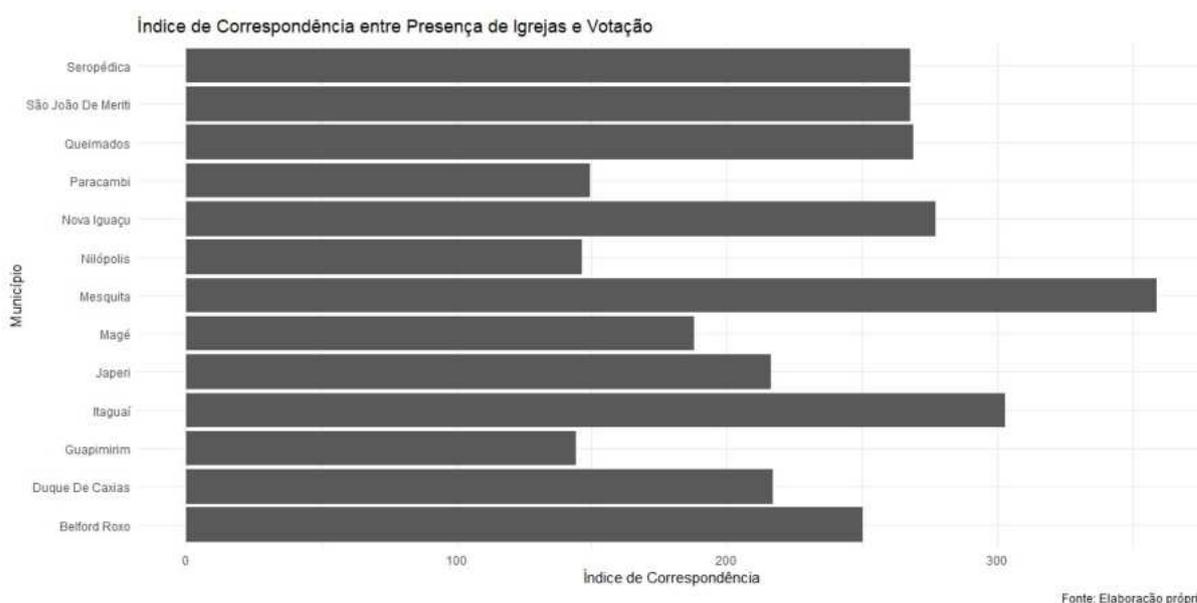
Neste gráfico, observa-se que existe um comportamento linear entre as variáveis analisadas (quantitativo de igrejas e votação). Isto quer dizer que quanto maior o número de igrejas da Universal no município, maior o quantitativo de votos recebidos pela Rosângela Gomes – cujas visitas e aparições públicas configuraram uma de suas principais estratégias de campanha.

A seguir, é possível observar o formato em que a correspondência se dá por município. Alguns deles têm maior sensibilidade à presença de igrejas, como é o caso de Mesquita. De fato, no município, a deputada recebeu 1.796 votos e detém somente 5 igrejas da Universal. Trata-se de um quantitativo relativamente pequeno em relação aos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, no entanto, a votação foi proporcionalmente expressiva. O mesmo ocorreu com Itaguaí, município onde a deputada recebeu 1.212 votos, mas que detém 4 igrejas do campo.

Já os municípios com menores índices de correspondência são Paracambi, Nilópolis e

Guapimirim. Neste caso, o que se avalia é que, embora haja, respectivamente, 2, 8 e 5 igrejas da Universal nestes locais, a votação não acompanhou – esclarecendo um padrão eleitoral diferente. Há de se considerar, ainda, que Guapimirim, por exemplo, não teve visitas da deputada nenhuma vez, enquanto Nilópolis e Paracambi a receberam apenas uma vez.

Gráfico 02: Índice de correspondência entre presença de igrejas e votação



Para esclarecer como esta correspondência foi elaborada estatística e visualmente, o detalhamento está disponível a seguir:

#### a. Índice de Correspondência:

Para a criação deste índice, utiliza-se um correlação de Pearson, cujas características estatísticas estão detalhadas adiante:

##### 1. Correlação de Pearson:

A correlação de Pearson mede a força e a direção da relação linear entre duas variáveis. Os valores variam de -1 a 1, onde:

- 1 indica uma correlação linear positiva perfeita,
- -1 indica uma correlação linear negativa perfeita,
- 0 indica que não há correlação linear.

##### 2. Resultados Obtidos:

a. **Estatística t (t = 18.228):** Esta é a estatística do teste t para a hipótese nula de que a

correlação populacional é zero. Um valor t elevado sugere que a correlação observada é significativamente diferente de zero.

b. **Graus de liberdade (df = 11):** O número de graus de liberdade é calculado como o número de pares de dados menos 2. Neste caso, 11 graus de liberdade indicam que você tem 13 pares de dados ( $13-2 = 11$ ).

c. **p-valor (p-value = 1.443e-09):** O p-valor é a probabilidade de obter um valor de correlação pelo menos tão extremo quanto o observado, assumindo que a correlação verdadeira seja zero. Um p-valor muito pequeno (neste caso,  $1.443e-09$ , que é 0.000000001443) indica que é extremamente improvável que a correlação observada tenha ocorrido por acaso. Portanto, você rejeita a hipótese nula e conclui que existe uma correlação significativa entre a quantidade de igrejas e os votos recebidos.

d. **Hipótese alternativa (alternative hypothesis: true correlation is not equal to 0):** A hipótese alternativa sugere que a correlação verdadeira não é zero, que é o que você espera provar.

e. **Intervalo de confiança de 95% (95 percent confidence interval: 0.9452864 0.9952965):** Este intervalo de confiança fornece uma faixa de valores dentro da qual a verdadeira correlação provavelmente se encontra, com 95% de confiança. Neste caso, indica que a correlação verdadeira está entre aproximadamente 0.945 e 0.995.

f. **Estimativa da amostra (sample estimates: cor = 0.9838463):** Este é o valor da correlação de Pearson calculado a partir dos seus dados. Um valor de 0.9838463 indica uma correlação positiva muito forte entre a quantidade de igrejas e os votos recebidos pela deputada Rosângela Gomes.

Logo, os resultados indicam que há uma correlação positiva muito forte entre a quantidade de igrejas (IURDS) e os votos recebidos pela deputada Rosângela Gomes. O valor da correlação de 0.9838463 sugere que à medida que o número de igrejas aumenta, o número de votos também tende a aumentar de forma quase perfeita – como mostra o gráfico 1. A estatística t elevada e o p-valor extremamente pequeno reforçam a significância estatística dessa correlação. O intervalo de confiança estreito também indica que a estimativa da correlação é precisa.